Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Dfs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 6

Demonstração do Resultado Abrangente 8

Demonstração do Fluxo de Caixa 9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020 11

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019 12

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018 13

Demonstração de Valor Adicionado 14

Dfs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 16

Balanço Patrimonial Passivo 18

Demonstração do Resultado 20

Demonstração do Resultado Abrangente 22

Demonstração do Fluxo de Caixa 23

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020 25

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019 26

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018 27

Demonstração de Valor Adicionado 28

Relatório da Administração/comentário do Desempenho 30

Notas Explicativas 49

Outras Informações Que A Companhia Entenda Relevantes 122

Pareceres E Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva 124

Parecer ou Relatório Resumido, se Houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou Não) 129

Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras 130

Índice

Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente 131

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	339.000.000
Preferenciais	0
Total	339.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	997.696
Preferenciais	0
Total	997.696

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	9.730.512	8.101.914	7.450.170
1.01	Ativo Circulante	3.869.655	2.320.833	2.180.903
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.212.873	348.312	350.896
1.01.02	Aplicações Financeiras	16.413	16.392	0
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	16.413	16.392	0
1.01.03	Contas a Receber	959.907	957.325	946.653
1.01.03.01	Clientes	959.907	957.325	946.653
1.01.04	Estoques	1.216.061	799.044	711.716
1.01.06	Tributos a Recuperar	398.887	162.535	121.046
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	398.887	162.535	121.046
1.01.07	Despesas Antecipadas	10.224	7.736	6.256
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	55.290	29.489	44.336
1.01.08.03	Outros	55.290	29.489	44.336
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	23.794	7.963	23.925
1.01.08.03.20	Outros Créditos	31.496	21.526	20.411
1.02	Ativo Não Circulante	5.860.857	5.781.081	5.269.267
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	618.591	597.129	226.645
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	3.306	3.782	13.053
1.02.01.04	Contas a Receber	0	263	1.941
1.02.01.04.01	Clientes	0	263	1.941
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	615.285	593.084	211.651
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	263.819	257.434	129.704
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	293.008	273.880	77.107
1.02.01.10.05	Incentivos Fiscais/Outros Créditos	6.776	3.997	2.896
1.02.01.10.06	Ativos de indenização	51.682	57.773	1.944
1.02.02	Investimentos	106.363	112.349	1.571.529
1.02.02.01	Participações Societárias	51.750	57.124	1.549.185
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	170	132	1.531.478
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	50.692	56.104	17.567

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	888	888	140
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	54.613	55.225	22.344
1.02.03	Imobilizado	3.416.539	3.349.190	2.600.385
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.859.573	2.908.075	2.076.162
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	179.512	100.094	132
1.02.03.02.01	Imobilizado Arrendado	0	0	132
1.02.03.02.02	Imobilizado Direito de Uso	179.512	100.094	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	377.454	341.021	524.091
1.02.04	Intangível	1.719.364	1.722.413	870.708
1.02.04.01	Intangíveis	1.719.364	1.722.413	870.708
1.02.04.01.02	Marcas e Patentes	551.595	543.847	225.288
1.02.04.01.03	Software	68.533	67.250	63.324
1.02.04.01.04	Goodwill	944.412	944.412	582.096
1.02.04.01.05	Relacionamento com clientes	154.341	166.214	0
1.02.04.01.06	Acordos de não concorrência	483	690	0

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	9.730.512	8.101.914	7.450.170
2.01	Passivo Circulante	1.634.730	1.154.542	1.159.126
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	176.483	167.344	137.845
2.01.01.01	Obrigações Sociais	52.265	53.238	42.654
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	124.218	114.106	95.191
2.01.02	Fornecedores	361.646	149.219	127.888
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	361.087	148.713	127.865
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	559	506	23
2.01.03	Obrigações Fiscais	55.553	83.646	96.796
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	19.188	19.449	35.798
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.778	0	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	17.410	19.449	35.798
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	34.711	62.829	59.988
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.654	1.368	1.010
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	776.028	608.190	641.426
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	776.028	608.190	641.426
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	439.570	108.999	72.944
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	336.458	499.191	568.482
2.01.05	Outras Obrigações	265.020	146.143	155.171
2.01.05.02	Outros	265.020	146.143	155.171
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	58.978	36.929	87.313
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	11.144	10.164	6.928
2.01.05.02.05	Subvenções Governamentais	12.375	4.799	13.539
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	18.125	1.887	2.658
2.01.05.02.07	Arrendamento Mercantil	41.109	15.075	0
2.01.05.02.20	Outros Débitos	123.289	77.289	44.733
2.02	Passivo Não Circulante	1.450.214	912.419	729.201
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	812.989	371.487	392.514
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	812.989	371.487	392.514

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	293.319	371.487	392.514
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	519.670	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	191.514	122.173	11.738
2.02.02.02	Outros	191.514	122.173	11.738
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais	0	968	968
2.02.02.02.04	Outros Débitos	37.633	34.301	10.770
2.02.02.02.07	Arrendamento Mercantil	153.881	86.904	0
2.02.03	Tributos Diferidos	226.601	205.214	222.662
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	226.601	205.214	222.662
2.02.04	Provisões	219.110	213.545	102.287
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	219.110	213.545	102.287
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	103.127	102.824	51.427
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	104.245	101.536	44.490
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	11.738	9.185	6.370
2.03	Patrimônio Líquido	6.645.568	6.034.953	5.561.843
2.03.01	Capital Social Realizado	2.567.941	2.508.400	2.258.633
2.03.02	Reservas de Capital	27.595	26.343	21.506
2.03.02.08	Reserva Especial	16.529	16.529	16.529
2.03.02.09	Ações Outorgadas Reconhecidas	11.066	9.814	4.977
2.03.04	Reservas de Lucros	4.057.414	3.500.089	3.281.587
2.03.04.01	Reserva Legal	320.874	308.459	300.685
2.03.04.02	Reserva Estatutária	2.008.788	1.928.920	1.866.219
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.671.758	1.214.635	1.062.993
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	95.570	48.075	51.690
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-39.576	0	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-7.541	0	0
2.03.06.01	Ganhos (Perdas) em operações de hedge de fluxo de caixa	-11.053	0	0
2.03.06.02	Efeitos tributários em operações de hedge de fluxo de caixa	3.512	0	0
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	159	121	117

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	7.252.524	5.460.773	5.597.140
3.01.01	Receita Bruta de Vendas e/ou serviços	8.826.471	6.759.310	6.968.896
3.01.02	Devoluções/Descontos/Impostos s/ vendas	-1.573.947	-1.298.537	-1.371.756
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.871.711	-3.592.487	-3.494.282
3.02.01	Custo dos Produtos Vendidos	-5.263.499	-3.891.191	-3.766.575
3.02.02	Subvenções para investimentos estaduais	391.788	298.704	272.293
3.03	Resultado Bruto	2.380.813	1.868.286	2.102.858
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.666.360	-1.344.290	-1.365.027
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.551.943	-1.129.188	-1.060.074
3.04.01.01	Despesas com Vendas	-1.506.405	-1.110.147	-1.049.269
3.04.01.02	Depreciação e Amortização	-45.538	-19.041	-10.805
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-311.609	-258.135	-237.326
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-278.091	-239.357	-221.007
3.04.02.04	Depreciações e Amortizações	-33.518	-18.778	-16.319
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	388.761	209.615	67.145
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-185.994	-155.871	-141.091
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-5.575	-10.711	6.319
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	714.453	523.996	737.831
3.06	Resultado Financeiro	81.071	40.265	51.568
3.06.01	Receitas Financeiras	335.294	239.424	223.237
3.06.02	Despesas Financeiras	-254.223	-199.159	-171.669
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	795.524	564.261	789.399
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-31.680	-7.377	-65.902
3.08.01	Corrente	-6.781	-14.912	-5.949
3.08.02	Diferido	-24.899	7.535	-59.953
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	763.844	556.884	723.497
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	763.844	556.884	723.497
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.99.01.01	ON	2,25323	1,64273	2,13421
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	2,25606	1,64093	2,13281

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	763.844	556.884	723.497
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-7.503	4	18
4.02.01	Ganhos(Perdas) em Operações de Hedge de Fluxo de Caixa	-11.053	0	0
4.02.02	Ajustes Acumulados de Conversão	38	4	18
4.02.03	Efeitos Tributários em Operações de Hedge de Fluxo de Caixa	3.512	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	756.341	556.888	723.515

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	692.534	648.822	741.585
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	688.738	636.593	986.583
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do IR e CSLL	795.524	564.261	789.399
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	259.707	169.149	145.122
6.01.01.03	Custo na Venda de Ativos Permanentes	1.819	5.689	1.084
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	5.575	10.711	-6.319
6.01.01.05	Atualização dos financiamentos e das aplicações Financeiras, variações cambiais ativas e passivas	218.531	64.688	77.440
6.01.01.06	Atualização de depósitos judiciais	-4.244	-4.372	-4.936
6.01.01.07	Perdas estimadas por redução ao valor recuperável de tributos	779	0	0
6.01.01.08	Créditos Tributários e atualizações	-533.951	-275.499	-47.376
6.01.01.09	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	44.711	44.478	37.220
6.01.01.10	Provisão / perda do valor recuperável de clientes	22.952	27.103	17.686
6.01.01.11	Provisão(Reversão) do valor recuperável dos estoques	8.408	6.483	-765
6.01.01.13	Ações outorgadas reconhecidas	6.642	4.837	3.514
6.01.01.14	Atualização de Arrendamento Mercantil	17.427	5.640	0
6.01.01.15	Provisão (Reversão) decorrente dos contratos de operações com derivativos	-159.764	-12.513	-36.437
6.01.01.16	Atualização provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	9.009	22.861	8.250
6.01.01.17	Provisão de IR sobre financiamentos	3.312	3.077	2.701
6.01.01.18	Reversão de provisão para redução do valor recuperável de ativos	-7.699	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	89.270	93.957	-169.604
6.01.02.01	(Aumento) Redução Contas a Receber de Clientes	-25.271	92.359	-154.971
6.01.02.02	(Aumento) nos Estoques	-431.262	-37.890	-67.832
6.01.02.03	Redução nos Tributos a Recuperar	345.314	63.066	56.155
6.01.02.04	(Aumento) nas aplicações financeiras	-21	-16.392	0
6.01.02.06	(Aumento) Redução em Outros Créditos	-11.115	1.858	7.709
6.01.02.07	Aumento (Redução) em Fornecedores	212.426	1.022	-8.446
6.01.02.08	Aumento (Redução) nos Impostos e Contribuição	-18.191	-8.684	41.249
6.01.02.09	Aumento (Redução) nas Subvenções Governamentais	7.577	-8.741	5.897
6.01.02.12	Aumento (Redução) em Outros Débitos	9.813	7.359	-49.365

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01.03	Outros	-85.474	-81.728	-75.394
6.01.03.02	Juros pagos	-42.747	-27.472	-23.119
6.01.03.03	IR e CSLL Pagos	-53.316	-43.176	-52.265
6.01.03.04	Liberação de Incentivos p/ Reinvestimentos	0	0	5.764
6.01.03.05	Recebimentos (pagamentos) de recursos por liquidação de operações com derivativos	133.338	25.272	7.260
6.01.03.06	Variações Cambiais pagas	-122.749	-36.352	-13.034
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-237.702	-290.485	-1.632.708
6.02.01	Aquisição de Imobilizado e Intangível	-215.149	-281.075	-294.869
6.02.02	Amortização de dívida da aquisição de empresas	-22.947	-6.840	-23.775
6.02.03	Aplicação financeira a longo prazo	0	-6.208	0
6.02.04	Aquisição de participação societária	0	0	-1.306.364
6.02.06	Resgate aplicação financeira a longo prazo	557	9.579	0
6.02.07	Aplicações em Investimentos	-163	-39.716	-7.700
6.02.10	Caixa e equivalentes de caixa incorporados	0	33.775	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	409.729	-360.921	316.767
6.03.01	Juros s/ capital próprio pagos	-84.999	-139.000	-132.370
6.03.02	Financiamentos tomados	1.822.050	401.553	779.901
6.03.03	Pagamento de Financiamentos	-1.246.207	-611.246	-330.764
6.03.04	Aquisição de ações de Emissão da Cia	-43.836	0	0
6.03.05	Pagamentos de Arrendamento Mercantil	-37.279	-12.228	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	864.561	-2.584	-574.356
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	348.312	350.896	925.252
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.212.873	348.312	350.896

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.508.400	26.343	3.500.089	0	121	6.034.953
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.508.400	26.343	3.500.089	0	121	6.034.953
5.04	Transações de Capital com os Sócios	59.541	-38.324	-12.399	-154.544	0	-145.726
5.04.01	Aumentos de Capital	59.541	0	-59.541	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-43.836	0	0	0	-43.836
5.04.08	Dividendos Mínimos Obrigatórios	0	0	0	-58.974	0	-58.974
5.04.09	Dividendos Adicionais propostos	0	0	95.570	-95.570	0	0
5.04.10	Aprovação dos dividendos adicionais	0	0	-48.075	0	0	-48.075
5.04.11	Ações Outorgadas Reconhecidas	0	6.642	0	0	0	6.642
5.04.12	Exercício de plano de outorga de ações restritas com ações em tesouraria	0	-1.130	-353	0	0	-1.483
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	763.844	-7.503	756.341
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	763.844	0	763.844
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-7.503	-7.503
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-7.541	-7.541
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	38	38
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	609.300	-609.300	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	609.300	-609.300	0	0
5.07	Saldos Finais	2.567.941	-11.981	4.096.990	0	-7.382	6.645.568

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.258.633	21.506	3.281.587	0	117	5.561.843
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.258.633	21.506	3.281.587	0	117	5.561.843
5.04	Transações de Capital com os Sócios	249.767	4.837	-253.382	-85.000	0	-83.778
5.04.01	Aumentos de Capital	249.767	0	-249.767	0	0	0
5.04.08	Dividendos Mínimos Obigatórios	0	0	0	-36.925	0	-36.925
5.04.09	Dividendos Adicionais	0	0	48.075	-48.075	0	0
5.04.10	Aprovação dos dividendos adicionais	0	0	-51.690	0	0	-51.690
5.04.11	Ações Outorgadas Reconhecidas	0	4.837	0	0	0	4.837
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	556.884	4	556.888
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	556.884	0	556.884
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	4	4
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	4	4
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	471.884	-471.884	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	471.884	-471.884	0	0
5.07	Saldos Finais	2.508.400	26.343	3.500.089	0	121	6.034.953

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.765.278	17.992	3.208.542	0	99	4.991.911
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.765.278	17.992	3.208.542	0	99	4.991.911
5.04	Transações de Capital com os Sócios	493.355	3.514	-511.452	-139.000	0	-153.583
5.04.01	Aumentos de Capital	493.355	0	-493.355	0	0	0
5.04.08	Dividendos Mínimos Obigatórios	0	0	0	-87.310	0	-87.310
5.04.09	Dividendos Adicionais	0	0	51.690	-51.690	0	0
5.04.10	Aprovação dos dividendos adicionais	0	0	-69.787	0	0	-69.787
5.04.11	Ações Outorgadas Reconhecidas	0	3.514	0	0	0	3.514
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	723.497	18	723.515
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	723.497	0	723.497
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	18	18
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	18	18
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	584.497	-584.497	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	584.497	-584.497	0	0
5.07	Saldos Finais	2.258.633	21.506	3.281.587	0	117	5.561.843

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	8.647.505	6.484.201	6.519.935
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	8.239.164	6.236.277	6.405.031
7.01.02	Outras Receitas	380.209	207.168	66.731
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	43.385	67.859	65.859
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-15.253	-27.103	-17.686
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.915.541	-4.285.839	-4.069.660
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.723.682	-2.664.705	-2.497.306
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.180.445	-1.598.815	-1.551.319
7.02.04	Outros	-11.414	-22.319	-21.035
7.02.04.01	Materiais Relativos à Construção Ativos Próprios	-11.414	-22.319	-21.035
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.731.964	2.198.362	2.450.275
7.04	Retenções	-259.707	-169.149	-145.122
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-259.707	-169.149	-145.122
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.472.257	2.029.213	2.305.153
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	329.719	228.713	229.556
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-5.575	-10.711	6.319
7.06.02	Receitas Financeiras	335.294	239.424	223.237
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.801.976	2.257.926	2.534.709
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.801.976	2.257.926	2.534.709
7.08.01	Pessoal	1.103.351	929.530	899.119
7.08.01.01	Remuneração Direta	709.473	586.047	582.222
7.08.01.02	Benefícios	327.060	282.972	266.868
7.08.01.03	F.G.T.S.	66.818	60.511	50.029
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	655.235	543.075	706.924
7.08.02.01	Federais	283.910	299.190	426.175
7.08.02.02	Estaduais	356.171	233.832	272.779
7.08.02.03	Municipais	15.154	10.053	7.970
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	279.546	228.437	205.169
7.08.03.01	Juros	254.223	199.159	171.669

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08.03.02	Aluguéis	25.323	29.278	33.500
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	248.309	170.554	389.340
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	154.544	85.000	139.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	93.765	85.554	250.340
7.08.05	Outros	515.535	386.330	334.157
7.08.05.01	Incentivos Fiscais	515.535	386.330	334.157

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	9.729.858	8.101.031	7.807.466
1.01	Ativo Circulante	3.870.602	2.321.779	2.449.247
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.213.007	348.377	451.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	16.413	16.392	0
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	16.413	16.392	0
1.01.03	Contas a Receber	960.058	957.533	1.043.026
1.01.03.01	Clientes	960.058	957.533	1.043.026
1.01.04	Estoques	1.216.085	799.068	765.620
1.01.06	Tributos a Recuperar	398.893	162.537	132.167
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	398.893	162.537	132.167
1.01.07	Despesas Antecipadas	10.305	7.788	7.774
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	55.841	30.084	49.660
1.01.08.03	Outros	55.841	30.084	49.660
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	23.794	7.963	23.925
1.01.08.03.20	Outros Créditos	32.047	22.121	25.735
1.02	Ativo Não Circulante	5.859.256	5.779.252	5.358.219
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	618.596	597.131	399.551
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	3.306	3.782	13.053
1.02.01.04	Contas a Receber	0	263	2.684
1.02.01.04.01	Clientes	0	263	2.684
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	615.290	593.086	383.814
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	263.827	257.439	243.032
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	293.008	273.880	77.107
1.02.01.10.05	Incentivos Fiscais/Outros Créditos	6.773	3.994	5.902
1.02.01.10.06	Ativos de Indenização	51.682	57.773	57.773
1.02.02	Investimentos	101.902	108.098	38.106
1.02.02.01	Participações Societárias	47.289	52.873	15.762
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	46.401	51.985	14.874
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	888	888	888

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	54.613	55.225	22.344
1.02.03	Imobilizado	3.419.394	3.351.610	3.190.488
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.862.428	2.910.496	2.658.933
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	179.512	100.093	132
1.02.03.02.01	Imobilizado Arrendado	0	0	132
1.02.03.02.02	Imobilizado Direito de Uso	179.512	100.093	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	377.454	341.021	531.423
1.02.04	Intangível	1.719.364	1.722.413	1.730.074
1.02.04.01	Intangíveis	1.719.364	1.722.413	1.730.074
1.02.04.01.02	Marcas e Patentes	551.595	543.847	543.798
1.02.04.01.03	Software	68.533	67.250	63.625
1.02.04.01.05	Goodwill	944.412	944.412	943.716
1.02.04.01.06	Relacionamento com Clientes	154.341	166.214	178.038
1.02.04.01.07	Acordo de Não Concorrência	483	690	897

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	9.729.858	8.101.031	7.807.466
2.01	Passivo Circulante	1.634.008	1.153.607	1.280.830
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	176.568	167.428	166.102
2.01.01.01	Obrigações Sociais	52.324	53.303	49.164
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	124.244	114.125	116.938
2.01.02	Fornecedores	361.738	149.044	152.356
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	361.179	148.538	151.889
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	559	506	467
2.01.03	Obrigações Fiscais	55.611	83.819	106.942
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	19.245	19.619	42.628
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.778	71	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	17.467	19.548	42.628
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	34.711	62.829	63.253
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.655	1.371	1.061
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	776.028	608.190	696.937
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	776.028	608.190	696.937
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	439.570	108.999	128.455
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	336.458	499.191	568.482
2.01.05	Outras Obrigações	264.063	145.126	158.493
2.01.05.02	Outros	264.063	145.126	158.493
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	58.978	36.929	87.313
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	11.144	10.164	8.163
2.01.05.02.05	Subvenções Governamentais	12.375	4.799	13.539
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	18.125	1.887	2.658
2.01.05.02.08	Arrendamento Mercantil	41.109	15.075	0
2.01.05.02.20	Outros Débitos	122.332	76.272	46.820
2.02	Passivo Não Circulante	1.450.282	912.471	964.793
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	812.989	371.487	555.848
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	812.989	371.487	555.848

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	293.319	371.487	555.848
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	519.670	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	191.582	122.225	11.894
2.02.02.02	Outros	191.582	122.225	11.894
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais	0	968	968
2.02.02.02.04	Outros Débitos	37.701	34.353	10.926
2.02.02.02.07	Arrendamento Mercantil	153.881	86.904	0
2.02.03	Tributos Diferidos	226.601	205.214	208.714
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	226.601	205.214	208.714
2.02.04	Provisões	219.110	213.545	188.337
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	219.110	213.545	188.337
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	103.127	102.824	102.792
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	104.245	101.536	77.320
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	11.738	9.185	8.225
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	6.645.568	6.034.953	5.561.843
2.03.01	Capital Social Realizado	2.567.941	2.508.400	2.258.633
2.03.02	Reservas de Capital	27.595	26.343	21.506
2.03.02.08	Reserva Especial	16.529	16.529	16.529
2.03.02.09	Ações Outorgadas Reconhecidas	11.066	9.814	4.977
2.03.04	Reservas de Lucros	4.057.414	3.500.089	3.281.587
2.03.04.01	Reserva Legal	320.874	308.459	300.685
2.03.04.02	Reserva Estatutária	2.008.788	1.928.920	1.866.219
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.671.758	1.214.635	1.062.993
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	95.570	48.075	51.690
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-39.576	0	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-7.541	0	0
2.03.06.01	Ganhos (Perdas) em Operações de Hedge de Fluxo de Caixa	-11.053	0	0
2.03.06.02	Efeitos Tributários em Operações de Hedge de Fluxo de Caixa	3.512	0	0
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	159	121	117

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	7.252.524	6.103.608	6.025.054
3.01.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	8.826.471	7.573.325	7.513.676
3.01.02	Devoluções/Descontos/Impostos s/ vendas	-1.573.947	-1.469.717	-1.488.622
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.871.478	-3.942.336	-3.730.735
3.02.01	Custo dos Produtos Vendidos	-5.263.266	-4.250.464	-4.006.955
3.02.02	Subvenções para Investimentos Estaduais	391.788	308.128	276.220
3.03	Resultado Bruto	2.381.046	2.161.272	2.294.319
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.666.483	-1.622.754	-1.543.512
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.551.943	-1.333.934	-1.186.245
3.04.01.01	Despesas com Vendas	-1.506.405	-1.303.457	-1.173.026
3.04.01.02	Depreciação e Amortização	-45.538	-30.477	-13.219
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-312.298	-293.252	-269.460
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-278.780	-272.152	-252.231
3.04.02.04	Depreciações e Amortizações	-33.518	-21.100	-17.229
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	389.364	223.084	72.285
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-186.022	-217.763	-158.674
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-5.584	-889	-1.418
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	714.563	538.518	750.807
3.06	Resultado Financeiro	81.069	30.461	46.261
3.06.01	Receitas Financeiras	335.296	252.857	233.107
3.06.02	Despesas Financeiras	-254.227	-222.396	-186.846
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	795.632	568.979	797.068
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-31.788	-12.095	-73.571
3.08.01	Corrente	-6.889	-37.170	-11.379
3.08.02	Diferido	-24.899	25.075	-62.192
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	763.844	556.884	723.497
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	763.844	556.884	723.497
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	763.844	556.884	723.497
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,25323	1,64273	2,13421
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	2,25606	1,64093	2,13281

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	763.844	556.884	723.497
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-7.503	4	18
4.02.01	Ganhos (Perdas) em Operações de Hedge de Fluxo de Caixa	-11.053	0	0
4.02.02	Ajustes Acumulados de Conversão	38	4	18
4.02.03	Efeitos Tributários em Operações de Hedge de Fluxo de Caixa	3.512	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	756.341	556.888	723.515
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	756.341	556.888	723.515

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	693.197	682.087	753.854
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	688.855	705.741	1.047.067
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do IR e CSLL	795.632	568.979	797.068
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	259.707	233.536	182.313
6.01.01.03	Custo na Venda de Ativos Permanentes	1.819	7.393	1.807
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	5.584	889	1.418
6.01.01.05	Atualização dos financiamentos e das aplicações financeiras, variações cambiais ativas e passivas	218.531	79.371	89.824
6.01.01.06	Atualização de depósitos Judiciais	-4.244	-8.292	-7.478
6.01.01.07	Perdas estimadas por redução ao valor recuperável de tributos	779	0	0
6.01.01.08	Créditos Tributários e atualizações	-533.951	-284.996	-47.376
6.01.01.09	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	44.711	44.210	34.835
6.01.01.10	Provisão / perda do valor recuperável de clientes	22.952	30.658	17.393
6.01.01.11	Provisão(Reversão) do valor recuperável dos estoques	8.408	6.483	-765
6.01.01.13	Ações Outorgadas Reconhecidas	6.642	4.837	3.514
6.01.01.14	Atualização de Arrendamento Mercantil	17.427	8.307	0
6.01.01.15	Provisão (Reversão) decorrente dos contratos de operações com derivativos	-159.764	-12.513	-36.437
6.01.01.16	Atualização provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	9.009	23.802	8.250
6.01.01.17	Provisão de IR sobre financiamentos	3.312	3.077	2.701
6.01.01.18	Reversão de provisão para redução do valor recuperável de ativos	-7.699	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	89.996	78.200	-209.821
6.01.02.01	(Aumento) Redução Contas a Receber de Clientes	-25.213	57.255	-166.663
6.01.02.02	(Aumento) nos Estoques	-430.939	-27.869	-70.892
6.01.02.03	Redução nos Tributos a Recuperar	345.311	73.048	67.865
6.01.02.04	(Aumento) nas aplicações financeiras	-21	-16.392	0
6.01.02.06	(Aumento) em Outros Créditos	-11.105	-3.273	-47.111
6.01.02.07	Aumento(Redução) em Fornecedores	212.694	-3.312	-11.746
6.01.02.08	Aumento (Redução) nos Impostos e Contribuição	-18.236	-5.925	27.847
6.01.02.09	Aumento (Redução) nas Subvenções Governamentais	7.577	-8.741	5.897
6.01.02.12	Aumento (Redução) em Outros Débitos	9.928	13.409	-15.018

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01.03	Outros	-85.654	-101.854	-83.392
6.01.03.02	Juros pagos	-42.747	-45.329	-31.108
6.01.03.03	IR e CSLL Pagos	-53.496	-45.445	-52.274
6.01.03.04	Liberação de Incentivos para Reinvestimentos	0	0	5.764
6.01.03.05	Recebimentos (pagamentos) de recursos por liquidação de operações com derivativos	133.338	25.272	7.260
6.01.03.06	Variações Cambiais pagas	-122.749	-36.352	-13.034
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-238.296	-361.059	-1.524.194
6.02.01	Aquisição Imobilizado e Intangível	-215.906	-319.590	-300.025
6.02.02	Amortização de dívida da aquisição de empresas	-22.947	-6.840	-23.775
6.02.03	Aplicação financeira a longo prazo	0	-6.208	0
6.02.04	Aquisição de participação societária	0	0	-1.306.364
6.02.05	Caixa e Equivalente de Caixa Adquirido	0	0	113.670
6.02.06	Resgate aplicação financeira a longo prazo	557	9.579	0
6.02.07	Aplicações em Investimentos	0	-38.000	-7.700
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	409.729	-423.651	295.418
6.03.01	Juros s/ capital próprio pagos	-84.999	-139.000	-132.370
6.03.02	Financiamentos tomados	1.822.050	401.553	779.901
6.03.03	Pagamento de Financiamentos	-1.246.207	-663.497	-352.113
6.03.04	Aquisição de ações de Emissão da Cia	-43.836	0	0
6.03.05	Pagamentos de Arrendamento Mercantil	-37.279	-22.707	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	864.630	-102.623	-474.922
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	348.377	451.000	925.922
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.213.007	348.377	451.000

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.508.400	26.343	3.500.089	0	121	6.034.953	0	6.034.953
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.508.400	26.343	3.500.089	0	121	6.034.953	0	6.034.953
5.04	Transações de Capital com os Sócios	59.541	-38.324	-12.399	-154.544	0	-145.726	0	-145.726
5.04.01	Aumentos de Capital	59.541	0	-59.541	0	0	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-43.836	0	0	0	-43.836	0	-43.836
5.04.08	Dividendos Mínimos Obrigatórios	0	0	0	-58.974	0	-58.974	0	-58.974
5.04.09	Dividendos Adicionais propostos	0	0	95.570	-95.570	0	0	0	0
5.04.10	Aprovação dos Dividendos Adicionais	0	0	-48.075	0	0	-48.075	0	-48.075
5.04.11	Ações Outorgadas Reconhecidas	0	6.642	0	0	0	6.642	0	6.642
5.04.12	Exercício de plano de outorga de ações restritas com ações em tesouraria	0	-1.130	-353	0	0	-1.483	0	-1.483
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	763.844	-7.503	756.341	0	756.341
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	763.844	0	763.844	0	763.844
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-7.503	-7.503	0	-7.503
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-7.541	-7.541	0	-7.541
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	38	38	0	38
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	609.300	-609.300	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	609.300	-609.300	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.567.941	-11.981	4.096.990	0	-7.382	6.645.568	0	6.645.568

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.258.633	21.506	3.281.587	0	117	5.561.843	0	5.561.843
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.258.633	21.506	3.281.587	0	117	5.561.843	0	5.561.843
5.04	Transações de Capital com os Sócios	249.767	4.837	-253.382	-85.000	0	-83.778	0	-83.778
5.04.01	Aumentos de Capital	249.767	0	-249.767	0	0	0	0	0
5.04.08	Dividendos Mínimos Obigatórios	0	0	0	-36.925	0	-36.925	0	-36.925
5.04.09	Dividendos Adicionais	0	0	48.075	-48.075	0	0	0	0
5.04.10	Aprovação dos Dividendos Adicionais	0	0	-51.690	0	0	-51.690	0	-51.690
5.04.11	Ações Outorgadas Reconhecidas	0	4.837	0	0	0	4.837	0	4.837
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	556.884	4	556.888	0	556.888
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	556.884	0	556.884	0	556.884
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	4	4	0	4
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	4	4	0	4
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	471.884	-471.884	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	471.884	-471.884	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.508.400	26.343	3.500.089	0	121	6.034.953	0	6.034.953

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.765.278	17.992	3.208.542	0	99	4.991.911	0	4.991.911
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.765.278	17.992	3.208.542	0	99	4.991.911	0	4.991.911
5.04	Transações de Capital com os Sócios	493.355	3.514	-511.452	-139.000	0	-153.583	0	-153.583
5.04.01	Aumentos de Capital	493.355	0	-493.355	0	0	0	0	0
5.04.08	Dividendos Mínimos Obigatórios	0	0	0	-87.310	0	-87.310	0	-87.310
5.04.09	Dividendos Adicionais	0	0	51.690	-51.690	0	0	0	0
5.04.10	Aprovação dos dividendos adicionais	0	0	-69.787	0	0	-69.787	0	-69.787
5.04.11	Ações Outorgadas Reconhecidas	0	3.514	0	0	0	3.514	0	3.514
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	723.497	18	723.515	0	723.515
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	723.497	0	723.497	0	723.497
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	18	18	0	18
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	18	18	0	18
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	584.497	-584.497	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	584.497	-584.497	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.258.633	21.506	3.281.587	0	117	5.561.843	0	5.561.843

Dfs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	8.648.108	7.262.478	7.041.202
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	8.239.164	7.004.640	6.926.005
7.01.02	Outras Receitas	380.812	220.637	66.731
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	43.385	67.859	65.859
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-15.253	-30.658	-17.393
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.915.821	-4.678.600	-4.308.342
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.723.448	-2.815.103	-2.615.081
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.180.959	-1.841.178	-1.672.226
7.02.04	Outros	-11.414	-22.319	-21.035
7.02.04.01	Materiaia Relativos à Construção Ativos Próprios	-11.414	-22.319	-21.035
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.732.287	2.583.878	2.732.860
7.04	Retenções	-259.707	-233.536	-182.313
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-259.707	-233.536	-182.313
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.472.580	2.350.342	2.550.547
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	329.712	251.968	231.689
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-5.584	-889	-1.418
7.06.02	Receitas Financeiras	335.296	252.857	233.107
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.802.292	2.602.310	2.782.236
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.802.292	2.602.310	2.782.236
7.08.01	Pessoal	1.103.497	1.110.402	1.012.288
7.08.01.01	Remuneração Direta	709.586	697.993	659.659
7.08.01.02	Benefícios	327.070	323.981	295.007
7.08.01.03	F.G.T.S.	66.841	88.428	57.622
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	655.389	682.278	814.234
7.08.02.01	Federais	284.018	381.698	495.183
7.08.02.02	Estaduais	356.213	289.073	310.377
7.08.02.03	Municipais	15.158	11.507	8.674
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	279.562	252.746	232.217
7.08.03.01	Juros	254.227	222.396	186.846

Dfs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08.03.02	Aluguéis	25.335	30.350	45.371
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	248.309	155.475	385.413
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	154.544	85.000	139.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	93.765	70.475	246.413
7.08.05	Outros	515.535	401.409	338.084
7.08.05.01	Incentivos Fiscais	515.535	401.409	338.084

Mensagem da Presidência

Senhores e senhoras,

O ano de 2020 transformou o mundo e as relações sociais. Exigiu imensa resiliência e capacidade de se reinventar. Com relação à M. Dias Branco, considero que nos superamos especialmente em três competências e habilidades: capacidade de adaptação, inovação e agilidade. Em meio a um cenário repleto de incertezas, mais uma vez a Companhia mostrou seu potencial, trazendo soluções rápidas e eficazes em circunstâncias extremamente desafiadoras. Através da fortaleza de nossas marcas, da excelente, respeitosa, transparente relação com os nossos fornecedores, clientes e consumidores, e, obviamente, com a solidez financeira e a grande infraestrutura da Companhia, não nos deixamos intimidar. Não negamos a existência da crise, porém, ficamos atentos às possibilidades que certamente surgiriam. O nosso time nunca desanimou, pois é da nossa natureza acreditar que, face às maiores dificuldades, surgem grandes oportunidades. Por isso, continuamos lutando com espírito destemido de superação, resiliência, coragem, fé, e, acima de tudo, com muita responsabilidade. Tivemos perdas, é bem verdade, mas a nossa capacidade de adequação foi excepcional. Criamos oportunidades e conseguimos responder à necessidade da sociedade, cumprindo a nossa missão de continuar oferecendo alimentos de altíssima qualidade para o bem da sociedade e a felicidade das pessoas.

Em meio a 366 dias inéditos na história recente da humanidade, que proporcionaram uma elevada demanda no setor alimentício, ocasionada por uma momentânea euforia de consumo e, consequentemente, uma crescente acentuada dos custos das *commodities* agrícolas, atrelada a uma evolução cambial do dólar, a M. Dias Branco utilizou sua experiência adquirida em quase 70 anos de história para traçar estratégias sólidas, fortalecendo o caixa e reforçando a geração do mesmo através de uma forte política comercial pautada, inclusive, na ampliação de suas exportações. Além disso, foram implantadas, através do Projeto Multiplique, conquistas, ganhos de eficiência e produtividade que merecem destaque por meio de algumas iniciativas realizadas em 2020, como o lançamento da nossa política de hedge e a realização do maior investimento em Marketing da história de nossa Companhia, além do lançamento de uma nova política de dividendos, que aumentou a parcela do lucro distribuída aos acionistas e a frequência de pagamentos. Em especial, mencionamos duas conquistas extremamente relevantes em termos de sustentabilidade, passamos a compor as carteiras do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Índice Carbono Eficiente (ICO2), ambas da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão). Complementando, também passamos a reportar nossas emissões no *Carbon Disclosure Project* (CDP).

Todos esses resultados - dentro de um contexto extremamente turbulento - só foram possíveis graças ao empenho de todos, gerando uma resposta rápida e eficiente da Companhia. De imediato, tendo em vista a necessidade de manter nossas unidades industriais em operação, por tratar-se de um setor essencial, criamos um Comitê de Crise, que teve a missão de rever toda a operação, de norte a sul do País, de modo a garantir a saúde e a segurança dos mais de 17 mil colaboradores, bem como de seus familiares. Os que tinham condições de realizar suas atividades em suas residências, passaram a adotar o regime de home office. Aos que necessitavam permanecer nas indústrias e no mercado, passaram a seguir rígidos protocolos de segurança, com base nas orientações dos órgãos de saúde competentes e da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Conscientes do nosso papel social, realizamos a campanha #VoceDoaaGenteDoa, de incentivo à doação de sangue. Ao todo, foram destinados R$ 1,2 milhão em recursos financeiros a hemocentros de seis estados e mais R$ 1,2 milhão em alimentos a instituições carentes do Ceará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Para cada bolsa de sangue arrecadada nos hemocentros, a M. Dias Branco doou 500 produtos ao programa Mesa Brasil, banco de alimentos do Serviço Social do Comércio (Sesc). Foram arrecadadas 7.867 bolsas de sangue, que resultaram em 413,3 toneladas de massas e biscoitos das marcas Fortaleza, Vitarella, Piraquê, Adria e Isabela. Ao todo, incluindo as doações de alimentos às 159 instituições do entorno das nossas unidades, foram doadas mais de 3.460 toneladas de produtos, o equivalente a R$ 17,3 milhões.

Após o ano de 2020, completamente atípico, nada mais será igual. E mirando um futuro/presente cada vez mais latente na vida de clientes e consumidores, avançamos fortemente no mercado virtual, o *e-commerce*, com a venda de produtos diretamente na casa do consumidor, por meio de parcerias com aplicativos de entrega, conectando-nos com o processo de transformação digital do mercado, que vem alterando o hábito de consumo.

Concluindo, seguiremos em frente, unidos e coesos, ainda mais fortalecidos, para darmos continuidade à nossa estratégia de crescimento, com respeito ao meio ambiente, atentos às questões da sociedade e às melhorias nas práticas de governança. Acreditamos, firmemente, no potencial do nosso País, no talento e na cooperação do nosso capital humano, na força do trabalho para superação dos desafios, certos de que estamos no caminho do sucesso.

Ivens Dias Branco Júnior
CEO

Desempenho econômico-financeiro

Receita Líquida

No comparativo **2020** vs 2019, a receita líquida cresceu **18,8%**, em função do aumento dos volumes de **12,1%** e do preço médio de **6,1%**.

RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS POR LINHA DE PRODUTOS *									
Linhas de Produto	2020			2019			Variações		
	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.
Biscoitos	3.702,2	574,6	6,44	3.287,0	514,5	6,39	12,6%	11,7%	0,8%
Massas	1.687,9	451,1	3,74	1.318,2	369,7	3,57	28,0%	22,0%	4,8%
Farinha e Farelo	1.297,0	855,3	1,52	1.025,7	789,0	1,30	26,5%	8,4%	16,9%
Margarinas e Gorduras	420,6	90,1	4,67	334,5	84,1	3,98	25,7%	7,1%	17,3%
Outras Linhas de Produtos**	144,8	15,8	9,16	138,2	14,5	9,53	4,8%	9,0%	-3,9%
TOTAL	**7.252,5**	**1.986,9**	**3,65**	**6.103,6**	**1.771,8**	**3,44**	**18,8%**	**12,1%**	**6,1%**

* Receita Líquida em R$ milhões, Peso Líquido de Devoluções em Toneladas Mil e o Preço Médio Líquido em R$/Kg.

** Bolos, Snacks, Mistura para Bolos, Refrescos e Torradas.

Biscoitos

A receita líquida de biscoitos cresceu **12,6%** em **2020** frente a 2019, resultado do aumento dos volumes de **11,7%** e do preço médio em **0,8%**.

O aumento em volumes ocorreu em todas as regiões estratégicas, com destaque para a região de Ataque (Sul, Sudeste e Centro-Oeste) e para as exportações. O aumento de preço médio, por sua vez, é resultado de reajustes implementados de forma diferenciada entre regiões, subcategorias e marcas ao longo de 2020.

Dentre as subcategorias, destaque para o crescimento, tanto em receita líquida quanto em volumes, de Maria/Maizena, Água e Sal/Cream Cracker e, também, Recheados, todos com crescimento de dois dígitos.

Massas

Em **2020**, a receita líquida de massas aumentou **28,0%** frente a 2019, com aumento dos volumes de **22,0%** e do preço médio em **4,8%**.

O crescimento dos volumes foi impactado pelo maior consumo dentro dos lares, em função do fechamento de bares e restaurantes ocasionados pelo isolamento social em função da pandemia instaurada pela COVID-19. Já o aumento do preço médio foi influenciado por repasses diferenciados de preços entre as regiões, subcategorias e marcas ao longo de 2020, assim como em biscoitos.

Destaque para o crescimento de volumes no Nordeste, Sudeste e nas Exportações. O aumento ocorreu principalmente nas subcategorias de massas instantâneas, sêmola e comum.

Farinha e Farelo

Em **2020**, a receita líquida de farinha e farelo apresentou crescimento de **26,5%** vs 2019, impulsionado pelo aumento dos volumes de **8,4%** e pelo aumento de preço médio de **16,9%**.

Destacamos o crescimento dos volumes de farinha doméstica, que compensaram a retração em farinha industrial.

Observando as regiões, o crescimento ocorreu principalmente no Sul, Sudeste e Exportações, especialmente com a marca Finna, e com a ampliação do portfólio com o lançamento da farinha de trigo da marca Isabela na tradicional embalagem de papel, nas versões de 1 Kg e de 5 Kg.

Margarinas e Gorduras

A receita líquida de margarinas e gorduras, no ano de **2020**, cresceu **25,7%** em comparação a 2019, com aumento de **7,1%** nos volumes e **17,3%** no preço médio.

Ressalta-se o aumento de volume nas exportações, com destaque para a subcategoria doméstica com a marca Adorita, e na região Nordeste, na subcategoria industrial com a marca Puro Sabor.

Custos dos Produtos Vendidos

No ano de **2020**, os custos dos produtos vendidos representaram **72,6%** da Receita Líquida do período (69,6% em 2019).

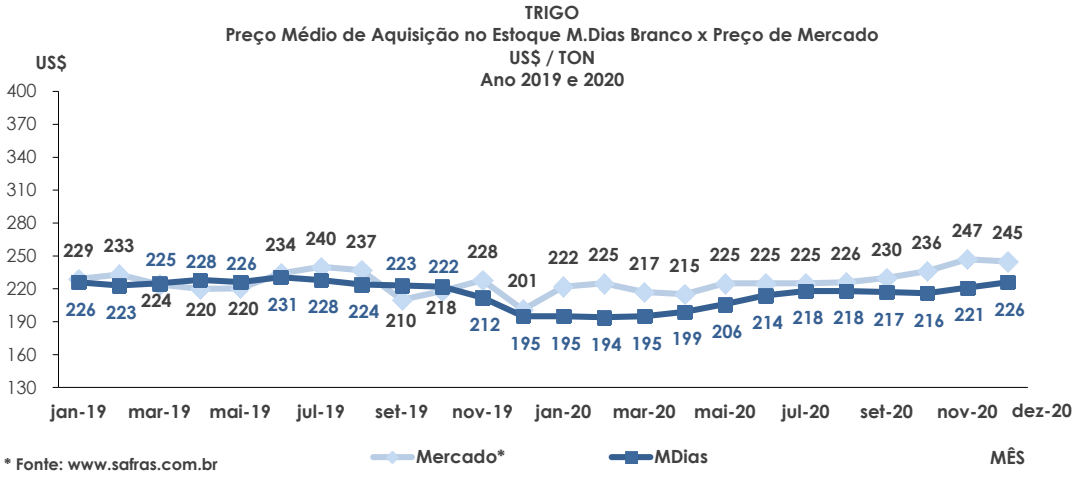
Custos dos Produtos Vendidos (R$ milhões)	2020	% RL	2019	% RL	AH%	AH -%RL
Matéria-Prima	**3.532,2**	**48,7%**	**2.688,9**	**44,1%**	**31,4%**	**4,6 p.p.**
Trigo	2.371,1	32,7%	1.729,2	28,3%	37,1%	4,4 p.p.
Óleo	588,1	8,1%	380,3	6,2%	54,6%	1,9 p.p.
Açúcar	182,6	2,5%	147,5	2,4%	23,8%	0,1 p.p.
Farinha de Terceiros	16,3	0,2%	139,9	2,3%	-88,3%	-2,1 p.p.
Gordura de Terceiros	2,9	0,0%	5,0	0,1%	-42,0%	-0,1 p.p.
Outros insumos	371,2	5,1%	287,0	4,7%	29,3%	0,4 p.p.
Embalagens	**478,3**	**6,6%**	**414,4**	**6,8%**	**15,4%**	**-0,2 p.p.**
Mão de obra	**623,6**	**8,6%**	**568,1**	**9,3%**	**9,8%**	**-0,7 p.p.**
Gastos Gerais de Fabricação	**452,6**	**6,2%**	**412,2**	**6,8%**	**9,8%**	**-0,6 p.p.**
Depreciação e Amortização	**176,6**	**2,4%**	**165,9**	**2,7%**	**6,4%**	**-0,3 p.p.**
Diversos	**-**	**0,0%**	**1,0**	**0,0%**	**-100,0%**	**0 p.p.**
TOTAL	**5.263,3**	**72,6%**	**4.250,5**	**69,6%**	**23,8%**	**3 p.p.**

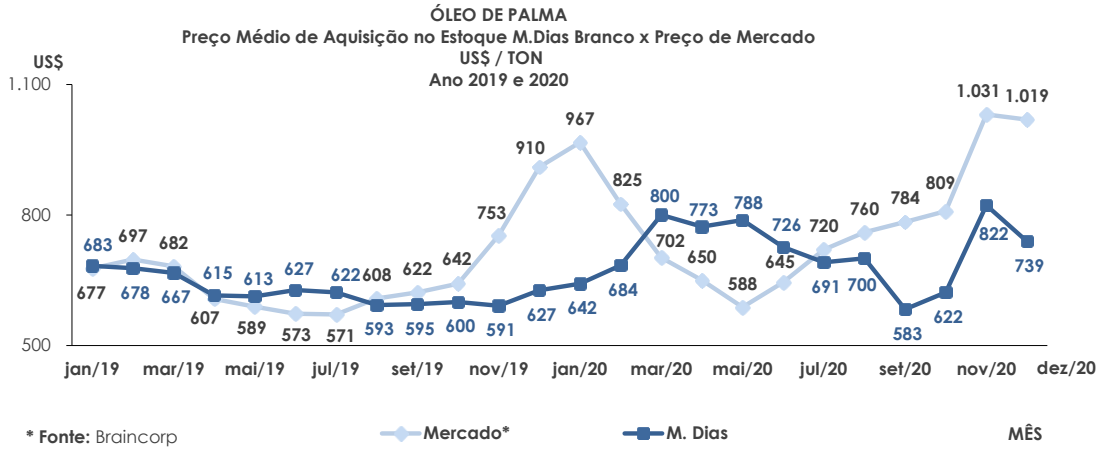
O aumento de **3p.p.** na representatividade do CPV sobre a receita líquida em 2020 vs 2019 foi reflexo dos seguintes fatores:

- ↑ Aumento de 14,3% no custo médio do trigo consumido (BRL);
- ↑ Aumento de 48,9% no custo médio do óleo consumido (BRL);
- ↑ Aumento de 17,3% no custo médio do açúcar consumido (BRL);
- ↓ Maior diluição dos custos fixos em função do aumento de 14,7% nos volumes produzidos;
- ↓ Ganhos com otimização e eficiência advindos do nosso Programa de Produtividade e Eficiência (Multiplique);
- ↓ Aumento da verticalização de farinha de trigo.

Preço Médio de Aquisição no Estoque das Principais Matérias-primas vs Preço Médio de Mercado

Os gráficos abaixo mostram a evolução dos preços do trigo e do óleo de palma para os períodos de 2019 a 2020:





Nota: O gráfico de preço médio de aquisição no Estoque da M. Dias Branco referente ao óleo de soja deixa de ser divulgado no Relatório da Administração, porém os dados continuam a ser divulgados em nosso site de Relações com Investidores https://ri.mdiasbranco.com.br/.

Produção e Utilização da Capacidade de Produção

Produção Efetiva / Capacidade de Produção *	Biscoitos		Massas		Farinha e Farelo		Marg. e Gorduras		Outras Linhas de Produtos**		Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Produção Total	598,4	550,8	462,0	391,0	1.765,1	1.503,5	192,1	185,2	17,0	15,2	3.034,6	2.645,7
Capacidade Total de Produção	896,1	868,6	580,8	556,6	2.319,6	1.962,9	385,7	401,3	38,7	39,5	4.220,9	3.828,9
Nível de Utilização da Capacidade	**66,8%**	**63,4%**	**79,5%**	**70,2%**	**76,1%**	**76,6%**	**49,8%**	**46,2%**	**43,9%**	**38,5%**	**71,9%**	**69,1%**

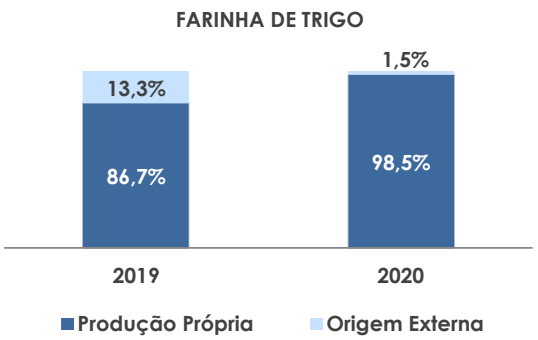
* Em mil toneladas

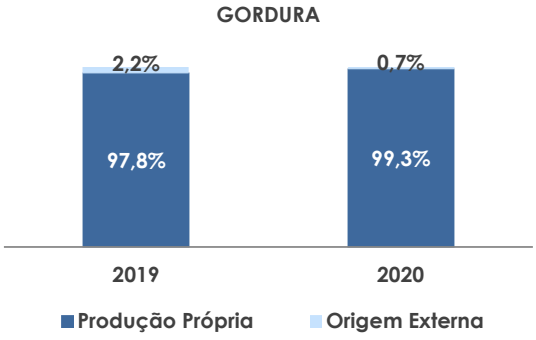
* * Bolos, Snacks, Mistura para Bolos e Torradas

Nota: A Capacidade total de produção é a máxima que se consegue extrair dos equipamentos, considerando as reduções provocadas pelas paradas de manutenção, tempo de setup, limpeza das linhas, restrições quanto à quantidade máxima de turnos admitidos em cada planta, etc.

Em **2020**, a Companhia aumentou a capacidade de produção e a produção total em **10,2%** e **14,7%**, respectivamente. Tal desempenho guarda relação com investimentos efetuados nos últimos anos, como o do moinho de Bento Gonçalves (RS), inaugurado em 2019. Além disso, com o intuito de atender à crescente demanda observada no decorrer de 2020, principalmente no 2T20 e 3T20, ativaram-se linhas de produção e, também, novos turnos de produção foram adotados.

Verticalização





O nível de verticalização da farinha de trigo em **2020** foi de **98,5%** (vs 86,7% em 2019). Esse aumento é reflexo do início das operações do moinho de Bento Gonçalves (RS) no 2S19, que passou a abastecer as regiões Sul e Sudeste. A verticalização de gordura foi de **99,3%** em **2020** vs 97,8% em 2019, aumento de 1,5p.p..

Subvenções Estaduais para Investimentos

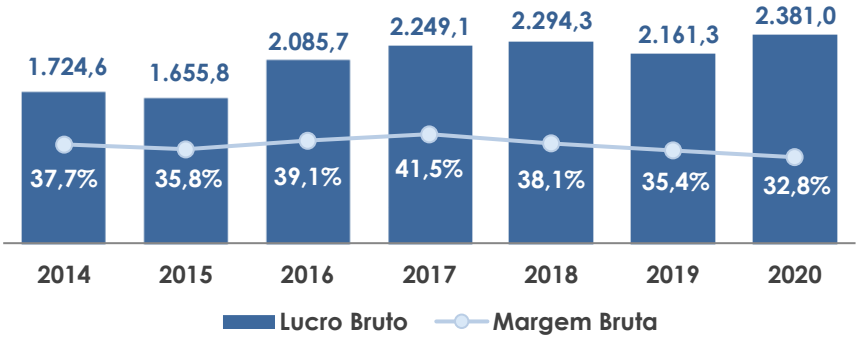
Subvenções para investimentos (R$ milhões)	2020	% RL	2019	% RL	AH%	AH -%RL
Subvenções para investimentos	391,8	5,4%	308,2	5,0%	27,1%	0,4 p.p.

O aumento do valor a título de subvenções estaduais para investimentos decorreu, principalmente, do aumento do custo de aquisição do trigo.

Lucro Bruto

O lucro bruto cresceu **10,2%** em valores nominais e a margem bruta reduziu **2,6p.p.**, pressionada pelos efeitos do custo do trigo e do óleo, em função da desvalorização do Real frente ao Dólar.

Evolução histórica - Lucro Bruto e Margem Bruta



Despesas Operacionais

As despesas operacionais aumentaram **2,4%** em **2020** em relação a 2019, com queda de **3,7p.p.** na sua representatividade sobre a receita líquida. Além dos ganhos de eficiência e produtividade advindos do Projeto Multiplique, o crescimento dos volumes vendidos de 12,1% contribuiu para a maior diluição das despesas fixas. Adicionalmente, registramos R$ 304,1 milhões de resultado não recorrente favorável (R$ 348,5 milhões de receitas com créditos tributários extemporâneos e R$ 44,4 milhões de despesas não recorrentes com reestruturação e relacionadas à pandemia, dentre outras).

Despesas Operacionais (R$ milhões)	2020	% RL	2019	% RL	AH%	AH -%RL
Vendas	1.506,4	20,8%	1.303,4	21,4%	15,6%	-0,6 p.p.
Administrativas e gerais	263,6	3,6%	258,2	4,2%	2,1%	-0,6 p.p.
Honorários da administração	15,2	0,2%	14,0	0,2%	8,6%	0 p.p.
Tributárias	32,0	0,4%	34,8	0,6%	-8,0%	-0,2 p.p.
Depreciação e amortização	83,1	1,1%	67,7	1,1%	22,7%	0 p.p.
Outras desp./(rec.) operac.	(239,4)	-3,3%	(56,2)	-0,9%	n/a	-4,2 p.p.
TOTAL	**1.660,9**	**22,9%**	**1.621,9**	**26,6%**	**2,4%**	**-3,7 p.p.**

Nota: Na Demonstração do Resultado, as despesas com depreciação e amortização foram incluídas nas respectivas despesas com vendas e administrativas, e as despesas tributárias foram adicionadas às outras despesas (receitas) líquidas. Para maiores informações, consultar Nota Explicativa nº 28 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Resultado Financeiro

Em **2020**, a Companhia registrou resultado financeiro positivo de **R$ 81,0 milhões** (R$ 30,5 milhões em 2019). O incremento foi influenciado principalmente pelo reconhecimento de atualizações de créditos tributários extemporâneos (exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins). Além disso, em 2019 foram reconhecidos R$ 20,7 milhões a título de complemento de provisão de atualização monetária sobre processos trabalhistas (IPCA E), determinação dada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), que não se repetiu em 2020.

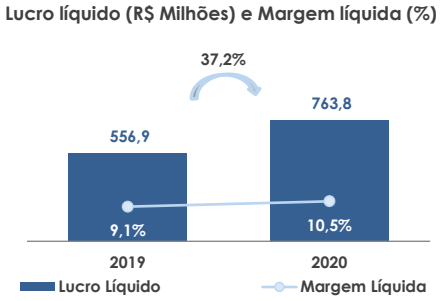
Destacamos também que a M. Dias Branco continua reafirmando seu compromisso com a política conservadora manifestada pela utilização de contratos de *swap*, que consiste na troca do risco cambial mais taxa prefixada por percentual do CDI, para proteção dos financiamentos de importação de insumos e capital de giro, os quais são registrados pelo valor justo e contabilizados no resultado financeiro.

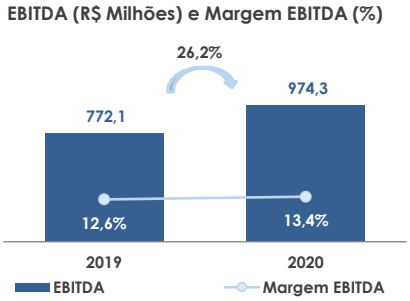
Resultado Financeiro (R$ Milhões)	2020	2019	AH% 2019 - 2020
Receitas Financeiras	182,3	151,6	20,3%
Despesas Financeiras	(92,5)	(105,1)	-12,0%
Variações Cambiais	(168,6)	(28,6)	n/a
Perdas / Ganhos com derivativos	159,8	12,6	n/a
TOTAL	**81,0**	**30,5**	**165,6%**

Lucro Líquido e EBITDA

O lucro líquido passou de R$ 556,9 milhões no exercício de 2019 para **R$ 763,8 milhões** em **2020** (**10,5%** da receita líquida), registrando um crescimento de **37,2%**. O EBITDA alcançou **R$ 974,3 milhões** em **2020** (**13,4%** da receita líquida), um aumento de **26,2%** em relação a 2019.

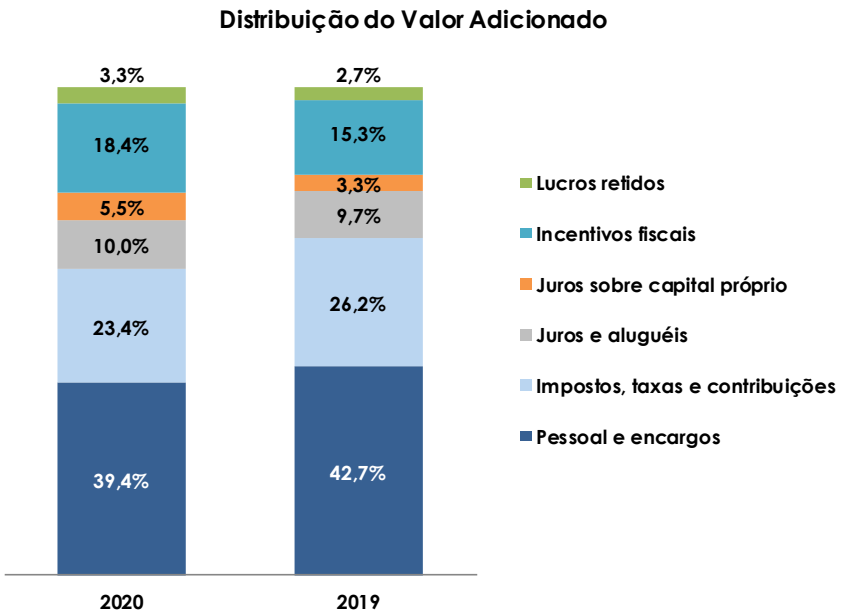
Em síntese, o resultado do ano foi impactado positivamente pelo crescimento da receita, e negativamente pela elevação dos custos, resultado da desvalorização do Real frente ao Dólar e da alta dos preços das *commodities* em Dólar. Por outro lado, os resultados do Projeto Multiplique, executado ao longo de 2020 e dirigido à captura de ganhos de produtividade e eficiência, bem como a publicação da política de hedge em julho de 2020, gradualmente implantada nos meses subsequentes, mitigaram os efeitos desfavoráveis do câmbio e da alta das *commodities*.





Valor Adicionado

Destaca-se no gráfico a seguir a distribuição da riqueza gerada pela Companhia em 2020:

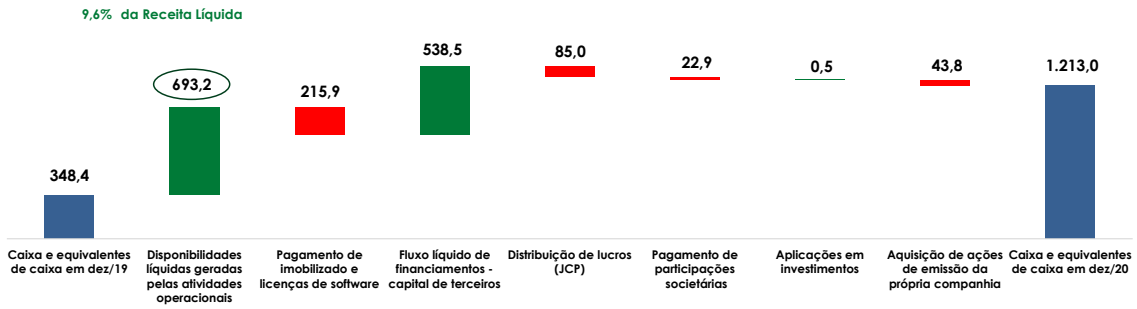


Capitalização, Dívida e Fluxo de Caixa

Capitalização (em R$ milhões)	2020	2019	Variação
Caixa	1.213,0	348,4	n/a
Aplicações Financeiras de Curto Prazo	16,4	16,4	0,0%
Aplicações Financeiras de Longo Prazo	3,3	3,8	-13,2%
Endividamento Total	**(1.589,1)**	**(979,7)**	**62,2%**
(-) Curto Prazo	(776,1)	(608,2)	27,6%
(-) Longo Prazo	(813,0)	(371,5)	n/a
Instrumentos Financeiros a Receber (Pagar)	**5,7**	**6,1**	**-6,6%**
(=) Caixa Líquido (Dívida Líquida)	**(350,7)**	**(605,0)**	**-42,0%**
Patrimônio Líquido	6.645,6	6.034,9	10,1%
Capitalização	**8.234,7**	**7.014,6**	**17,4%**

No tocante ao caixa, em **2020**, a Companhia registrou aumento nas disponibilidades, encerrando o período com **R$ 1,2 bilhão** (R$ 348,4 milhões em 2019). Esse crescimento foi ocasionado, principalmente, pelo maior volume do fluxo líquido de financiamentos, aliado à geração de disponibilidades líquidas pelas atividades operacionais, que em 2020 alcançou o montante de **R$ 693,2 milhões**.

Em R$ Milhões

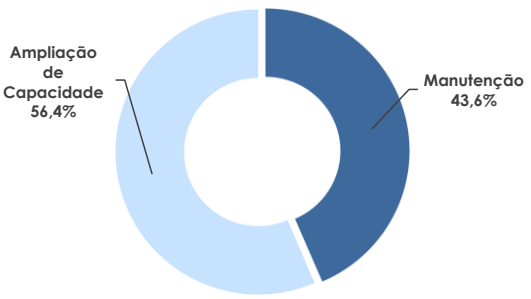


Investimentos

Investimentos (R$ milhões)	2020	2019	Variação
Instalações	26,4	51,5	-48,7%
Máquinas e Equipamentos	121,0	156,6	-22,7%
Obras Civis	43,5	69,3	-37,2%
Veículos	0,3	0,6	-50,0%
Computadores e Periféricos	4,0	9,8	-59,2%
Móveis e Utensílios	8,8	12,9	-31,8%
Terrenos	3,8	2,9	31,0%
Licença de Uso de Software	12,1	15,8	-23,4%
Outros	1,9	1,9	0,0%
Total	**221,8**	**321,3**	**-31,0%**

Nota: No total de investimentos, passamos a incluir licença de uso de softwares, marcas e patentes, sem considerar o valor de investimento com aquisição de empresas.

Investimentos 2020 - R$ 221,8 milhões



Os investimentos totalizaram **R$ 221,8 milhões** em **2020** (R$ 321,3 milhões em 2019), distribuídos entre expansão e manutenção. Dentre os itens que compuseram os gastos com investimentos ao longo do ano, destacam-se: (i) aquisição de equipamentos e expansão da unidade de moagem em Bento Gonçalves (RS); (ii) construção de bolsão para caminhões de trigo em Bento Gonçalves (RS); (iii) adequação do CD da unidade do Rio de Janeiro; (iv) adequação e nova linha de massa longa para a

unidade Piraquê; (v) estação de tratamento de efluentes para a unidade de Maracanaú; e (vi) reestruturação da unidade de São Caetano do Sul (SP).

A Companhia mantém investimentos em sociedades controladas, cujas movimentações e detalhes estão relacionados na Nota Explicativa nº 10 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Informações de Mercado

Canal de Vendas

Encerramos o ano de 2020 com a receita bruta deduzida de descontos distribuída mais homogeneamente entre os canais. Destacamos o crescimento do canal de Distribuidores, importante para o nosso crescimento na região de Ataque (Sul, Sudeste e Centro-Oeste).

Mix de Clientes	2020	2019	Variação
Varejo	26,8%	29,8%	-3 p.p
Atacado	22,4%	24,2%	-1,8 p.p
Key Account / Rede Regional	20,8%	20,6%	0,2 p.p
Cash & Carry	18,2%	18,9%	-0,7 p.p
Distribuidores	7,3%	4,5%	2,8 p.p
Indústria	1,0%	0,9%	0,1 p.p
Outros	3,5%	1,1%	2,4 p.p
TOTAL	**100,0%**	**100,0%**	

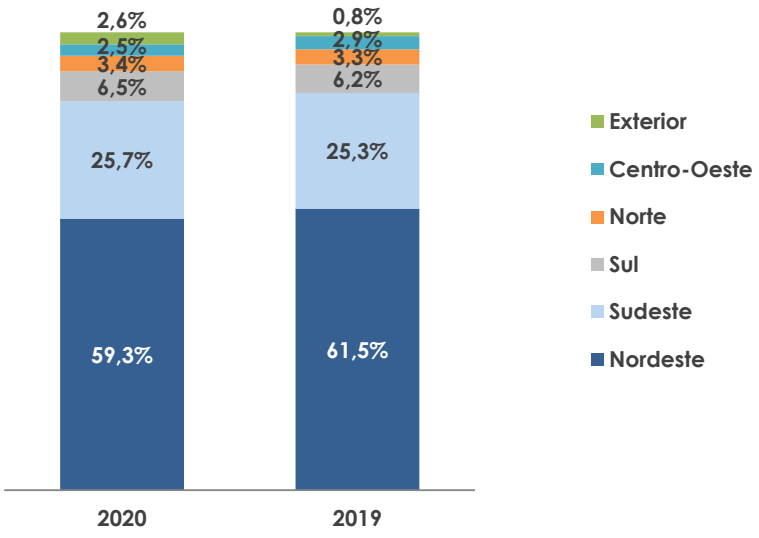
Maiores Clientes		Vendas 2020 (R$ Milhões) *	Participação na Receita Líquida de Descontos	
Sequência	Acumulado		Na Faixa	Acumulada
Maior Cliente	1	910,0	10,5%	10,5%
49 Subsequentes	50	2.417,4	27,9%	38,4%
50 Subsequentes	100	662,5	7,6%	46,0%
900 Subsequentes	1.000	2.483,1	28,6%	74,6%
Demais Clientes	Todos	2.201,4	25,4%	100,0%
TOTAL		**8.674,4**		

* Receita bruta deduzida de descontos

Vendas por Região

Em linha com a estratégia de diversificação geográfica das vendas, a representatividade do conjunto da região de Ataque passou de 34,4% em 2019 para 34,7% em 2020. Destacamos o desempenho das Exportações no período, que alcançaram 44 países (35 em 2019) e uma receita bruta de R$ 235,2 milhões (+278,2% vs 2019).

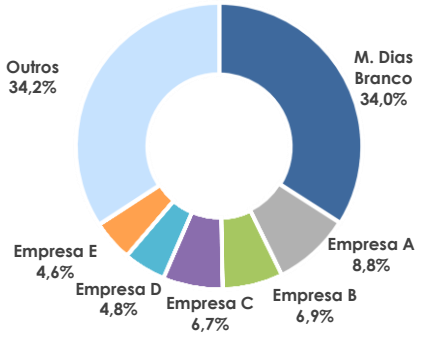
Vendas por Região (% da Receita Líquida de Descontos)



Market Share

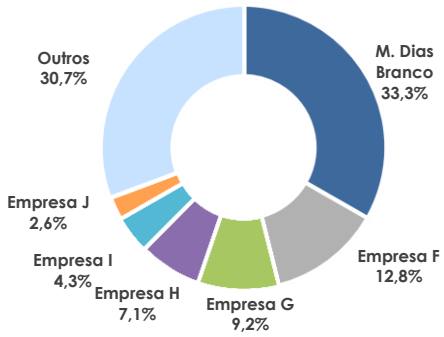
Apresentamos no gráfico abaixo o *market share* Brasil (em % de volume vendido) da M. Dias Branco, líder nacional nos mercados de massas e biscoitos, e dos principais concorrentes no período acumulado de janeiro a dezembro de 2020.

Market Share Biscoitos*- Brasil (em % de volume vendido)



* Dados da *NIELSEN* para o período de jan a dez de 2020.

Market Share Massas*- Brasil (em % de volume vendido)



* Dados da *NIELSEN* para o período de jan a dez de 2020.

Marcas e Desenvolvimento de Novos Produtos

M. Dias Branco: principais ações das marcas

Em 2020, realizamos o maior investimento em marketing da nossa história, com lançamentos de produtos, ações no ponto de venda e importantes avanços nos planos de comunicação. Por decisão estratégica, os investimentos foram concentrados nas seis principais marcas: Piraquê, Vitarella, Adria, Fortaleza, Richester e Isabela, com grande investimento em campanhas nacionais, como "Criações Originais", "Juntos tem mais sabor", "A vida acontece nos detalhes", "Cuidado em cada Detalhe", entre outras.

Em maio de 2020, durante um período crítico da pandemia de COVID-19, realizamos a campanha "Você Doa. A Gente Doa", que incentivou a doação de sangue a hemocentros, pois os estoques estavam muito baixos. A campanha ocorreu em seis estados do País: Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, por meio das marcas Adria, Fortaleza, Isabela, Piraquê e Vitarella. Para cada bolsa de sangue doada, nossas marcas doavam 500 produtos alimentícios para instituições carentes. Ao todo, foi destinado R$ 1,2 milhão em recursos financeiros e mais R$ 1,2 milhão em alimentos a instituições. O resultado foi a arrecadação de mais de 7 mil bolsas de sangue e a doação de mais de 500 toneladas de alimentos.

Pesquisa e Desenvolvimento em Novos Produtos

A Companhia adota um modelo próprio de inovação para alavancar resultados financeiros e crescimento de mercado, com práticas estruturadas que viabilizam a criação assertiva de novos produtos e embalagens alinhados às necessidades e diversidades de paladares dos consumidores, tendências de mercado nacional e internacional e cenários de avanços tecnológicos. Paralelamente, a Companhia também gerencia projetos de otimização e redução de custos, bem como estudos de análises sensoriais dos produtos.

A atuação da nossa área de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) contempla as frentes de lançamentos de novos produtos, melhorias dos produtos existentes, redução de custos sem perda de qualidade nos produtos, pesquisas de novas tecnologias e ingredientes, suporte técnico aos processos fabris e demais áreas de apoio, gestão de Assuntos Regulatórios e gestão da inovação para todas as categorias de produtos da empresa.

Em 2020, foram investidos R$ 10,7 milhões em P&D, valor um pouco menor quando comparado ao ano anterior devido à estratégia de desaceleração dos lançamentos no ano em função do cenário global de pandemia. Foram lançados 62 novos produtos, os quais somados aos lançamentos dos últimos 24 meses, totalizaram R$ 357 milhões em receita, o que representou 4,5% da receita bruta da Companhia. Esse percentual chamamos de índice de inovação e é acompanhado trimestralmente pela área de gestão da inovação. O acompanhamento dos projetos ocorre por meio de ferramentas e metodologias como *Stage Gate*, *Project Builder* e *Dashboard* de resultados.

Em conjunto com a área de Marketing, definimos como direcionadores para inovação cinco macrotendências: saudabilidade, indulgência, sustentabilidade, valorização dos ingredientes locais e conveniência. Realizamos também um *workshop* de geração de ideias com base nestes direcionadores, que auxiliará na construção do pipeline de projetos com visão de médio e longo prazo.

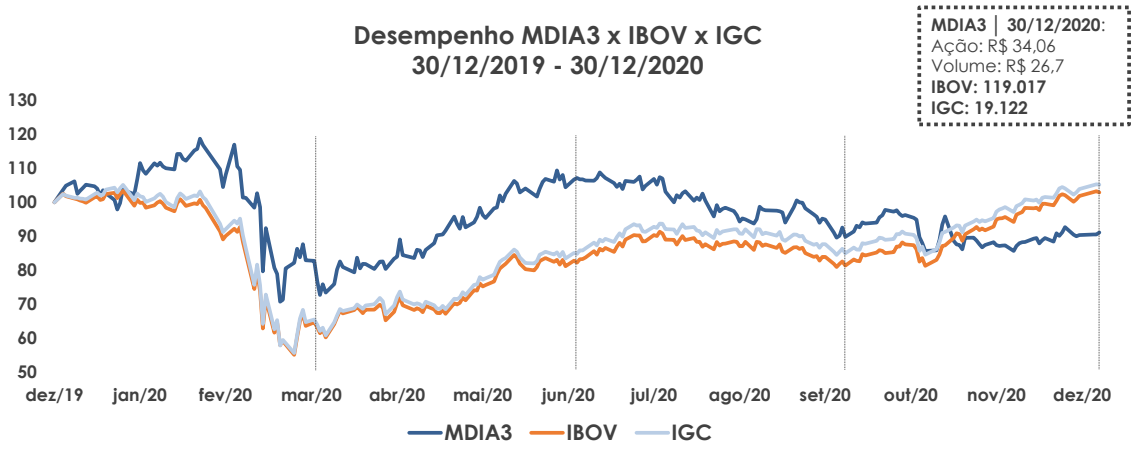
Em 2020, demos continuidade ao Programa Germinar, lançado em parceria com o Senai/CE, para acelerar a inovação selecionando *startups* de todo o Brasil. O foco dessa edição é a Tecnologia, buscando avançar em temas da indústria 4.0.

Os projetos selecionados receberão apoio para o desenvolvimento de uma prova de conceito, passando por processos de validação, prototipação e teste. Cada projeto terá a duração máxima de 12 meses e contará com investimento que pode variar de R$ 250 a R$ 400 mil. A previsão de término desta edição é fevereiro de 2022.

Performance no Mercado de Ações

A Companhia negocia suas ações na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), com o código MDIA3, listadas no segmento do Novo Mercado. Em 30 de dezembro de 2020, havia 83.703.722 ações em circulação no mercado, representando 24,7% do capital total da Companhia, cotadas a R$ 34,06 cada, totalizando R$ 2.850,3 milhões. O número médio de negócios com as ações MDIA3 em 2020 foi de 7.037 (3.814 em 2019) e o valor financeiro médio diário de negócios foi de R$ 45,7 milhões em 2020 (R$ 28,7 milhões em 2019).

O gráfico a seguir demonstra o desempenho da ação MDIA3 em relação ao Ibovespa e ao IGC no ano de 2020.



Nota: IBOV é o mais importante indicador do desempenho médio das cotações das ações negociadas na B3. É formado pelas ações com maior volume negociado nos últimos meses. IGC é um indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de empresas listadas no Novo Mercado ou nos Níveis 1 ou 2 de Governança Corporativa da B3.

A M. Dias Branco faz parte de importantes índices: ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), ICO2 (Índice Carbono Eficiente), IBrX-100 (Índice Brasil 100), IBrA (Índice Brasil Amplo), ICON (Índice de Consumo), IGC (Índice de Governança Corporativa Diferenciada), Índice de Governança Corporativa – Novo Mercado (IGC-NM), IGCT (Índice de Governança Corporativa Trade), Índice do Setor Industrial (INDX), Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG), Índice *Small Cap* (SMLL).

Governança Corporativa

• Estrutura de Governança

Nossa Companhia está listada no segmento Novo Mercado da B3 desde 2006, contando apenas com ações ordinárias, *tag along* e *Rating* Nacional de Longo Prazo AAA(bra) Perspectiva Estável. O Conselho de Administração Titular foi eleito com 50% de membros independentes e 33% de mulheres. Adicionalmente, desde 2014, os cargos de Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração são ocupados por pessoas distintas.

Os principais mecanismos de integridade da M. Dias Branco são: o Código de Ética, que dissemina os nossos princípios e valores; Canal Ético, em linha com o Objetivo de

Desenvolvimento Sustentável da ONU – Paz, Justiça e Instituições Eficazes, como instrumento de recepção de comunicados relacionados a condutas contrárias ao seu Código de Ética; Comitê de Ética; e Comitê de Auditoria não estatutário, que conta exclusivamente com membros independentes, o que reforça nosso compromisso com a transparência das informações divulgadas.

Encerramos 2020 com a certeza de que honramos o compromisso de manter a produção, comercialização e distribuição de alimentos, de forma que não faltasse o essencial nos lares das pessoas impossibilitadas de sair de casa nesse período de exceção. Frente à Pandemia de COVID-19, a M. Dias Branco, zelando pela saúde e segurança dos colaboradores e seus familiares, emprega diversas iniciativas de prevenção e proteção recomendáveis ao ambiente de trabalho, pautadas nas orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde.

Nesse sentido, com o objetivo de agilizar o tratamento e o encaminhamento de ações que estão sendo adotadas pela M. Dias Branco, constituiu-se um comitê de crise formado por gestores de diferentes áreas. Além disso, abriu-se um canal de comunicação com a equipe médica da Companhia, de forma que os colaboradores possam interagir 24 horas por dia.

Visando a continuidade das nossas atividades, abrimos vagas temporárias, promovemos medidas para potencialização do caixa da empresa, readequamos o planejamento da produção e desenvolvemos novos canais de distribuição, algumas das medidas tomadas até o momento que permitiu garantir o funcionamento das operações da Companhia, mantendo o nível de atendimento à demanda do mercado.

O Comitê permanece atento às decisões judiciais, administrativas, legislativas e regulatórias em vigor, sempre com a intenção de assegurar que as decisões da Companhia estejam constantemente atualizadas.

Saindo do campo da saúde, o ano de 2020 foi marcado, também, por variações nos preços das *commodities* e das moedas, elementos relevantes para o planejamento da Companhia. Assim, com o objetivo de fortalecer sua posição em face a esse cenário, foi aprovada, por unanimidade do Conselho de Administração, a Política de Hedge, que, ao estabelecer diretrizes no processo de precificação e acompanhamento de *commodities* e moedas estrangeiras, permite, entre outros pontos, identificar os riscos oriundos da exposição à variação dos preços e monitorar a exposição cambial da Companhia em função do alcance de seus objetivos orçamentários e estratégicos.

Afirmando o engajamento da Administração com a geração de valor para os acionistas, tivemos, em 2020, a aprovação da nova Política de Remuneração aos Acionistas que prevê percentual alvo de 60% (sessenta por cento) do lucro líquido ajustado relativo ao exercício de referência e frequência de 5 pagamentos ao ano, sendo 4 deles com valor fixado de R$ 0,05 por ação e o quinto referente ao valor residual após aprovação pela Assembleia Geral que deliberará sobre as demonstrações financeiras do exercício em referência.

Em busca de evolução contínua, acompanhamos um indicador interno, o Índice M. Dias Branco de Governança Corporativa (iMDB), que abrange os requerimentos do:

- Regulamento do Novo Mercado (obrigatório);
- Código Brasileiro de Governança Corporativa (aplique ou explique);
- Índice Dow Jones de Sustentabilidade (referência de mercado);
- Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) (referência de mercado).

Assim, ao considerar os principais referenciais de mercado, podemos direcionar esforços de melhoria e mensurar nossos avanços frente às demandas já consolidadas no mercado e na sociedade, com objetividade e pragmatismo.

Relações com Investidores

O ano de 2020 foi marcado por grandes avanços que contribuíram para a evolução do nosso programa de relações com investidores.

Incorporamos à nossa rotina a interação com acionistas e outros participantes do mercado através de meios digitais, como por exemplo as *lives*, dando mais visibilidade à M. Dias Branco e nos aproximando, principalmente, dos investidores pessoas físicas.

O número de investidores pessoas físicas com ações da M. Dias Branco aumentou, passando de 57.053 em 2019 para 79.724 ao final de 2020.

A liquidez de MDIA3 aumentou em 2020, com o volume financeiro médio por dia negociado na B3 passando de R$ 28,7 milhões em 2019 para R$ 45,7 milhões em 2020, conforme já mencionado.

Publicamos uma nova Política de Remuneração aos Acionistas, lançamos o programa de recompra de ações de emissão da própria Companhia e estabelecemos uma Política de Hedge, com o objetivo de proteger, dar previsibilidade e otimizar o resultado da Companhia, em função de variações dos preços de moedas e *commodities*.

Em 2020, a agência de classificação de ratings Fitch reavaliou a classificação de risco de crédito da Companhia e, pelo terceiro ano consecutivo, obtivemos a classificação de Rating Nacional de Longo Prazo AAA (BRA) com perspectiva estável.

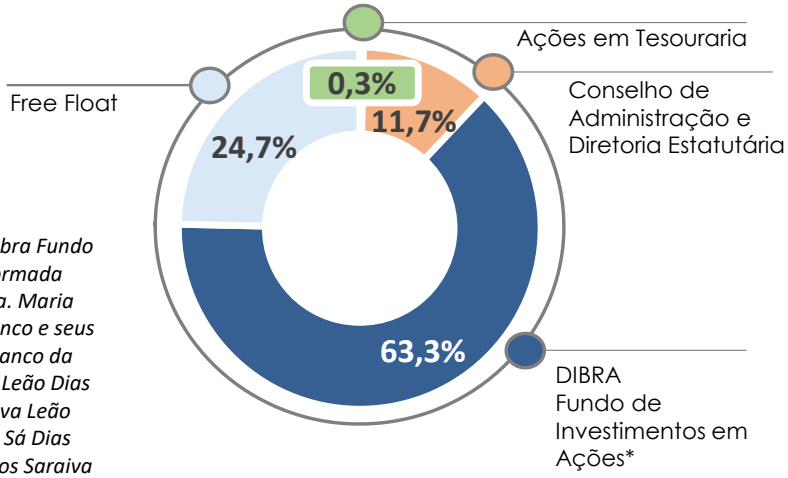
Reconhecimento

Ao longo de 2020, as práticas de gestão e de mercado da M. Dias Branco foram reconhecidas por algumas entidades. Neste sentido, destacou-se:

- Conquista do Troféu Transparência ANEFAC (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade), que reconhece a qualidade e a transparência das demonstrações financeiras, pela quarta vez consecutiva;
- Reconhecida como a melhor empresa da categoria Alimentos no 17º prêmio Melhores da Dinheiro, da revista IstoÉ Dinheiro;
- Adria (1º Lugar) e Vitarella (4º Lugar) no Folha Top of Mind - Categoria Alimentos;
- Passamos a integrar o grupo das 100 empresas que mais se destacaram em inovação aberta no País, conforme *ranking* anual da 100 Open Startups, plataforma que conecta *startups* a grandes empresas brasileiras;
- Segundo *ranking* elaborado pela Forbes, estamos entre as 100 empresas que mais realizaram doações no País durante a pandemia de COVID-19;
- Integramos a lista de 11 empresas da seleção ESG elaborada pelo BB Investimentos, que teve como critérios o controle de emissões e uso racional dos recursos, diversidade nas equipes, combate ao trabalho infantil e controle de corrupção.

Controle Acionário

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da M. Dias Branco totalizou R$ 2.567,9 milhões, inteiramente subscrito, integralizado e dividido em 339.000.000 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal. As ações da Companhia estão assim distribuídas:



** A composição acionária do Dibra Fundo de Investimentos em Ações é formada pela família M. Dias Branco (Sra. Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco e seus filhos Maria das Graças Dias Branco da Escóssia, Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco, Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior e Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco).*

Remuneração dos Acionistas

Na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 18 de dezembro de 2020, foi aprovado o crédito no valor de R$ 154,5 milhões aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio ("JSCP"), os quais foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício social de 2020, nos termos do artigo 9º da Lei nº 9.249/95, alterado pela Lei n.º 9.430/96, e do §2º do artigo 24 do Estatuto Social da Companhia. O valor de JSCP por ação é de R$ 0,4572271386.

O crédito foi efetuado no dia 31 de dezembro de 2020, com base nas posições acionárias existentes no fechamento do pregão da B3 do dia 23 de dezembro de 2020, e o pagamento aos acionistas ocorrerá no dia 03 de maio de 2021. A partir de 28 de dezembro de 2020, as ações são consideradas "ex-juros sobre capital próprio".

Cláusula Compromissória de Arbitragem

Pelo Regulamento do Novo Mercado e pelo Estatuto Social da Companhia, seus acionistas, administradores e a B3 se obrigam a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com as normas estatutárias, de regulação do mercado e legislação pertinente.

Relacionamento com os Auditores Independentes

A empresa PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PWC) foi contratada para auditar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e revisar as informações financeiras intermediárias (trimestrais) da M. Dias Branco do exercício. A referida empresa não prestou serviços conflitantes, conforme disposto na Instrução CVM 308. As informações não financeiras

da Companhia e suas controladas, assim como as expectativas da Administração quanto ao seu desempenho futuro e de suas controladas, não foram auditadas pela PWC.

No sentido de atender ao disposto na Instrução CVM nº 381/2003, a Companhia informa que durante o exercício de 2020 foram contratados à PWC outros serviços, no total de R$ 1,1 milhão, que correspondeu aproximadamente a 220% dos honorários de auditoria. Os serviços consistiram em honorários referentes a revisão e avaliação das normas e regulamentos fiscais relacionadas aos processos judiciais que transitaram em julgado sobre a matéria de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS e emissão das *comfort letter* sobre a emissão de certificados de recebíveis do agronegócio.

A Administração reconhece que os referidos serviços não comprometeram a independência dos citados auditores. Como parte da política interna da Companhia, todos os serviços prestados pela empresa de auditoria independente devem ser analisados pelo comitê de auditoria antes de sua realização, como forma de garantir que não haja conflito de interesse.

Desenvolvimento e Valorização do Capital Humano

Ao final de 2020, contávamos com 17.100 colaboradores, redução de 3,18% em relação a 2019, consequência de reestruturações realizadas ao longo do ano em diversas áreas. Os Direcionadores Estratégicos para os ciclos de 2020 a 2024 foram revisados, levando em consideração a qualidade de vida no trabalho, bem como o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores.

O programa de Gestão de Desempenho, que objetiva o desenvolvimento de competências para a melhoria contínua da performance dos colaboradores, envolveu mais de 1.700 colaboradores, crescimento de 5,94% em relação ao ano anterior.

Com o intuito de reforçar o papel do colaborador no protagonismo de carreira, foram realizadas algumas ações como: Divulgação da Websérie sobre Gestão de Carreira explicando Mundo VUCA, Programas de Carreira M. Dias, Ferramentas de Planejamento de Carreira e Protagonismo; criação do ícone de Carreira no Vamos Juntos com Websérie, com informações do Currículo interno e da Gestão de desempenho; realização da Jornada do Conhecimento sobre Carreira (Protagonismo, Carreira Não Linear/ Y, experiência no exterior e ferramentas) e Revisão do Programa de Gestão de Desempenho reforçando o protagonismo do colaborador.

Com o isolamento social, tivemos que modificar a forma com que desenvolvemos os nossos colaboradores, implementamos novas soluções de educação à distância, possibilitando a conexão dos colaboradores de todas as Unidades da M. Dias Branco, em todas as localidades do país onde se encontram presentes. Com a implantação das novas soluções de ensino a distância, pudemos aumentar a oferta de cursos online (autosserviço).

Em relação à remuneração e aos benefícios, destacamos a implantação do plano odontológico nas unidades que não tinham o benefício e custeio de 70% da mensalidade do plano para todos os colaboradores. Fizemos adequações no plano de saúde e a empresa passou a custear 100% da mensalidade do plano de saúde para todos os colaboradores e estagiários.

Na área de Saúde no ano de 2020, destacamos a realização de 40 ações preventivas de saúde nas unidades industriais com diversas abordagens, tais como Combate à Dengue/Zica/Chikungunya, Prevenção de doenças infectocontagiosas, Saúde da Mulher, Prevenção e Combate a Surdez, entre outras. Também, em função da COVID-19, realizamos a identificação e acompanhamento dos colaboradores mapeados como Grupo de Risco, com o monitoramento de sua saúde rotineiramente. Implantamos o Canal de Teleatendimento 24 horas, acompanhando e prestando o serviço de monitoramento dos colaboradores que apresentavam sintomas gripais ou que relatassem ter tido contato com alguém diagnosticado com COVID-19, com uma média de 4.885 atendimentos realizados entre profissionais médicos e de enfermagem.

Sustentabilidade Corporativa

Procuramos por meio de nossas práticas de gestão tornar cada vez mais efetivo nosso comprometimento com a sustentabilidade do negócio. Acreditamos que os pilares – finanças, pessoas, sociedade, meio ambiente - são fundamentais para alcançarmos o desenvolvimento sustentável.

Em 2020, como resultado de todos os avanços e ações implementadas ao longo dos anos, entramos no Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE) e no ICO2 (Índice de Carbono Eficiente da B3), que possui vigência de janeiro a abril de 2021.

Outro grande avanço em 2020 foi a adoção do preenchimento do formulário do CDP (*Carbon Disclosure Project*).

Seguimos confiantes no potencial de crescimento sustentável da M. Dias Branco, certos de que estamos fazendo os investimentos necessários, e continuamos trabalhando firme para a geração de valor da Companhia e para que todas as suas marcas sejam cada vez mais lembradas e desejadas por nossos clientes e consumidores.

Estratégias e Perspectivas

Nosso direcionamento estratégico é baseado no fortalecimento da M. Dias Branco como empresa nacional de alimentos e na pavimentação da sua atuação internacional. Essa consolidação passa também pela ampliação da eficiência operacional com otimização no uso de recursos naturais como energia e água, bem como a redução no uso de embalagens, atuação em novos negócios, desenvolvimento de produtos mais nutritivos e manutenção de políticas de dividendos.

Nossa expansão deve ocorrer por meio de crescimento orgânico e/ou de aquisições de outras empresas, analisando oportunidades que agreguem valor ao nosso negócio, sempre tendo comprometimento com os mais elevados padrões de desenvolvimento sustentável, gestão empresarial e governança corporativa.

Temos foco no desenvolvimento de novas formas de alcançar crescimento, com melhoria da produtividade, satisfação do cliente/consumidor e geração de valor para o acionista e outros *stakeholders*, como as comunidades no entorno de nossas operações. Tudo isso realizado por uma equipe de profissionais dedicados e capacitados, cuja remuneração está alinhada aos objetivos de curto e longo prazo da empresa.

Por meio de uma estratégia comercial executada com disciplina, investimentos consistentes em Marketing, modelos de precificação assertivos e estratégias de negócios que usam a tecnologia para atender aos modelos de mercado, cresceremos em regiões e subcategorias de produtos.

As principais incertezas relacionadas com o crescimento ao longo do tempo são a oscilação cambial e o preço das *commodities*, os incentivos tributários e a manutenção de um portfólio de produtos aderentes aos anseios do mercado consumidor.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições contidas na Instrução CVM nº 480/2009, a diretoria declara que discutiu e reviu as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, com as quais concorda integralmente, assim como aprova as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A M. Dias Branco S. A. Indústria e Comércio de Alimentos ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, com ações listadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, no segmento Novo Mercado (MDIA3), integrando a carteira de Índice Brasil – IbrX; Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE; Índice de Carbono Eficiente – ICO2; dentre outras. Iniciou suas atividades em 1951, sua sede está situada na Rodovia BR 116, KM 18, s/n, no Eusébio, Estado do Ceará, e tem por objeto social a industrialização, o comércio e a distribuição de produtos alimentícios derivados do trigo, especialmente biscoitos, massas alimentícias e farinha/farelo de trigo, atuando, também, na fabricação, comercialização e distribuição de margarinas e gorduras vegetais, bolos, mistura para bolos, torradas e *snacks*. Seu processo de produção é integrado e verticalizado, produzindo a maior parte de duas das principais matérias-primas para a produção de biscoitos e massas, no caso a farinha de trigo e a gordura vegetal. Cinco de seus moinhos de trigo estão fisicamente integrados a fábricas de biscoitos e massas, eliminando custos de transporte da farinha de trigo utilizada na produção desses dois itens principais.

Em 27 de dezembro de 2019, a Companhia aprovou a incorporação da Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A. (Piraquê), sociedade brasileira que atua no ramo alimentício, através da fabricação e comercialização de massas, biscoitos, salgadinhos e refrescos, empresa que foi adquirida em 16 de maio de 2018 e que possui duas unidades de produção localizadas no Estado do Rio de Janeiro, uma em Madureira, onde funcionam uma fábrica de biscoitos, massas alimentícias e gordura vegetal e outra localizada em Queimados, onde está instalada uma fábrica de biscoitos, operando de forma integrada com unidades destinadas a armazenagem e/ou distribuição de produtos, situadas nos Estados do Rio de Janeiro, Espirito Santo, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Bahia.

Após o processo de incorporação, a Companhia passou a contar com quatorze unidades de produção, sendo oito situadas na região Nordeste (Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte), quatro localizadas na região Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro) e duas instaladas na região Sul (Rio Grande do Sul e Paraná). Nessas unidades operam sete moinhos de trigo, nove fábricas de massas alimentícias, nove fábricas de biscoitos, duas fábricas de gorduras e margarinas vegetais, uma fábrica de snacks e bolos, uma fábrica de mistura para bolos e uma fábrica de torradas. Em operação integrada a essa estrutura de produção, a Companhia possui trinta e oito centros de distribuição destinados à armazenagem, comercialização e/ou distribuição de seus produtos, localizados nos seguintes estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo, e Sergipe.

A Companhia detém as seguintes marcas no mercado nacional: Adria, Aldente, Basilar, Bonsabor, Estrela, Fortaleza, Finna, Isabela, Pelágio, Pilar, Piraquê, Predilleto, Richester, Salsito, Treloso, Vitarella e Zabet.

2. Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Desde então, a Companhia vem monitorando os desdobramentos da pandemia no Brasil e mapeando seus reflexos em seus negócios. Desse modo, vem conseguindo manter o desenvolvimento de suas atividades de produção e distribuição de alimentos, garantindo as condições necessárias para a preservação da saúde dos seus profissionais. As ações já adotadas, aliadas à determinação do Poder Público em buscar garantir o funcionamento das empresas do ramo alimentício, têm sido decisivas para manter o curso regular das atividades e garantir o abastecimento de seus produtos no mercado.

Nesse sentido, a Companhia constituiu um comitê de crise formado por gestores das mais variadas áreas para, de forma mais ágil, tratar e encaminhar as ações que estão sendo tomadas pela Companhia, tendo como principais frentes: (i) gestão de pessoas; (ii) gestão de clientes e marcas; (iii) gestão da cadeia de suprimentos; e, (iv) gestão financeira, conforme fato relevante divulgado ao mercado em 27 de março de 2020.

No intuito de preservar a saúde e a segurança de seus colaboradores, a Companhia tem atuado de forma prudente, por meio da adoção de diversas iniciativas, pautadas, sobretudo, nas orientações da Organização Mundial da Saúde e nas determinações dos órgãos governamentais.

Assim, desde início da pandemia, a Companhia vem mantendo a adoção de diversas medidas de prevenção a Covid-19, nas quais destacam-se:

- Acompanhamento sistemático de relatórios diários sobre o número de colaboradores afastados pela COVID-19;
- Adoção de protocolos de higiene e distanciamento para profissionais e terceirizados;
- A intensificação da higienização dos ambientes, reorganização dos espaços e delimitação de distância entre as pessoas;
- Instalação de barreiras físicas, disponibilização de máscaras, álcool em gel, medição de temperatura e vacinas H1N1;
- Campanhas internas de conscientização, disponibilização de canais de comunicação exclusivos com as equipes de medicina do trabalho 24 horas por dia;
- Adoção do teletrabalho (home office) para os profissionais com atividades aderentes a esse modelo;
- Investimento em ferramentas tecnológicas de comunicação e trabalho colaborativo;
- Restrição de viagens e de participação em eventos presenciais;
- Atendimento psicológico e suporte à saúde mental dos profissionais;
- Intensificação de treinamentos e eventos online;
- Programação on-line de incentivo à saúde (ginástica laboral, por exemplo) e de eventos culturais;
- Canais de denúncias para possíveis descumprimentos dos protocolos de higiene e distanciamento social; e
- Disponibilização de computadores e cadeiras ergonômicas.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Para a manutenção das nossas atividades, destacam-se:

- Plano de contingência com abertura de 500 (quinhentas) vagas temporárias, para manter o nível de atendimento às demandas do mercado;
- Definição de um plano de retomada gradual dos colaboradores em *home office* com garantia de condições de distanciamento social e acesso aos materiais de higiene para todos;
- Implantação de incentivo financeiro seguindo critérios de assiduidade para os colaboradores operacionais em atividades presenciais;
- Acompanhamento intensificado para garantir o atendimento aos clientes e continuidade de toda cadeia de suprimentos;
- Readequação do planejamento da produção e fortalecimento/desenvolvimento de novos canais de distribuição como o varejo on-line; e
- Medidas para preservação e potencialização do caixa da empresa, de forma a manter a reconhecida solidez financeira da Companhia.

O comitê está atento para garantir que as decisões da Companhia estejam constantemente atualizadas de acordo com as decisões judiciais, administrativas, legislativas e regulatórias em vigor.

Ademais, ciente do seu papel social, a Companhia intensificou doações às comunidades carentes no entorno das unidades industriais, nos termos da política de doações da Companhia, totalizando R$ 17,3 milhões em alimentos doados. Além disso, foram destinados R$ 1,2 milhão em recursos financeiros a hemocentros de seis estados, são eles: Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul para apoiar a implantação de postos de coleta móveis e pesquisas em hematologia.

A seguir, apresenta-se a síntese dos gastos supracitados na demonstração do resultado do exercício:

Demonstração do Resultado (R$ /Mil)	2020
Custo dos produtos Vendidos	27.827
Despesas de vendas	8.131
Despesas administrativas	8.488
Total Geral	**44.446**

A Companhia esclarece que, até a presente data, não observou impactos significativos decorrentes da COVID-19 nas suas operações que resultassem em mudanças nas estimativas contábeis críticas adotadas.

3. Reorganização societária

Conforme já mencionado, em 27 de dezembro de 2019 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A.

O acervo líquido incorporado pela Companhia apresenta a seguinte composição:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Acervo da Piraquê	27/12/2019
Ativo circulante	234.062
Ativo não circulante	519.335
Total do ativo	**753.397**
Passivo circulante	129.978
Passivo não circulante	184.057
Total do passivo	**314.035**
Acervo líquido incorporado	**439.362**

Tal reorganização societária teve por objetivo a simplificação da estrutura societária da Companhia, bem como ganhos de sinergias pela redução de custos operacionais, promovidos pelo compartilhamento de estruturas, sobretudo administrativas.

Por se tratar de controlada integral, a incorporação não produziu qualquer alteração na posição patrimonial consolidada, no resultado ou composição societária da Companhia.

4. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração da Companhia no processo de gestão.

A autorização para a emissão dessas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 26 de março de 2021.

a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

b) Moeda funcional

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia. Em todas as demonstrações financeiras apresentadas em reais os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

A preparação das demonstrações individuais e consolidadas em conformidade com os CPCs e as IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Dessa forma, os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são continuamente revistas, e tais revisões são reconhecidas nos períodos em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Ativos e passivos sujeitos as estimativas e premissas incluem:

- Perdas para redução do valor recuperável de contas a receber - Nota Explicativa nº 7, estoques - Nota Explicativa nº 8 e intangíveis com vida útil indefinida - Nota Explicativa nº 13;
- Mensuração e reconhecimento de créditos tributários - Nota Explicativa nº 9;
- Valor residual do ativo imobilizado - Nota Explicativa nº 12;
- Arrendamentos - Nota Explicativa nº 14;
- Provisão para litígios e demandas judiciais - Nota Explicativa nº 23;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos - Nota Explicativa nº 24;
- Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros - Nota Explicativa nº 18;
- Plano de remuneração baeado em ações - Nota Explicativa nº 26.

5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, são descritas a seguir.

a) Consolidação

i. Controladas

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram utilizadas demonstrações financeiras das controladas encerradas na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Companhia.

Participação societária nas controladas

Descrição	Proporção de participação			
	2020		2019	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
M.Dias Branco International Trading LLC (a)	100,00	-	100,00	-
M.Dias Branco International Trading Uruguay S.A (a)	-	100,00	-	100,00
M.Dias Branco Argentina S.A. (a)	100,00	-	100,00	-
Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A (b)	-	-	100,00	-

(a) Investimentos no exterior;
(b) Empresa incorporada em 27 de dezembro de 2019.

Características das principais controladas

M. Dias Branco International Trading LLC

Sediada nos Estados Unidos da América, é controlada direta e tem como principal atividade a intermediação de compras de matérias-primas, principalmente o trigo para moagem e o óleo vegetal que a Companhia utiliza em seu processo produtivo. A empresa

encontra-se inoperante e, dessa forma, a Companhia pretende iniciar o procedimento de encerramento dessa subsidiária.

M. Dias Branco International Trading Uruguay S. A.

Sediada no Uruguai, é controlada indireta e tem como principal atividade a intermediação de compras de matérias-primas, principalmente o trigo para moagem que a Companhia utiliza em seu processo produtivo. A empresa encontra-se inoperante e, dessa maneira, a Companhia iniciou o procedimento de encerramento da entidade.

M. Dias Branco Argentina S. A.

A Companhia constituiu uma sociedade anônima com sede em Buenos Aires, com o objetivo principal de adquirir, importar e exportar trigo em grão, farinha de trigo e seus derivados. Contudo, a sociedade não chegou a operar e a Companhia decidiu por não dar continuidade ao processo, iniciando os procedimentos de fechamento da entidade.

ii. Controladas em conjunto

As operações controladas em conjunto são aquelas nas quais a Companhia possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais das partes que compartilham o controle.

Operação em conjunto

Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda ("Tergran")

A Companhia possui o controle compartilhado com as Companhias Moinho Cearense S.A e J. Macêdo S.A, as quais possuem participação equivalente de 33,33% do seu capital e que nomeiam, de comum acordo, o diretor operacional encarregado pela Administração da Tergran. A Companhia considera o investimento como *joint operation*, ou operação em conjunto, e seus ativos, seus passivos, suas receitas e despesas são reconhecidos, em relação à sua participação, somente nas demonstrações consolidadas, haja vista que a Tergran possui personalidade jurídica própria, e, dessa forma, o investimento é reconhecido nas demonstrações financeiras individuais pelo método de equivalência patrimonial.

A Tergran é uma empresa que possui como objeto social a exploração da atividade de operadora portuária, realizando prestação de serviços de descarga e de armazenagem de trigo no Porto de Fortaleza, com o objetivo prioritário de aumentar a produtividade e reduzir custos no descarregamento dos navios cargueiros de trigo para seus três sócios.

Empreendimento controlado em conjunto

Terminal de Trigo do Rio de Janeiro - Logística S.A.

A Companhia possui participação societária no empreendimento controlado em conjunto com a Companhia Bunge Alimentos S.A (Bunge), as quais possuem participação equivalente de 50% do seu capital. O Terminal de Trigo do Rio de Janeiro - Logística S.A. figura como arrendatária no contrato celebrado em 21 de setembro de 2017 com a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, que versa sobre

arrendamento da área e infraestrutura pública para a movimentação e armazenagem de graneis sólidos de origem vegetal, especialmente trigo, localizada dentro do porto organizado do Rio de Janeiro/RJ.

A Companhia reconhece seu investimento em relação à sua participação na operação pelo método de equivalência patrimonial, tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas consolidadas.

A participação da Companhia nesse negócio insere-se na sua estratégia de aprimoramento logístico para abastecimento de insumos destinados às suas unidades industriais instaladas na região Sudeste.

O Terminal de Trigo do Rio de Janeiro - Logística S.A. iniciou as suas operações em 08 de janeiro de 2020.

b) Conversão de saldos em moeda estrangeira

i. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas das respectivas transações. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Todas as variações de moeda são registradas na demonstração do resultado, exceto aquelas decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (*hedge*) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio que são registradas no patrimônio líquido.

ii. Operações no exterior

Os valores de ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada, é reconhecido na demonstração do resultado.

c) Redução ao valor recuperável

i. Ativos financeiros

A Companhia, no reconhecimento inicial de um ativo financeiro, classifica seus ativos como: custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidas diretamente no resultado.

A Companhia deve avaliar se existe prova objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está sujeito a perda no valor recuperável e, consequentemente, contabilizar a perda estimada do ativo. Para o registro das perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa a Companhia adota um modelo de *impairment*, híbrido de perdas esperadas e incorridas, com abordagem simplificada, registrando perdas esperadas durante todo o ciclo das contas a receber de clientes.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Estes ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Estes ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido e no momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo por meio de outros resultados abrangentes é reclassificada para o resultado.

A Companhia avalia a cada período de reporte as perdas esperadas e incorridas para os instrumentos mensurados ao custo amortizado e para os instrumentos de dívida mensurados por meio de outros resultados abrangentes. As perdas e/ou reversões de perdas são registradas no resultado.

ii. Ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio e marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os testes de *impairment* do ágio e das marcas são realizados, no mínimo, anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

A Administração revisa a cada data de balanço, o valor contábil líquido dos ativos e demais ativos não financeiros, sujeitos à depreciação e amortização, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

d) Benefícios a empregados

A Companhia concede benefícios de curto prazo aos seus empregados, os quais são mensurados em uma base não descontada e incorridos como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo. A participação nos lucros e resultados é reconhecida no resultado como custos e despesas operacionais.

Para diretoria não estatutária existe, ainda, um plano de remuneração baseado em ações, conforme destacado na Nota Explicativa nº 26, extensivo aos diretores estatutários celetistas.

e) Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades no momento em que o controle sobre os produtos é transferido, e pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber reconhecida quando: (i) há evidência convincente de que o controle de um bem ou serviço é transferido ao cliente, o que em geral ocorre na sua entrega; (ii) pelo valor que a entidade espera ter direito a receber em troca da transferência do bem ou serviço e (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional, conforme as vendas sejam reconhecidas.
Vale destacar que a entrega ocorre quando os produtos são enviados para o local especificado, o cliente aceita os produtos, de acordo com o contrato de venda, e as disposições de aceite tenham prescritos ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios de aceite das mercadorias foram atendidos.

f) Segmento de negócios

A Companhia atua no segmento alimentício com as seguintes linhas de produtos: biscoitos, massas, farinha e farelo de trigo, margarinas e gorduras vegetais, bolos, mistura para bolos, torradas e *snacks*. A produção e comercialização dos produtos alimentícios por parte da Companhia não contam com apuração ou mensuração de lucros ou prejuízos operacionais individualizados, que sejam regularmente revistos pelo principal gestor das operações, seja para subsidiar decisões de investimentos, seja para avaliar seu desempenho em separado.

Dessa forma, levando em conta que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são tomadas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

g) Combinação de negócios e ágio

Combinações de negócios são registradas na data de aquisição, que representa o momento em que o controle é transferido para a Companhia. Os ativos adquiridos e passivos assumidos numa combinação de negócios são reconhecidos pelos seus respectivos valores justos na data de aquisição.

A Companhia mensura o ágio na data de aquisição como:

- o valor justo da contraprestação transferida que inclui a contraprestação contingente do preço; mais
- o montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na adquirida; mais
- se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação na adquirida antes da aquisição; menos
- ativos de indenização; e menos
- o montante líquido (a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável.

Quando o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra vantajosa é reconhecido imediatamente na demonstração de resultados do exercício.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, nos quais a Companhia incorre em relação a uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

h) Arrendamento mercantil IFRS 16/ CPC 06 (R2)

A Companhia adotou a partir de 1º de janeiro de 2019 as diretrizes do IFRS 16/ CPC 06 (R2) – "Operações de Arrendamento Mercantil", norma que determinou que os arrendatários reconhecessem a partir da data de transição, o direito de uso do ativo arrendado e o passivo dos pagamentos futuros para os contratos de arrendamento mercantil e para as operações com contratos que possuem características de arrendamento, ou seja, aquelas que transmitem o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A norma traz ainda como isenção de reconhecimento os arrendamentos de curto prazo, que são aqueles que possuem o prazo remanescente na data de adoção igual ou inferior a doze meses e os contratos para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.

No registro inicial foi adotada abordagem de transição retrospectiva simplificada e os efeitos da mudança da norma estão evidenciados na Nota Explicativa nº 14.

i) Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre Lucro IFRIC 23/ ICPC 22

A nova interpretação, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (IAS 12 – *Income Taxes*) quando os tratamentos fiscais são incertos, em virtude de quaisquer procedimentos fiscais adotados na apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) ou da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) que possam ser questionados por autoridade fiscal e, consequentemente, implicar aumento ou diminuição de ativos, passivos fiscais correntes e diferidos.

A Companhia avaliou os efeitos da mudança da norma e concluiu que não há impactos do ICPC 22, conforme evidenciado na Nota Explicativa nº 24.

j) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Adoção da contabilidade de proteção (*hedge accounting*)

Em julho de 2020, a Companhia iniciou a adoção da contabilidade de *hedge*, nos termos dos CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação e 48 – Instrumentos Financeiros, para as transações com instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção do risco de variação dos preços de *commodities* e de câmbio em suas operações. A relação de proteção enquadra-se como *hedge* de fluxo de caixa, o que consiste em fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa atribuível a um risco particular associado com um ativo ou passivo reconhecido ou mesmo uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

Nessa categoria de *hedge*, a parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes, na rubrica "Ganho (perda) em operações de *hedge* de fluxo de caixa", e a parcela inefetiva, quando aplicável, é reconhecida no resultado financeiro. Os ganhos e perdas acumulados são reclassificados no resultado ou no balanço patrimonial quando o objeto de proteção é reconhecido, ajustando-se a rubrica em que foi contabilizado o referido objeto.

Ressalte-se que os efeitos tributários diferidos sobre os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido são reconhecidos também em outros resultados abrangentes, na rubrica "efeitos tributários sobre o ganho (perda) em operações de *hedge* de fluxo de caixa."

A contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente a partir da data em que a relação de *hedge* não se qualifica mais, podendo ocorrer de forma parcial ou integral. As condições para a descontinuação do *hedge accounting* ocorrem quando: i) nas relações de *hedge* de fluxo de caixa, o item protegido é reconhecido no balanço da Companhia. Nesse caso, o valor registrado no patrimônio líquido é incluído no mesmo período e no mesmo componente em que o item protegido é reconhecido (balanço patrimonial ou resultado); ii) o instrumento de *hedge* é encerrado. Nesse contexto, o valor efetivo registrado no patrimônio líquido é reconhecido na data de competência em que o item protegido é reconhecido; iii) não existir a relação de *hedge* devido à alteração do objetivo da gestão de risco e iv) não existir a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido ou o efeito do risco de crédito comece a predominar na relação de *hedge*.

Caso ocorra a descontinuação do *hedge accounting* de acordo com os itens iii e iv, todos os ganhos e perdas acumulados das relações de *hedge* semelhantes, registradas no patrimônio líquido, são imediatamente transferidas para o resultado financeiro.

A Companhia verifica a efetividade de seus instrumentos financeiros derivativos a cada fechamento trimestral e anual ou por ocasião de alteração significativa nas circunstâncias que afetam os requisitos de efetividade de *hedge*, o que ocorrer primeiro.

Os efeitos da contabilidade de *hedge* estão demonstrados na Nota Explicativa nº 18.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

k) Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 01 de janeiro de 2021

Não há normas CPC/IFRS ou interpretações ICPC/IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

6. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos	**4.519**	3.202	**4.527**	3.267
Aplicações financeiras em renda fixa	**1.208.354**	345.110	**1.208.480**	345.110
Total	**1.212.873**	348.312	**1.213.007**	348.377

O saldo das aplicações financeiras em renda fixa, em 31 de dezembro de 2020, refere-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) pós-fixados, remunerados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) à rentabilidade média de 102,91%, (101,52% em 31 de dezembro de 2019). Essas aplicações são mantidas para negociação imediata e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia.

7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia, são avaliadas pelo montante original da venda deduzido dos descontos concedidos, créditos de clientes e perdas estimadas, e estão apresentados da seguinte forma:

Composição dos saldos	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
No país	**966.899**	1.012.360	**967.050**	1.012.568
No exterior	**69.079**	27.112	**69.079**	27.112
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	**(76.071)**	(81.884)	**(76.071)**	(81.884)
Total	**959.907**	957.588	**960.058**	957.796
Circulante	**959.907**	957.325	**960.058**	957.533
Não Circulante	**-**	263	**-**	263

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Aging list	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
A vencer	**910.040**	877.762	**910.191**	877.970
Vencidas	**125.938**	161.710	**125.938**	161.710
1 a 30 dias	**31.016**	60.135	**31.016**	60.135
31 a 60 dias	**7.800**	6.223	**7.800**	6.223
61 a 90 dias	**10.684**	8.040	**10.684**	8.040
91 a 180 dias	**8.484**	13.529	**8.484**	13.529
181 a 360 dias	**15.694**	24.665	**15.694**	24.665
mais de 360 dias	**52.260**	49.118	**52.260**	49.118
Subtotal	**1.035.978**	1.039.472	**1.036.129**	1.039.680
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	**(76.071)**	(81.884)	**(76.071)**	(81.884)
Contas a receber	**959.907**	957.588	**960.058**	957.796

A Companhia adota um modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, com abordagem simplificada, registrando perdas esperadas durante todo o ciclo das contas a receber de clientes. O modelo parte da avaliação das vendas realizadas em um período de 12 meses e do montante considerado incobrável relacionado a esse período. Do resultado apurado, levantam-se as taxas de inadimplência por "faixa" de recebimento que são aplicadas sobre o saldo das contas a receber de clientes.

A movimentação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é apresentada a seguir:

Detalhamento da movimentação	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**57.885**	**74.714**
Acervo de incorporação	7.520	-
Provisão/(Reversão) de perdas estimadas no exercício	27.103	30.658
Baixas	(10.624)	(23.488)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**81.884**	**81.884**
Provisão/(Reversão) de perdas estimadas no exercício	**22.952**	**22.952**
Baixas	**(28.765)**	**(28.765)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**76.071**	**76.071**

8. Estoques

Os estoques são ativos mantidos para venda no curso normal dos negócios, em processo de produção para venda ou na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou transformados no processo de produção ou na prestação de serviços.

O custo dos estoques baseia-se no custo médio ponderado, e os estoques incluem todos os gastos relativos a transporte, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros custos incorridos no seu traslado até as suas localizações e condições existentes. No caso de produtos

industrializados, em processo e acabados, além dos custos dos materiais diretos e mão de obra, os estoques incluem os gastos gerais de fabricação, com base na capacidade normal de produção.

Os saldos dos estoques estão apresentados da seguinte forma:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Produtos acabados	**301.043**	213.134	**301.043**	213.134
Produtos em elaboração	**36.554**	25.231	**36.554**	25.231
Matérias-primas	**494.788**	308.026	**494.788**	308.026
Materiais de embalagens e almoxarifado	**223.522**	154.154	**223.522**	154.154
Materiais auxiliares e de manutenção	**69.644**	31.910	**69.668**	31.934
Importações em andamento [1]	**90.467**	61.172	**90.467**	61.172
Adiantamentos a fornecedores	**43**	5.417	**43**	5.417
Total	**1.216.061**	799.044	**1.216.085**	799.068

[1] Referem-se à importação de trigo e óleo.

A Companhia tem como política de avaliação da obsolescência de estoques o controle de data de validade dos itens e a análise daqueles sem movimentação há mais de 180 dias. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha perdas estimadas para redução do valor recuperável de estoque no montante de R$ 11.577(R$ 8.533 em 31 de dezembro de 2019).

A movimentação das perdas estimadas para redução do valor recuperável de estoque é apresentada a seguir:

Detalhamento da movimentação	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**4.885**
Provisão/(Reversão) de perdas estimadas	3.902
Baixas	(254)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**8.533**
Provisão/(Reversão) de perdas estimadas	**8.545**
Baixas	**(5.501)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**11.577**

9. Tributos a recuperar

A Companhia reconhece o crédito tributário no momento em que julga dispor de elementos jurídicos e técnicos que permitam o reconhecimento do direito e a mensuração confiável do valor a ser compensado ou restituído.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os saldos dos tributos a recuperar estão apresentados da seguinte forma:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
ICMS (i)	**85.412**	107.480	**85.412**	107.480
Imposto de renda e contribuição social (ii)	**44.232**	32.060	**44.232**	32.060
PIS e Cofins (iii)	**488.478**	194.606	**488.478**	194.606
Imposto de renda retido na fonte	**6.773**	4.371	**6.775**	4.373
IRPJ – crédito do PAT (iv)	**8.136**	7.713	**8.136**	7.713
IOF Créditos Extemporâneo	**3.991**	3.967	**3.991**	3.967
IPI s/ embalagem	**-**	44.836	**-**	44.836
INSS (v)	**40.568**	36.136	**40.568**	36.136
Crédito extemporâneo- PIS e Cofins (vi)	**11.196**	-	**11.196**	-
Outros	**3.109**	5.246	**3.113**	5.246
Total	**691.895**	436.415	**691.901**	436.417
Circulante	**398.887**	162.535	**398.893**	162.537
Não circulante	**293.008**	273.880	**293.008**	273.880

Destacam-se as principais origens dos tributos a recuperar:

(i) ICMS: tratam-se substancialmente de créditos de aquisição de ativo imobilizado e ressarcimento de ICMS pago na forma de substituição tributária das operações com o trigo, líquidos de perdas estimadas por redução ao valor recuperável, no montante de R$ 38.631;

(ii) Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), decorrentes de ajuste anual da declaração de imposto de renda da pessoa jurídica e CSLL 92 - Indébito transitado em julgado;

(iii) PIS e Cofins, em virtude de pagamento a maior, de créditos sobre aquisições de insumos e créditos extemporâneos decorrentes de ações judiciais ou administrativas, com destaque para as ações de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins, no montante de R$ 420.881;

(iv) Crédito de IRPJ relativo ao incentivo do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT);

(v) Crédito INSS decorrente de trânsito em julgado parcial de ação judicial (aviso prévio Indenizado e 1/3 de férias), no montante de R$ 40.658; e

(vi) Crédito extemporâneo de PIS e Cofins decorrentes de ações judiciais sobre às exportações elegíveis ao reintegra, conforme Decreto 8.415/15 dos anos de 2012 a 2019.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

PIS e COFINS – Programa de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

Em fevereiro de 2017, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), no julgamento do Recurso Especial nº 1.221.170/PR, ampliou o conceito de insumos para o aproveitamento de créditos do PIS e da COFINS que até então era amplamente discutido e controverso. Diante desse entendimento, a Companhia, com base em pareceres jurídicos e laudos técnicos, aferiu a essencialidade e a relevância na sua cadeia produtiva de determinadas despesas, especialmente as relativas com marketing e frete de transferência de produto acabado, reconhecendo no exercício de 2020 créditos extemporâneos dos últimos 5 anos no montante de R$ 83.049.

No tocante ao reconhecimento de créditos tributários decorrentes da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, a Companhia possui nove ações judiciais transitadas em julgado, no período de dezembro de 2018 a novembro de 2019, das quais três foram ajuizadas por M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos e as demais por empresas já incorporadas.

Em 2019, a Companhia iniciou o procedimento para mensuração e reconhecimento dos respectivos créditos e destacou, em suas demonstrações financeiras, as dificuldades no processo de levantamento de informações, em especial, quanto aos períodos anteriores a 2004, visto que ainda não havia identificado a documentação física que suportasse tal levantamento em sua plenitude, em decorrência da inexistência de sistemas digitais específicos, mas que estaria buscando mecanismos alternativos para mensuração dos valores em tais períodos, baseado no levantamento e inspeção de documentações físicas.

Além disso, destacou a existência de diversos eventos societários (incorporação das empresas Adria, Vitarella, Pelágio, Santa Lúcia e Piraquê) e alterações significativas da legislação relacionada às suas operações (Atos COTEPE n.º 28/11, 53,11, Protocolos ICMS n.º 184/09, 81/10, 86/10, dentre outros), fatores que demandariam análises mais complexas para a apuração total dos valores.

Nesse contexto, a Companhia reconheceu, preliminarmente, no ano de 2019, o montante de R$ 174.351 atualizados pela Selic, com base no ICMS efetivamente recolhido, por entender que, até aquele momento, considerando a documentação disponível que possuía, esse era o valor passível de recuperação com base na sua melhor estimativa. Na oportunidade, informou, em suas demonstrações financeiras daquele ano, que seguiria com o processo de levantamento dos créditos de acordo com a metodologia estabelecida no julgamento do leading case pelo Supremo Tribunal Federal.

Assim, em 2020, a Companhia concluiu o processo de refinamento da metodologia e de levantamento de créditos adicionais de acordo com as premissas do Supremo Tribunal Federal e reconheceu o montante de R$ 368.833, atualizado pela Selic.

Restam, ainda, períodos pendentes de reconhecimento em razão de não ter sido possível localizar na integralidade a documentação física que suporte o levantamento ou em decorrência da inexistência de sistemas digitais específicos, principalmente em relação ao

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

período anterior a 2004. Entretanto, a Companhia segue em busca de mecanismos alternativos para mensuração completa dos valores envolvidos.

Abaixo, segue demonstrativo dos períodos pendentes de reconhecimento:

Empresa/ Nº Processo	Período do crédito pendente de reconhecimento
M. Dias Branco S.A Ind. e Com. de Alimentos / 2000.81.00.010313-1	1990 a 2005
NPAP Alimentos S.A./ 2007.83.00.014726-1	2002 A 2012
Moinho Santa Lúcia /2008.81.00.004326-1	2003 a 2007 -2009
Pelágio Oliveira S.A /0011868-02.2007.4.05.810	2002
Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A / 2006.51.01.019578-6	2001 A 2019

Ressalte-se que os créditos decorrentes das ações ajuizadas pelas empresas incorporadas, exceto Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda e Adria Alimentos do Brasil Ltda, relativo ao período anterior à data de aquisição, serão objeto de reembolso aos antigos sócios quando da utilização, por se constituírem parcela contingente do preço de aquisição.

A Companhia destaca que já realizou os pedidos parciais de habilitação referentes aos processos judiciais de números 0007508-19.2010.4.05.8100 (período parcial 2009 a 2014) e 08037981120174.05.8100 (período 2015 a Julho de 2019), os quais foram deferidos pela Receita Federal, assim como, já iniciou as respectivas compensações. Destaca, ainda, que após declaração de institucionalidade proferida pelo STF, mudou a prática de reconhecimento dos referidos créditos, passando a utilizá-los de forma contemporânea nas respectivas apurações, o que representou em crédito adicional de R$ 74.035 (2018 a 2020).

Por fim, a Companhia informa que seguirá com a apuração e reconhecimento na medida em que for mensurando os demais períodos envolvidos, e estima finalizar o levantamento e respectivos registros até 30 de junho de 2021.

O montante de imposto a recuperar, registrado no ativo não circulante, apresenta a seguinte expectativa de realização:

Ano de vencimento	Controladora e Consolidado
	2020
2022	**266.459**
2023	**4.969**
2024	**2.622**
2025	**9.956**
2026 em diante	**9.002**
Total	**293.008**

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

10. Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas e controladas em conjunto são avaliados por equivalência patrimonial.

Os outros investimentos são avaliados ao custo de aquisição deduzido de perdas de redução do valor recuperável, quando aplicável.

a) Composição dos saldos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Participações em companhias controladas e controladas em conjunto	**48.983**	54.520	**46.401**	51.985
Adiantamento para subscrição de capital	**1.879**	1.716	**-**	-
Outros	**888**	888	**888**	888
Total	**51.750**	57.124	**47.289**	52.873

b) Movimentação dos investimentos em controladas

Detalhamento da movimentação	Controladora							Consolidado		
	Tergran – Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	M. Dias Branco Argentina S. A.	M. Dias Branco International Trading LLC	Terminal de Trigo do Rio de Janeiro – Logística S. A	Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A.(2)	Outros	Total	Terminal de Trigo do Rio de Janeiro – Logística S. A	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**2.694**	**2**	**126**	**14.874**	**1.531.350**	**139**	**1.549.185**	**14.874**	**888**	**15.762**
Equivalência patrimonial (1)	(291)	-	-	(889)	15.904	-	14.724	(889)	-	(889)
Lucros não realizados em operações com controladas (1)	-	-	-	-	(2.810)	-	(2.810)	-	-	-
Depreciações, amortizações e baixas de mais-valia de ativos líquidos (1)	-	-	-	-	(22.625)	-	(22.625)	-	-	-
Aquisição em participação societária	-	-	-	-	696	-	696	-	-	-
Aumento de capital	-	-	-	38.000	-	-	38.000	38.000	-	38.000
Adiantamento de Subscrição de Capital	1.716	-	-	-	-	-	1.716	-	-	-
Variação cambial	-	(1)	5	-	-	-	4	-	-	-
Acervo de incorporação	-	-	-	-	(436.651)	749	(435.902)	-	-	-
Transferência de ágio, mais-valia de ativos líquidos e lucros não realizados	-	-	-	-	(1.085.864)	-	(1.085.864)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**4.119**	**1**	**131**	**51.985**	**-**	**888**	**57.124**	**51.985**	**888**	**52.873**
Equivalência patrimonial (1)	**9**	**-**	**-**	**(5.584)**	**-**	**-**	**(5.575)**	**(5.584)**	**-**	**(5.584)**
Variação cambial	**-**	**-**	**38**	**-**	**-**	**-**	**38**	**-**	**-**	**-**
Adiantamento de Subscrição de Capital	**163**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**163**	**-**	**-**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**4.291**	**1**	**169**	**46.401**	**-**	**888**	**51.750**	**46.401**	**888**	**47.289**

(1)A equivalência patrimonial registrada no exercício de 2019 totalizou R$ (10.711) , dos quais R$ 14.724 refere-se à participação de investimentos em controladas, R$ (22.625) à amortização da mais-valia de ativos e R$ (2.810) reversão de lucros não realizados em operações com controlada . A equivalência patrimonial registrada no exercício de 2020 totalizou R$ (5.575). (2) A Indústria de Alimentos Piraquê foi incorporada em 27 de dezembro de 2019.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11. Propriedades para investimento

As propriedades para investimentos são mensuradas pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável acumulados, quando aplicável. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, aplicando-se o método linear às taxas estabelecidas, e leva em conta o tempo de vida útil estimado dos bens, refletindo, assim, o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

A taxa de depreciação ponderada que expressa o tempo de vida útil dos bens classificados como propriedades para investimento é de 4,60% em 31 de dezembro de 2020 (4,55% em 31 de dezembro de 2019).

a) Movimentação de propriedades para investimento

Detalhamento da movimentação	Controladora e Consolidado		
	Edificações	Terrenos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**11.181**	**11.163**	**22.344**
Adição[1]	12.502	27.677	40.179
Baixa[2]	-	(1.875)	(1.875)
Depreciação	(5.423)	-	(5.423)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**18.260**	**36.965**	**55.225**
Reclassificação	**(453)**	**453**	**-**
Depreciação	**(612)**	**-**	**(612)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**17.195**	**37.418**	**54.613**

[1] Reclassificação do imobilizado para propriedade para investimento;
[2] Venda parcial do terreno do Moinho Santa Lúcia.

Em 2019, face à desistência da construção da planta industrial em Juiz de Fora, o terreno adquirido com tal propósito foi transferido para propriedade para investimento, além do imóvel localizado em Recife, cujas operações de distribuição foram transferidas para um novo centro de distribuição em Paulista/PE. Assim, as propriedades para investimento contemplam seis imóveis localizados na Bahia, Ceará, Pernambuco, Piauí e Minas Gerais.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor justo de tais imóveis está representado pelo montante de R$ 121.056 (R$ 112.782 em 31 de dezembro de 2019), com base em laudos de avaliação emitidos por avaliadores externos.

12. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada, quando aplicável. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, aplicando-se o método linear às taxas estabelecidas, e leva em conta o tempo de

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

vida útil estimado dos bens, refletindo, assim, o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no final de cada período e ajustados de forma prospectiva.

As taxas de depreciação e amortização ponderadas que expressam o tempo de vida útil dos bens do ativo imobilizado e do direito de uso, respectivamente, estão assim distribuídas

Taxa de depreciação % (a.a)				
Descrição	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Edificações	**1,8**	1,67	**1,8**	1,61
Máquinas e equipamentos	**6,14**	5,94	**6,14**	5,92
Móveis e utensílios	**9,57**	9,48	**9,57**	8,19
Veículos	**6,88**	6,88	**6,88**	6,91
Instalações	**5,47**	5,72	**5,47**	5,33
Direito de uso [1]	**14,79**	11,93	**14,79**	14,73
Outros	**4,98**	4,95	**4,98**	4,95

[1] Ver Nota Explicativa nº 14.

a) Movimentação do imobilizado

Controladora

Custo	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**768.984**	**2.128.744**	**82.605**	**62.941**	**339.279**	**524.091**	**215.423**	**4.122.067**
Adições	2.317	7.830	2.245	565	1.580	271.051	4.298	289.886
Apropriação de créditos tributários	(16.232)	(6.343)	-	-	-	-	-	(22.575)
Acervo de incorporação	184.440	417.729	10.583	31.191	21.158	39.092	15.451	719.644
Mais -valia de ativos	91.271	78.397	1.050	(87)	-	-	76.865	247.496
Direito de uso [1]	78.219	-	-	7.609	-	-	1.185	87.013
Baixas	(794)	(5.966)	(294)	(2.944)	(32)	(82)	(164)	(10.276)
Transferências	249.518	198.783	6.948	460	29.181	(493.265)	8.375	-
Reclassificação [2]	(12.432)	-	-	-	(888)	134	(26.860)	(40.046)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**1.345.291**	**2.819.174**	**103.137**	**99.735**	**390.278**	**341.021**	**294.573**	**5.393.209**
Adições	**1.308**	**9.841**	**2.138**	**254**	**475**	**191.586**	**3.955**	**209.557**
Apropriação de créditos tributários	**(815)**	**(5.586)**	**-**	**-**	**(210)**	**-**	**(2)**	**(6.613)**
Direito de uso	**27.306**	**62.714**	**-**	**17.805**	**-**	**-**	**4.866**	**112.691**
Baixas	**(1)**	**(1.989)**	**(433)**	**(2.516)**	**1**	**-**	**(231)**	**(5.169)**
Transferências	**14.152**	**112.716**	**3.572**	**1**	**21.252**	**(155.461)**	**3.768**	-
Reclassificação [2]	**-**	**(209)**	**153**	**-**	**(287)**	**308**	**5**	**(30)**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**1.387.241**	**2.996.661**	**108.567**	**115.279**	**411.509**	**377.454**	**306.934**	**5.703.645**

[1] Ver Nota Explicativa nº 14; [2] Reclassificação principalmente do imobilizado para propriedade para investimentos R$ 40.179 em 2019 e do intangível para o imobilizado de R$134 em 2019 e R$ 30 no exercício de 2020.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Depreciação	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**(204.753)**	**(1.005.478)**	**(55.545)**	**(43.186)**	**(134.001)**	**-**	**(78.719)**	**(1.521.682)**
Depreciação	(13.992)	(107.305)	(5.221)	(2.676)	(18.609)	-	(7.133)	(154.936)
Acervo de incorporação	(30.139)	(286.311)	(7.195)	(8.861)	(9.129)	-	(8.518)	(350.153)
Mais - valia de ativos	(4.334)	(13.900)	(202)	73	-	-	(366)	(18.729)
Amortização direito de uso [1]	(5.833)	-	-	(3.158)	-	-	(1.094)	(10.085)
Baixas	24	3.259	230	2838	14	-	155	6.520
Transferências	56	12	(33)	-	(7)	-	(28)	-
Reclassificação [2]	5.106	-	-	-	757	-	(817)	5.046
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**(253.865)**	**(1.409.723)**	**(67.966)**	**(54.970)**	**(160.975)**	**-**	**(96.520)**	**(2.044.019)**
Depreciação	**(22.649)**	**(151.481)**	**(6.670)**	**(2.698)**	**(20.825)**	**-**	**(9.186)**	**(213.509)**
Amortização direito de uso	**(14.524)**	**(4.905)**	**-**	**(11.903)**	**-**	**-**	**(1.941)**	**(33.273)**
Baixas	**1**	**921**	**191**	**2.434**	**-**	**-**	**-**	**3.547**
Transferências	**3.084**	**(3.004)**	**(166)**	**(116)**	**28**	**-**	**174**	**-**
Reclassificação [2]	**-**	**16**	**(153)**	**-**	**287**	**-**	**(2)**	**148**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**(287.953)**	**(1.568.176)**	**(74.764)**	**(67.253)**	**(181.485)**	**-**	**(107.475)**	**(2.287.106)**
Saldos líquidos								
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.091.426	1.409.451	35.171	44.765	229.303	341.021	198.053	3.349.190
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**1.099.288**	**1.428.485**	**33.803**	**48.026**	**230.024**	**377.454**	**199.459**	**3.416.539**

[1] Ver Nota Explicativa n° 14. [2] Reclassificação para propriedade para investimentos R$ 5.046 em 2019 e do intangível para o imobilizado de R$ 148 no exercício de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de R$ 199.459, apresentado em "outros", refere-se, principalmente, a terrenos (R$ 147.839), benfeitorias (R$ 34.666), computadores e periféricos (R$ 9.375), e outros imobilizações (R$ 7.579).

Consolidado

Custo	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**1.046.175**	**2.626.505**	**93.391**	**64.284**	**360.786**	**531.423**	**310.371**	**5.032.935**
Adições	3.434	11.802	2.842	565	1.993	303.759	3.557	327.952
Apropriação de créditos tributários	(16.232)	(6.343)	-	-	-	-	-	(22.575)
Direito de uso [1]	79.561	-	-	37.408	-	-	2.016	118.985
Baixas	(795)	(6.823)	(2.641)	(2.982)	(33)	(785)	(2.165)	(16.224)
Transferências	249.518	199.028	6.948	460	29.181	(493.510)	8.375	-
Reclassificação [2]	(12.311)	(2.254)	2.673	-	(890)	134	(27.338)	(39.986)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**1.349.350**	**2.821.915**	**103.213**	**99.735**	**391.037**	**341.021**	**294.816**	**5.401.087**
Adições	**1.352**	**10.143**	**2.138**	**254**	**879**	**191.586**	**3.962**	**210.314**
Apropriação de créditos tributários	**(815)**	**(5.586)**	**-**	**-**	**(210)**	**-**	**(2)**	**(6.613)**
Direito de uso [1]	**27.306**	**62.714**	**-**	**17.805**	**-**	**-**	**4.866**	**112.691**
Baixas	**(1)**	**(1.989)**	**(433)**	**(2.516)**	**1**	**-**	**(231)**	**(5.169)**
Transferências	**14.152**	**112.716**	**3.572**	**1**	**21.252**	**(155.461)**	**3.768**	-
Reclassificação [2]	**-**	**(209)**	**153**	**-**	**(287)**	**308**	**5**	**(30)**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**1.391.344**	**2.999.704**	**108.643**	**115.279**	**412.672**	**377.454**	**307.184**	**5.712.280**

[1] Ver Nota Explicativa n° 14; [2] Reclassificação principalmente do imobilizado para propriedade para investimentos R$ 40.179 e do intangível para o imobilizado de R$134 em 2019 e R$ 30 no exercício de 2020.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Depreciação	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Imobilizações em andamento	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**(230.145)**	**(1.274.636)**	**(62.859)**	**(44.241)**	**(142.505)**	**-**	**(88.061)**	**(1.842.447)**
Depreciação da mais-valia	(2.600)	(8.389)	(74)	44	-	-	(218)	(11.237)
Depreciação	(22.006)	(137.358)	(4.636)	(1.490)	(19.557)	-	(7.664)	(192.711)
Amortização direito de uso [1]	(6.893)	-	-	(10.895)	-	-	(1.104)	(18.892)
Baixas	24	6.922	1.257	1.613	14	-	934	10.764
Transferências	56	12	(33)	-	(7)	-	(28)	-
Reclassificação [2]	5.106	1.368	(1.671)	-	756	-	(513)	5.046
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**(256.458)**	**(1.412.081)**	**(68.016)**	**(54.969)**	**(161.299)**	**-**	**(96.654)**	**(2.049.477)**
Depreciação	**(22.843)**	**(151.491)**	**(6.674)**	**(2.699)**	**(20.901)**	**-**	**(9.223)**	**(213.831)**
Amortização direito de uso [1]	**(14.524)**	**(4.905)**	**-**	**(11.903)**	**-**	**-**	**(1.941)**	**(33.273)**
Baixas	**1**	**921**	**191**	**2.434**	**-**	**-**	**-**	**3.547**
Transferências	**3.084**	**(3.004)**	**(166)**	**(116)**	**28**	**-**	**174**	**-**
Reclassificação [2]	**-**	**16**	**(153)**	**-**	**287**	**-**	**(2)**	**148**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**(290.740)**	**(1.570.544)**	**(74.818)**	**(67.253)**	**(181.885)**	**-**	**(107.646)**	**(2.292.886)**
Saldos líquidos								
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.092.892	1.409.834	35.197	44.766	229.738	341.021	198.162	3.351.610
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**1.100.604**	**1.429.160**	**33.825**	**48.026**	**230.787**	**377.454**	**199.538**	**3.419.394**

[1] Ver Nota Explicativa nº 14; [2] Reclassificação para propriedade para investimentos R$ 5.046 em 2019 e reclassificação intangível para o imobilizado de R$ 148 no exercício de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de R$ 199.538, apresentado em "outros", refere-se, principalmente, a terrenos (R$ 147.839), benfeitorias (R$ 34.666), computadores de periféricos (R$ 9.453) e outros imobilizações (R$ 7.580).

A depreciação do imobilizado reconhecida no resultado consolidado em 31 de dezembro de 2020 totalizou R$ 237.070(R$ 211.156 em 31 de dezembro de 2019).

b) Benfeitorias em imóveis de terceiros

A Companhia possui contratos de arrendamento de áreas portuárias onde estão instaladas três unidades fabris localizadas nas cidades de Cabedelo (PB), Fortaleza (CE) e Natal (RN). Nesses imóveis são realizadas benfeitorias que são amortizadas no menor período entre o prazo dos contratos de arrendamento e a vida útil dos bens, o saldo em 31 de dezembro de 2020 totalizava R$ 34.948 (R$ 37.630 em 31 de dezembro de 2019).

Segue detalhamento dos bens classificados como benfeitoria em imóveis de terceiros:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Descrição	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Benfeitoria em edificações	73.857	73.218
Depreciação acumulada	(38.909)	(35.588)
	34.948	**37.630**

c) Garantias

Em 31 de dezembro de 2020, o valor dos bens dado em garantia em operações diversas totalizava R$ 664.005 (R$ 939.135 em 31 de dezembro de 2019), sem considerar depreciações acumuladas.

d) Teste do valor recuperável dos ativos

O ativo imobilizado da Companhia é submetido à análise de indicação de perda de seu valor recuperável para assegurar que o valor contábil não supera o valor recuperável. Após a análise de fontes de informações externas e internas, os ativos não apresentaram qualquer indício de perda, desvalorização ou dano físico que pudesse comprometer o fluxo de caixa futuro da Companhia.

13. Intangível

Os intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Caso os ativos intangíveis sejam adquiridos em uma combinação de negócios, são mensurados ao valor justo na data da aquisição.

Os ativos intangíveis da Companhia compreendem:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Descrição	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Ativos com vida útil definida		
Softwares em operação	**82.345**	88.730
Softwares em andamento [1]	**37.353**	26.841
(-) Amortização acumulada	**(51.165)**	(48.321)
	68.533	67.250
Outros Intangíveis		
Relacionamento não contratual com clientes	**185.921**	185.921
Acordos de não competição	**1.035**	1.035
(-) Amortização acumulada	**(32.132)**	(20.052)
	154.824	166.904
Ativos com vida útil indefinida		
Marcas		
Vitarella	**107.011**	107.011
Pilar	**33.815**	33.815
Estrela, Pelágio e Salsito	**75.559**	75.559
Predilleto e Bonsabor	**11.530**	11.530
Piraquê e Aldente	**318.510**	318.510
(-) Perdas estimadas para redução ao valor recuperável de ativos [2]	**-**	(7.699)
Outras	**5.170**	5.121
	551.595	543.847
Ágio pago por rentabilidade futura		
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	**34.037**	34.037
Vitarella	**400.710**	400.710
Pilar	**27.941**	27.941
Pelágio e J. Brandão	**67.661**	67.661
Moinho Santa Lúcia	**42.363**	42.363
Piraquê	**362.316**	362.316
Outros [3]	**9.384**	9.384
	944.412	944.412
	1.719.364	1.722.413

[1]Projetos de implantação de software em andamento com prazo estimado para conclusão em 2021; [2] Provisão/Reversão para redução do valor recuperável da marca Predilleto; [3]Ágio decorrente de acervo líquido da empresa Craiova Participações Ltda., incorporada à Adria Alimentos do Brasil Ltda. em 27 de agosto de 2002.

Os softwares são amortizados durante cinco anos, exceto o sistema ERP, que é amortizado por dez anos, prazo definido com base no tempo de vida útil estimado e que reflete o benefício econômico do ativo intangível; já o relacionamento não contratual com cliente e acordo de não competição, ativos identificados no processo de alocação do preço de aquisição da Piraquê, tem vida útil definida de 15,6 anos e 5 anos, respectivamente. Os ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

Os ágios pagos por rentabilidade futura não são amortizados, e seu valor recuperável é testado anualmente.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

a) Movimentação do intangível

Controladora

Detalhamento da movimentação	Software	Marcas	Relacionamento não contratual com clientes	Acordo de não competição	Ágio na aquisição de investimentos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**63.324**	**225.288**	**-**	**-**	**582.096**	**870.708**
Aquisições [1]	13.715	49	-	-	-	13.764
Acervo de incorporação	471	-	-	-	-	471
Mais-valia de ativos/ágio	-	318.510	166.214	690	362.316	847.730
Baixas	(58)	-	-	-	-	(58)
Reclassificação [2]	(134)	-	-	-	-	(134)
Amortizações	(10.068)	-	-	-	-	(10.068)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**67.250**	**543.847**	**166.214**	**690**	**944.412**	**1.722.413**
Aquisições [1]	**12.156**	**49**	**-**	**-**	**-**	**12.205**
Reclassificação [2]	**(118)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(118)**
Amortizações	**(10.558)**	**-**	**(11.873)**	**(207)**	**-**	**(22.638)**
Baixas	**(197)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(197)**
Reversão de provisão para redução do valor recuperável de ativos	**-**	**7.699**	**-**	**-**	**-**	**7.699**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**68.533**	**551.595**	**154.341**	**483**	**944.412**	**1.719.364**

[1]Refere-se principalmente aos projetos ADP - folha de pagamento R$ 5.293, HCM - gestão de capital humano R$ 4.833 e outros projetos R$ 2.606 em 2019 e Desktop digital R$ 3.221; HCM - gestão de capital humano R$ 2.552; Automação de notas de entradas R$ 1.920; Implementação da plataforma procurement R$1.215; Automação concessão limite crédito trademaster R$ 572; Hyperion Planning-FASE V-FF R$ 468 *; ADP - folha de pagamento R$ 460; e CGF- melhoria no sistema de gerenciamento de contrato de fornecedores R$ 213 no exercício de 2020; [2]Reclassificação para imobilizado R$ 134 em 2019 e R$ 118 no exercício de 2020.*

Consolidado

Detalhamento da movimentação	Software	Marcas	Relacionamento não contratual com clientes	Acordo de não competição	Ágio na aquisição de investimentos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**63.625**	**543.798**	**178.038**	**897**	**943.716**	**1.730.074**
Combinação de negócio-Piraquê	-	-	-	-	696	696
Amortizações de mais-valia	-	-	(11.824)	(207)	-	(12.031)
Aquisições	14.164	49	-	-	-	14.213
Baixas	(57)	-	-	-	-	(57)
Reclassificação	(134)	-	-	-	-	(134)
Amortizações	(10.348)	-	-	-	-	(10.348)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**67.250**	**543.847**	**166.214**	**690**	**944.412**	**1.722.413**
Aquisições	**12.156**	**49**	**-**	**-**	**-**	**12.205**
Reclassificação	**(118)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(118)**
Amortizações	**(10.558)**	**-**	**(11.873)**	**(207)**	**-**	**(22.638)**
Baixas	**(197)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(197)**
Reversão de provisão para redução do valor recuperável de ativos	**-**	**7.699**	**-**	**-**	**-**	**7.699**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**68.533**	**551.595**	**154.341**	**483**	**944.412**	**1.719.364**

A Companhia registrou como despesa os gastos com pesquisa e desenvolvimento, no valor de R$ 10.730 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 11.620 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b) Teste do valor recuperável dos ágios e marcas

Em 30 de junho de 2020, em decorrência do plano de retomada da Marca Predilleto, intensificada ao longo do primeiro semestre de 2020, bem como das projeções futuras de *performace*, a Companhia aplicou teste de recuperabilidade do valor da marca, o que indicou a necessidade de reversão de perda por redução ao valor recuperável reconhecida, no montante de R$ 7.699.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia aplicou teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio e marca), baseado no seu valor em uso, com a utilização do modelo de fluxo de caixa descontado.

Importa ressaltar que o processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e projeções sobre os fluxos de caixa futuros, antes do imposto de renda e da contribuição social, taxas de crescimento e de desconto. Assim, as premissas do modelo tomaram por base as expectativas de crescimento do orçamento anual da Companhia e ao planejamento estratégico, aprovado pela diretoria, seu desempenho histórico, bem como dados de mercado, representando, assim, a melhor estimativa da Administração acerca das condições econômicas que poderão prevalecer durante a vida útil econômica dos ativos que são responsáveis pela geração dos fluxos de caixa.

De acordo com as técnicas de avaliação de empresa, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 5 anos mais perpetuidade, e o modelo baseou-se nas seguintes premissas fundamentais:

- as receitas líquidas foram projetadas considerando-se um crescimento médio anual em torno de 9,3% (volume 2,3% e preço 7,4%), em função do desempenho histórico e das expectativas quanto ao desempenho futuro;

- os custos e despesas operacionais foram projetados com base no desempenho histórico da Companhia e em sua expectativa quanto à evolução dos custos dos insumos no contexto do crescimento das vendas projetadas;

- os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para suportar o crescimento das vendas;

- os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a uma única taxa de desconto de 10,3% (8,9% em 2019). A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções além do período de 5 anos foi de 4,2% (4% em 31 de dezembro de 2019).

Nesse processo de avaliação, o valor da Companhia obtido nos testes de recuperação dos ativos intangíveis não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas, já que o valor contábil dos ativos não excedeu o seu valor estimado de uso na data da avaliação.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

14. Arrendamentos

A Companhia reconhece o direito de uso do ativo arrendado e o passivo dos pagamentos futuros dos contratos de arrendamento, bem como de operações com contratos que possuem características de arrendamento, ou seja, aquelas que transmitem o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Os ativos e passivos reconhecidos são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos fixos de arrendamentos, descontados à taxa incremental sobre os seus empréstimos, agrupados de forma geral por natureza de ativo e prazo contratual. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo de acordo com o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e depreciados ao longo do prazo do arrendamento, pelo método linear.

A Companhia mantém ativos e passivos decorrentes dos contratos de arrendamento de áreas portuárias onde estão instaladas três unidades fabris, conforme especificado na Nota Explicativa nº 12, letra b, contratos de aluguéis de imóveis, impressoras, locação de veículos e, durante o exercício de 2020, reconheceu direito de uso de empilhadeiras por contrato firmado por oito anos, o que representou um incremento de R$ 62.714. Também ocorreram incrementos de direito de uso de quatro imóveis e veículos locados.

A seguir, são apresentadas a mensuração inicial dos ativos e passivos, bem como as respectivas movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

a) Direito de uso:

Controladora	Imóveis [1]	Máquinas e equipamentos	Veículos	Computadores e periféricos	Total
Reconhecimento inicial em 01 de janeiro de 2019	**33.324**	**-**	**7.119**	**2.027**	**42.470**
Adições	45.090	-	-	-	45.090
Acervo de Incorporação	282	-	22.062	822	23.166
Ajuste no contrato	(195)	-	489	(842)	(548)
Amortizações	(5.833)	-	(3.158)	(1.094)	(10.085)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**72.668**	**-**	**26.512**	**913**	**100.093**
Adições	27.305	62.714	17.805	4.867	112.691
Amortizações	(14.524)	(5.603)	(11.903)	(1.243)	(33.273)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**85.449**	**57.111**	**32.414**	**4.537**	**179.511**

[1] O reconhecimento inicial contempla o saldo de despesa diferida existente em 31 de dezembro de 2018 relativo a antecipação de pagamento de contrato de arrendamento, no montante de R$ 2.667.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Consolidado	Imóveis [1]	Máquinas e equipamentos	Veículos	Computadores e periféricos	Total
Reconhecimento inicial em 01 de janeiro de 2019	**34.617**		**36.550**	**2.829**	**73.996**
Adições	45.090	-	369	-	45.459
Ajuste no contrato	(146)	-	488	(813)	(471)
Amortizações	(6.893)	-	(10.895)	(1.103)	(18.891)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**72.668**	**-**	**26.512**	**913**	**100.093**
Adições	27.305	62.714	17.805	4.867	112.691
Amortizações	(14.524)	(5.603)	(11.903)	(1.243)	(33.273)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**85.449**	**57.111**	**32.414**	**4.537**	**179.511**

[1] O reconhecimento inicial contempla o saldo de despesa diferida existente em 31 de dezembro de 2018 relativo a antecipação de pagamento de contrato de arrendamento, no montante de R$ 2.667.

As taxas médias de desconto utilizadas na mensuração inicial, baseadas em cotações junto a instituições financeiras, os vencimentos dos contratos e as respectivas taxas de amortização ponderadas que expressam o tempo de realização dos direitos de uso, estão assim distribuídos:

Natureza dos contratos	Taxa média de desconto	Vencimento [1]	Taxa de amortização Controladora e Consolidado
Imóveis portuários	**12,27%**	mai/32	**8,06%**
Imóveis	**8,48%**	ago/29	**16.01%**
Máquinas e equipamentos	**6,80%**	out/27	**14,29%**
Veículos	**10,06%**	mai/23	**22,50%**
Impressora	**9,52%**	jan/25	**21,25%**

[1] Considerado o último vencimento do grupo de contratos.

b) Passivo de arrendamento

Detalhamento da movimentação	Controladora	Consolidado
Reconhecimento inicial em 01 de janeiro de 2019	**39.803**	**71.329**
Adições	45.090	45.459
Acervo de incorporação	24.221	-
Baixas	(547)	(409)
Juros apropriados	5.640	8.307
Pagamentos	(12.228)	(22.707)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**101.979**	**101.979**
Adições [1]	112.691	112.691
Reclassificação	172	172
Juros apropriados	17.427	17.427
Pagamentos	(37.279)	(37.279)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**194.990**	**194.990**
Circulante	**41.109**	**41.109**
Não Circulante	**153.881**	**153.881**

[1] Reconhecimento de direito de uso de empilhadeiras, imóveis e veículos Locados.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2020 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano de vencimento	Controladora e Consolidado
2022	**38.490**
2023	**32.607**
2024	**25.277**
2025	**15.694**
2026 a 2032	**41.813**
Total	**153.881**

c) Montante reconhecido no resultado

Reconhecimento no resultado	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Amortizações de direito de uso	33.273	10.085	33.273	18.891
Juros sobre passivo de arrendamento	17.427	5.640	17.427	8.307
Pagamentos variáveis não incluídos na mensuração do passivo de arrendamento	2.231	1.435	2.231	1.510

14.1 Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019

Em 18 de dezembro de 2019 a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) emitiu Ofício-Circular/CVM/ SNC/SEP/nº 02/2019 contendo orientações quanto a aspectos relevantes do CPC 06 (R2) – IFRS 16 a serem observados na preparação das demonstrações contábeis das Companhias arrendatárias para o exercício findo de 31 de dezembro de 2019.

Em atendimento ao Ofício, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	31 de dezembro de 2020 Consolidado												
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Passivo													
IFRS 16	194.990	153.398	114.749	82.099	56.775	41.031	24.338	14.620	9.855	6.158	3.817	1.188	-
Ofício CVM	220.712	181.649	139.794	103.351	74.157	55.389	34.490	21.792	15.170	9.803	6.204	1.971	-
	13,2%	18,4%	21,8%	25,9%	30,6%	35,0%	41,7%	49,1%	53,9%	59,2%	62,5%	65,9%	-
Direito de uso													
IFRS 16	179.512	138.518	100.992	70.715	47.151	32.590	18.262	10.401	6.748	4.048	2.366	684	-
Ofício CVM	200.425	156.487	115.208	81.557	55.063	38.352	21.849	12.672	8.278	5.003	2.924	845	-
	11,6%	13,0%	14,1%	15,3%	16,8%	17,7%	19,6%	21,8%	22,7%	23,6%	23,6%	23,5%	-
Despesa financeira													
IFRS 16	17.427	15.197	11.811	8.736	6.048	4.488	3.243	2.069	1.420	917	594	307	35
Ofício CVM	21.975	17.870	14.278	10.902	7.850	6.036	4.520	3.021	2.147	1.434	954	502	58
	26,1%	17,6%	20,9%	24,8%	29,8%	34,5%	39,4%	46,0%	51,2%	56,4%	60,6%	63,8%	66,2%
Amortização													
IFRS 16	33.272	40.026	37.525	30.277	23.565	14.561	14.328	7.861	3.652	2.700	1.682	1.682	684
Ofício CVM	37.690	43.938	41.279	33.601	26.494	16.762	16.503	9.177	4.394	3.275	2.079	2.079	845
	13,3%	9,8%	10,0%	11,0%	12,4%	15,1%	15,2%	16,7%	20,3%	21,3%	23,6%	23,6%	23,5%

A seguir é apresentado o demonstrativo do direito potencial de PIS/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

Fluxo de caixa	2020		2019	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	250.383	194.990	146.743	101.979
PIS/ Cofins potencial (9,25%)	23.160	18.037	13.574	9.433

15. Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas decorrem, principalmente, de transações entre empresas da Companhia e suas controladas, profissionais-chave da Administração e transações com outras empresas ligadas direta ou indiretamente ao acionista controlador, as quais foram realizadas em condições satisfatórias aos interesses da Companhia, levando em conta análises feitas pela Administração para cada operação. O acionista controlador é Dibra Fundo de Investimentos em Participações.

A seguir, apresenta-se a relação de empresas com as quais a Companhia mantém transações:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Partes Relacionadas	Principal natureza das transações
Controladas [1]	
M. Dias Branco International Trading LLC	Compra de matéria-prima, contudo não houve transação no período
M. Dias Branco International Trading Uruguay S. A.	Compra de matéria-prima, contudo não houve transação no período
M. Dias Branco Argentina S. A.	Sem operação e em processo de baixa.
Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A	Compra e venda de produtos industrializados, entretanto a empresa foi incorporada em 27 de dezembro de 2019.
Controladas em conjunto [1]	
Tergran – Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	Prestação de serviços na descarga de trigo
Terminal de Trigo do Rio de Janeiro - Logística S.A.	Prestação de serviços na descarga de matéria prima e outros serviços
Empresas cujo controlador é representado por vice-presidente da Companhia	
Dias Branco Administração e Participação Ltda. [2]	Aluguel de imóvel
Idibra Participações S. A.	Prestação de serviços em construção civil e locação de equipamentos
Praia Centro Hotel Viagens e Turismo Ltda.	Prestação de serviços de hospedagem de colaboradores e prestadores de serviços
Terminal Portuário Cotegipe S. A.	Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços
Companhia Industrial de Cimento Apodi	Compra de materiais aplicados em obras civis
Empresas em que o diretor-presidente e/ou o vice-presidente da Companhia figuram como sócios	
LDB Transporte de Cargas Ltda.	Transporte de cargas
LDB Logística e Transporte Ltda.	Transporte de cargas
AET – Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda.	Prestação de serviços de manutenção e instalação de equipamentos
BS Engenharia e Automação S.A.	Prestação de serviços de manutenção e instalação de equipamentos
Colemont Seg Consultoria, Gerência de Riscos e Corretagem de Seguros S.A.	Prestação de serviços de assessoria ou consultoria
Empresa em que os vice-presidentes da Companhia figuram como quotista	
Coemdibra – Cooperativa de Empregados do M. Dias Branco	Venda de produtos industrializados Compra de material de consumo

[1] Percentual de participação e sua característica consta na Nota Explicativa nº 5; [2] Distrato ocorrido em agosto de 2019 com a Dias Branco Administração e Participação Ltda.

Há também as seguintes empresas ligadas ao acionista controlador ou a vice-presidente que, por atender os critérios do CPC 05, enquadram-se como partes relacionadas, embora a Companhia não mantenha transações: Apodi Transporte e Locação Ltda., Apodi Distribuição e Logística Ltda., Hotel Praia Mar Ltda., Aquiraz Investimentos Turísticos S. A., CDB Participações Ltda-EPP, Praia do Futuro Empreendimentos Imobiliários Ltda., Equatorial Participações e Negócios S. A., Dias Branco Incorporadora SPE 001 Ltda., Dias Branco Incorporadora SPE 002 Ltda., Dias Branco Incorporadora SPE 003 Ltda, Dias Branco Incorporadora SPE 004 Ltda, Dias Branco Incorporadora SPE 005 Ltda., Dias Branco Incorporadora SPE 006 Ltda., Ponta da Praia Empreendimentos Imobiliários SPE 001 Ltda., Aquiraz Golf Clubs Administração e Comércio Ltda., Lago das Praias Belas Empreendimentos Imobiliários Ltda, Aveiro Multimercado FD Invest Credito Privado Investimento Exterior, Águas Claras Participações Ltda., Bronze Administração e

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Participações S/A., Ouro Administração e Participações S/A., Prata Administração e Participações S/A., Platina Administração e Participações S/A., Titânio Administração e Participações S/A, Apodi Concreto Ltda, IDB Condominium Incorporações SPE Ltda, Riviera Lazer S.A. 3L Administração e Participações Ltda., Lavanda Brasil Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda., Universo Pet II SCP, e Wef Engenharia e Automação Ltda.

a) Condições das transações com as principais partes relacionadas

Conforme já mencionado, as operações com partes relacionadas são realizadas em condições satisfatórias para a Companhia, em linha com as de mercado, cujos preços praticados podem variar conforme o tipo de serviço que é prestado e de produto que é vendido. Em geral, os pagamentos ocorrem contra apresentação de fatura.

Os ativos e passivos mantidos com as partes relacionadas podem ser identificados conforme demonstrado no quadro a seguir

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativo				
Circulante				
Contas a Receber				
Coemdibra – Cooperativa de Empregados do M. Dias Branco	**34**	31	**34**	31
LDB Logística e Transporte Ltda.	**9**	3	**9**	3
LDB Transporte de Cargas Ltda.	**1**	23	**1**	23
Idibra Participações S. A.	**1**	-	**1**	-
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	**-**	1	**-**	1
	45	58	**45**	58
Passivo				
Circulante				
Fornecedores				
LDB Transporte de Cargas Ltda.	**280**	203	**280**	203
LDB Logística e Transporte Ltda.	**214**	142	**214**	142
AET – Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda.	**82**	91	**82**	91
Terminal Portuário Cotegipe S. A.	**-**	1.018	**-**	1.018
Idibra Participações S. A.	**1**	513	**1**	513
Coemdibra – Cooperativa de Empregados do M. Dias Branco	**3**	1	**3**	1
Tergran – Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	**21**	769	**-**	-
BS Engenharia e Automação S.A.	**65**	-	**65**	-
Colemont Seg Consultoria, Gerência de Riscos e Corretagem de Seguros S.A.	**132**	-	**132**	-
	798	2.737	**777**	1.968
Outras contas a pagar				
Tergran – Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	**1.188**	1.188	**-**	-
	1.188	1.188	**-**	-
Não circulante				
Contas a Pagar				
M.Dias Branco Trading LLC	**3**	3	**-**	-
Terminal Portuário Cotegipe S. A.	**1.238**	1.238	**1.238**	1.238
	1.241	1.241	**1.238**	1.238

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b) As transações feitas com partes relacionadas são demonstradas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Venda de produtos				
AET – Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda.	**-**	2	**-**	2
Terminal Portuário Cotegipe S. A.	**4**	8	**4**	8
Coemdibra – Cooperativa de Empregados do M. Dias Branco	**507**	541	**507**	541
LDB Transporte de Cargas Ltda.	**19**	11	**19**	11
LDB Logística e Transporte Ltda.	**30**	52	**30**	52
Idibra Participações S. A.	**2**	2	**2**	2
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	**6**	28	**6**	28
Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A	**-**	38.845	**-**	-
	568	39.489	**568**	644
Compra de produtos				
Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A	**-**	35.629	-	-
	-	35.629	**-**	-
Venda de imobilizado/outros				
Coemdibra – Cooperativa de Empregados do M. Dias Branco	**4**	4	**4**	4
Terminal Portuário Cotegipe S. A.	**-**	1	**-**	1
Dias Branco Administração e Participações Ltda.	**13**	-	**13**	-
LDB Logística e Transporte Ltda.	**-**	11	**-**	11
Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A	**-**	3.390	**-**	-
	17	3.406	**17**	16
Compra de imobilizado/outros				
Coemdibra – Cooperativa de Empregados do M. Dias Branco	**142**	132	**142**	132
AET – Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda.	**432**	1.605	**432**	1.605
Dias Branco Administração e Participações Ltda.	**-**	8	**-**	8
BS Engenharia e Automação S.A.	**384**	-	**384**	-
Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A	**-**	646	**-**	-
	958	2.391	**958**	1.745
Contratação de serviços				
LDB Transporte de Cargas Ltda.	**13.815**	16.387	**13.815**	16.387
LDB Logística e Transporte Ltda.	**14.031**	10.624	**14.031**	10.624
Terminal Portuário Cotegipe S. A.	**7.247**	6.895	**7.247**	6.895
Tergran – Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	**6.039**	7.956	**-**	-
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	**639**	2.056	**639**	2.056
Idibra Participações S. A.	**1.840**	820	**1.840**	820
AET – Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda.	**2.049**	2.341	**2.049**	2.341
BS Engenharia e Automação S.A.	**783**	-	**783**	-
Colemont Seg Consultoria, Gerência de Riscos e Corretagem de Seguros S.A.	**316**	-	**316**	-
Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A	**-**	68	**-**	-
	46.759	47.147	**40.720**	39.123

Outros assuntos

A Companhia é comodatária de alguns bens móveis e imóveis de propriedade da Dias Branco Administração e Participações Ltda. e da Idibra Participações S.A.

No que tange à prestação de garantias em contratos financeiros vigentes da Companhia, a Sra. Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco, Presidente do Conselho de Administração, figura como garantidora da maioria de tais contratos. Em parte desses instrumentos, figuram também como garantidores, em conjunto com a Sra. Maria Consuelo, alguns dos diretores estatutários.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de financiamentos consolidados garantidos nesses moldes estava representado pelo montante de R$ 43.704 (R$ 414.914 em 31 de dezembro de 2019).

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Consideram-se pessoal-chave da Administração os membros da diretoria estatutária e os membros do Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou o montante de R$ 26.251 (R$ 34.935 em 31 de dezembro de 2019), relativo à remuneração do pessoal-chave da Administração, abrangendo salário, pró-labore, gratificações, benefícios de curto prazo, em especial participação nos resultados, além de incentivo de longo prazo para executivos no nível de diretor estatutário celetista, conforme destacado na Nota Explicativa nº 26.

Vale salientar que o valor dos honorários da Administração evidenciados na Nota Explicativa nº 28 contempla apenas a remuneração direta, compreendendo itens como salários, pró-labore e gratificações. Dessa forma, a remuneração variável (benefícios de curto prazo), e os benefícios concedidos ao pessoal-chave da Administração não estão contemplados naquele valor.

O estatuto social não prevê a participação dos administradores nos resultados da Companhia, e, portanto, não há valor de participação nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

16. Fornecedores e Operações de "Risco Sacado"

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fornecedores nacionais	**302.001**	148.713	**302.093**	148.538
Fornecedores estrangeiros	**559**	506	**559**	506
	302.560	149.219	**302.652**	149.044
Operações de "risco sacado"	**59.086**	-	**59.086**	-
Total	**361.646**	149.219	**361.738**	149.044

Em 2020, a Companhia iniciou a operação de risco sacado com seus fornecedores com o objetivo de favorecer os procedimentos administrativos em que seus parceiros, com a participação de uma instituição financeira, têm a opção de antecipar seus recebíveis relacionadas às compras de bens e serviços realizadas pela Companhia. Ressalta-se que a decisão de adesão ou não da transação é única e exclusiva do fornecedor.

Nesta operação, a instituição financeira se propõe a pagar, antecipadamente, ao nosso fornecedor, em troca de um desconto. Por ocasião da contratação entre o banco e o fornecedor, este último transfere o direito de recebimento dos títulos ao banco. Assim, a Companhia pagará à instituição financeira na data de pagamento original, o valor nominal total da obrigação originária.

Reitera-se que esta operação não altera os valores, natureza e tempestividade do passivo, em especial, prazos, preços ou outras condições incialmente contratados, e não afeta a Companhia com eventuais encargos financeiros praticados pela instituição financeira nas operações junto aos fornecedores. Além disso, não há nenhuma garantia concedida pela Companhia. Dessa forma, a Companhia mantém o passivo como "Fornecedores" e os efeitos das transações são apresentados em atividades operacionais na demonstração do fluxo de caixa.

17. Financiamentos e empréstimos

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores atualizados de acordo com as taxas contratadas. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas.

Os valores são atualizados monetariamente, quando aplicável, pelos correspondentes encargos contratuais e os financiamentos sujeitos à variação cambial que são atualizados pela respectiva taxa de câmbio de venda vigente no último dia útil do período.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Os financiamentos e empréstimos registraram em 31 de dezembro de 2020, saldo total de R$ 1.589.017 (R$ 979.677 em 31 de dezembro de 2019), e estão distribuídos em quatro categorias: financiamentos e empréstimos com instituições financeiras, financiamentos de impostos, financiamentos diretos, e notas promissórias.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

17.1 Financiamentos e empréstimos com instituições financeiras

Descrição	Indexador	Juros (% a.a.)	Controladora e Consolidado Venc. [1]	2020	2019
Moeda nacional					
BNDES-FINAME	**TJLP**	**2,17**	**15/08/2024**	**14.228**	18.281
BNDES-PSI [2]	**R$**	**2,98**	**15/01/2024**	**73.573**	105.607
BNDES-FINEM	**IPCA**	**8,63**	**15/08/2024**	**39.204**	49.456
BNDES-PROGEREN	**IPCA**	**6,28**	**15/10/2022**	**40.176**	57.653
FINIMP	**CDI**	**3,80**	**01/04/2021**	**138.070**	-
Capital de giro	**CDI**	**1,30**	**17/11/2021**	**200.780**	-
				506.031	230.997
Moeda estrangeira					
Financiamentos de importação (FINIMP e Capital de giro (Lei nº 4.131)	**USD**	**2,09**	**22/12/2025**	**856.128**	365.248
Capital de giro (Lei nº 4.131)	**EUR**	**0,18**	**07/05/2020**	**-**	133.943
				856.128	499.191
Total				**1.362.159**	730.188
Circulante				**743.764**	568.677
Não Circulante				**618.395**	161.511

[1] Último vencimento do grupo de contratos; [2] Contratos firmados para compra de imobilizado.

Os contratos firmados com recursos do BNDES têm carência com duração entre 12 e 36 meses. Na maioria dos contratos os juros são pagos trimestralmente durante o período de carência, e, após esse período, o vencimento passa a ser mensal, exceto em algumas operações direta com o BNDES em que o principal e os juros são pagos anualmente. Os financiamentos de importação de insumos têm vencimentos anuais de principal e juros. Os contratos de capital de giro tem carência de 6 meses, juros pagos semestralmente e o principal pago ao final do contrato.

A movimentação de empréstimos e financiamentos é apresentada a seguir:

Detalhamento da movimentação	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**783.394**	**1.002.239**
Liberações	392.104	392.104
Acervo de incorporação	163.421	-
Provisão de juros, comissões e imposto	28.061	40.471
Variação cambial e monetária	29.155	33.947
Amortizações	(602.205)	(656.974)
Pagamento de juros e variação cambial	(63.742)	(81.599)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**730.188**	**730.188**
Liberações	**1.617.103**	**1.617.103**
Provisão de juros, comissões e impostos	**38.897**	**38.897**
Variação cambial e monetária	**176.127**	**176.127**
Amortizações	**(1.035.313)**	**(1.035.313)**
Pagamento de juros e variação cambial	**(164.843)**	**(164.843)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.362.159**	**1.362.159**

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2020 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano de vencimento	Controladora e Consolidado
2022	**62.265**
2023	**25.581**
2024	**10.879**
2025	**519.670**
Total	**618.395**

Alguns financiamentos e empréstimos consolidados são garantidos por hipoteca de imóveis, fiança bancária, notas promissórias, (vide Nota Explicativa nº 15), Standby Letter of Credit e/ou alienação fiduciária dos bens financiados, no valor de R$ 1.081.379(R$ 730.188 em 31 de dezembro de 2019).

Os contratos de abertura de crédito de importação de mercadorias, financiamentos externos, financiamentos através das linhas de crédito do BNDES contêm cláusulas restritivas, habituais para esses tipos de operações, que, na hipótese de não serem atendidas, podem acarretar o vencimento antecipado das respectivas operações.

Essas cláusulas contratuais, dentre outras condições, restringem a autonomia da Companhia nos casos de alteração da estrutura societária, pois vedam expressamente qualquer alteração ou modificação da composição do seu capital social, incorporação, cisão ou fusão, transferência ou cessão, direta ou indireta, de seu controle societário sem a prévia e expressa concordância das respectivas instituições financeiras credoras; e exigem que a Companhia não possua (i) protestos legítimos; (ii) ações, demandas ou processos pendentes ou em vias de serem propostos, que, se decididos em desfavor da Companhia, teriam efeito prejudicial sobre a sua condição financeira ou prejudicariam sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais e exigem, ainda, que a transferência ou cessão de direitos e obrigações decorrentes dos contratos sejam aprovadas pelas respectivas instituições financeiras credoras e pelo Finame. Além das cláusulas supracitadas, deve-se (i) manter durante a vigência do contrato determinados percentuais dos índices: Dívida Líquida/Ebitda e Patrimônio Líquido/Passivo Total e (ii) manutenção do quadro de pessoal apresentado em projeto de liberação de financiamento e ainda, há o compromisso da companhia em (i) não utilizar recursos obtidos em determinadas operações financeiras em transações que envolvam, com seu conhecimento, atividades terroristas ou que resultem em violação de quaisquer leis anticorrupção ou leis antiterrorismo aplicáveis; e, (ii) fazer com que cada uma de suas Afiliadas, Subsidiárias e todas as Pessoas que atuam em nome ou sob a direção da Companhia ou de qualquer uma de suas Subsidiárias, atue de acordo com todas as Leis Anticorrupção aplicáveis nas jurisdições em quais a companhia ou qualquer uma de suas Afiliadas ou Subsidiárias faz negócios. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não estava incorrendo em nenhuma das hipóteses de restrição previstas em seus contratos.

17.2 Financiamentos de impostos – Provin

A Companhia é beneficiária de subvenções para investimento de origem governamental, conforme esclarecido na Nota Explicativa nº 22. Os financiamentos aqui classificados dizem respeito à parcela não incentivada dos tributos, e se baseiam no ICMS devido apurado mensalmente.
Os financiamentos de tributos (Provin) são atualizados mensalmente pela TJLP e podem ter vencimento trienal/bienal.

Os saldos dos financiamentos de impostos em 31 de dezembro de 2020 totalizavam o montante de R$ 9.893 (R$ 10.661 em 31 de dezembro de 2019) e parcela mantida no passivo não circulante apresenta o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano de vencimento	Controladora e Consolidado
2022	**2.965**
2023	**3.656**
Total	**6.621**

17.3 Financiamentos diretos – Aquisições de empresas

Descrição	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Passivo circulante		
Aquisição de ações da Pelágio	**2.985**	2.609
Aquisição de ações da Pilar	**2.108**	2.206
Aquisição de quotas do Moinho Santa Lúcia	**-**	7
Aquisição de quotas da Piraquê	**23.899**	29.358
	28.992	34.180
Passivo não circulante		
Aquisição de ações da Pelágio	**5.417**	2.462
Aquisição de quotas do Moinho Santa Lúcia	**667**	-
Aquisição de ações da Piraquê	**181.889**	202.186
	187.973	204.648
Total	**216.965**	238.828
Circulante	**28.992**	34.180
Não circulante	**187.973**	204.648

Os financiamentos diretos são compostos por parcela retida do preço de aquisição vinculada às garantias das contingências que porventura venham a surgir, atualizados pela taxa equivalente a 100% da variação do CDI, e pela parcela do preço contingente na aquisição da Piraquê.

O valor de R$ 205.788, relativo à aquisição da Piraquê, é composto por:

i) parcela retida do preço no montante de R$ 139.749 que será liquidada em 4 parcelas, com vencimentos em 05/2021, 05/2022, 05/2023 e 12/2023, descontado das contingências pagas de responsabilidades dos vendedores;
ii) parcela contingente do preço de aquisição, na ordem de R$ 66.039, decorrente da expectativa de realização de créditos tributários passíveis de reembolso aos vendedores, que serão pagos à medida que forem convertidos em renda em favor da Piraquê ou compensados. Durante o exercício de 2018 e 2019, do total reconhecido de preço contingente (R$ 75.137), foi liquidado R$ 9.098.

17.4 Notas promissórias

Em 15 de abril de 2020, o Conselho de Administração aprovou a primeira emissão de notas promissórias comerciais para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição. Nesse sentido, com o objetivo de reforçar o caixa da Companhia, em 23 de abril de 2020, foram emitidas 20 notas promissórias comerciais da Companhia, em série única, perfazendo o montante R$ 200.000.

Com prazo de vencimento de 183 dias a contar da data de emissão, com pagamento de juros remuneratórios, incidentes sobre seu respectivo valor nominal unitário, correspondente a 100% do CDI, acrescido de 3,13% a.a., as notas promissórias foram liquidadas em 23 de outubro de 2020.

18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia classifica seus ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias, dependendo da finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável.

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos de swap para proteger suas exposições ao risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros nos contratos de financiamento (trigo e óleo) e capital de giro. Além disso, iniciou operações de compra de moeda a termo (NDF - *Non Deliverable Forward*), opções cambiais e de *commodities* e contratos futuros, com o objetivo exclusivo de proteção ao risco de variação cambial nas operações de aquisição de insumos.

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo e são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

justo dos derivativos durante o período são registrados diretamente na demonstração do resultado, exceto quando qualificados como *hedge* de fluxo de caixa, em que são reconhecidos no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes e, no momento de sua liquidação, os ganhos e perdas acumulados são ajustados no item objeto de *hedge*, sensibilizando o resultado no momento da realização do item protegido. A parcela porventura considerada ineficaz na relação de proteção é transferida/ reclassificada para o resultado financeiro.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão integralmente reconhecidas na contabilidade e são restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outras contas a receber, empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil, fornecedores, contas a pagar e derivativos.

A administração desses instrumentos se dá por meio de estratégias operacionais, visando garantir liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado.

a) Instrumentos financeiros por categoria e evidenciação do valor justo

Descrição	Indexador	Controladora				Consolidado			
		Saldo contábil 2020	Valor justo 2020	Saldo contábil 2019	Valor justo 2019	Saldo contábil 2020	Valor justo 2020	Saldo contábil 2019	Valor justo 2019
Ativos Financeiros									
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado									
Caixa e equivalentes de caixa		**1.212.873**	**1.212.873**	348.312	348.312	**1.213.007**	**1.213.007**	348.377	348.377
Contas a receber de clientes		**959.907**	**959.907**	957.588	957.588	**960.058**	**960.058**	957.796	957.796
Outros créditos		**31.496**	**31.496**	21.526	21.526	**32.047**	**32.047**	22.121	22.121
Aplicações financeiras		**19.719**	**19.721**	20.174	20.179	**19.719**	**19.721**	20.174	20.179
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo									
Instrumentos financeiros derivativos		**23.794**	**23.794**	7.963	7.963	**23.794**	**23.794**	7.963	7.963
Contratos de *swap*		**16.268**	**16.268**	7.963	7.963	**16.268**	**16.268**	7.963	7.963
Contratos a termo (NDF)		**4.340**	**4.340**	-	-	**4.340**	**4.340**	-	-
Contratos de opções		**2.602**	**2.602**	-	-	**2.602**	**2.602**	-	-
Contratos de futuros		**584**	**584**	-	-	**584**	**584**	-	-
Passivos financeiros									
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado									
Fornecedores		**361.646**	**361.646**	149.219	149.219	**361.738**	**361.738**	149.044	149.044
Financiamentos com instituições financeiras		**1.362.159**	**1.347.339**	730.188	746.651	**1.362.159**	**1.347.339**	730.188	746.651
BNDES – Operações de repasse	TJLP	**14.228**	**14.228**	18.281	18.281	**14.228**	**14.228**	18.281	18.281
BNDES PSI-Pré	Prefixado	**73.573**	**71.374**	105.607	101.658	**73.573**	**71.374**	105.607	101.658
BNDES – FINEM (Capital de giro)	IPCA	**39.204**	**39.966**	49.456	53.069	**39.204**	**39.966**	49.456	53.069
BNDES PROGEREN (Capital de giro)	IPCA	**40.176**	**39.616**	57.653	58.948	**40.176**	**39.616**	57.653	58.948
Financiamentos de insumos (FINIMP)	CDI	**138.070**	**139.113**	-	-	**138.070**	**139.113**	-	-
Financiamentos externos (FINIMP e capital de giro)	USD	**856.128**	**842.765**	365.248	380.752	**856.128**	**842.765**	365.248	380.752
Capital de giro	CDI	**200.780**	**200.277**	133.943	133.943	**200.780**	**200.277**	133.943	133.943
Financiamentos diretos	CDI	**216.965**	**216.965**	238.828	238.828	**216.965**	**216.965**	238.828	238.828
Arrendamentos		**194.990**	**194.990**	101.979	101.979	**194.990**	**194.990**	101.979	101.979
Contas a pagar		**160.922**	**160.922**	111.590	111.590	**160.033**	**160.033**	110.625	110.625
Passivos financeiros mensurados pelo valor justo									
Instrumentos financeiros derivativos		**18.125**	**18.125**	1.887	1.887	**18.125**	**18.125**	1.887	1.887
Contratos de *swap*		**6.393**	**6.393**	1.887	1.887	**6.393**	**6.393**	1.887	1.887
Contratos a termo (NDF)		**7.789**	**7.789**	-	-	**7.789**	**7.789**	-	-
Contratos de opções		**3.943**	**3943**	-	-	**3.943**	**3943**	-	-

b) Mensuração do valor justo

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado, para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas de valor justo acima não necessariamente indicam os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia mantém contratos de *swap*, compra de moeda a termo (NDF), opções e futuros registrados pelo valor justo, cujo processo de mensuração está classificado no Nível 2, conforme previsto no CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

c) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)

Os valores das aplicações financeiras registrados nas demonstrações financeiras como equivalentes de caixa se aproximam dos valores de realização, em virtude das operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem disponibilização imediata.

Aplicação financeiras (custo amortizado)

O valor justo foi determinado com base no valor presente do principal e em fluxos de caixa futuros, descontados pela variação de 100% do DI futuro apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Empréstimos e financiamentos

O valor justo dos financiamentos de capital de giro atrelados à TJLP e IPCA foi determinado pelos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa média das operações vigentes, apresentando *spreads* de 2,17% a.a. e 7,44%a.a. (2,17% a.a. e 7,38% a.a. em 31 de dezembro de 2019), respectivamente.

No caso dos financiamentos prefixados, o valor justo foi determinado com base no valor presente do principal e dos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Foi utilizada a taxa de 5,57% a.a. para as operações de Finame-PSI (5,32% a.a. em 31 de dezembro de 2019).

O valor justo dos financiamentos de insumos e capital de giro atrelados à CDI foi determinado pelos fluxos de caixa futuros descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Foi utilizado o *spread* de 1,50% a.a.

O valor justo dos financiamentos de insumos e capital de giro com variação cambial em dólar foi determinado pelos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Foi utilizado o *spread* de 2,20% a.a. para contratos em dólar (2,50% a.a. 31 de dezembro de 2019), respectivamente.

Com relação às dívidas decorrentes das aquisições da Pilar, Pelágio, Moinho Santa Lúcia e Piraquê que conforme contratos são atualizados pela variação do CDI, o valor justo foi determinado considerando o mesmo percentual do CDI, de forma a refletir as condições de mercado.

Contratos derivativos

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado com base nas taxas futuras nas datas dos balanços, com o valor resultante descontado ao valor presente.

Tais informações também são confrontadas com aquelas prestadas pelas instituições envolvidas.

Arrendamentos

O passivo de arrendamento é inicialmente apurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado à taxa de empréstimo incremental e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Contas a receber, outros créditos, fornecedores e contas a pagar de curto prazo

Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, dado o curto prazo das operações realizadas.

d) Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia analisa seus principais riscos financeiros, define ações para sua mitigação e monitora o impacto econômico sobre o desempenho. A abordagem da Companhia frente a esses riscos é discutida e definida nas reuniões periódicas do Conselho de Administração.

No curso das atividades, a Companhia está exposta aos seguintes riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de moeda, taxa de juros e preço das *commodities*). Nesse contexto, visando proteger e otimizar o resultado em função de riscos de variação dos preços de moeda e *commodities*, o Conselho de Administração aprovou em 10 de julho de 2020, a política de *hedge* da Companhia com missão de assegurar o atendimento dos objetivos estratégicos do negócio. Nela são destacadas as diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de precificação e acompanhamento de *commodities* e moedas estrangeiras, assim como na gestão de efeitos cambiais relacionados às operações da Companhia.

i. Risco de crédito

Esse risco provém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de venda ou de créditos junto a instituições, tais como depósitos e aplicações financeiras. Para minimizar esse risco, as políticas de vendas da Companhia são subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito), e da diversificação de suas vendas (pulverização do risco). Além disso, a Companhia possui seguro de crédito para proteção contra a inadimplência de clientes específicos, o que possibilita uma

indenização de 90% sobre a perda líquida dos recebíveis desses clientes. O limite máximo de indenização é de R$ 35.000, com vigência no período de 30 de setembro de 2020 a 30 de setembro de 2021. Atualmente, a cobertura do seguro de crédito abrange cerca de 159 clientes, no total de R$ 231.997 (R$ 203.056 em 31 de dezembro de 2019). Além disso, existem cerca de R$ 45.603 de garantias constituídas mediante hipoteca e fiança bancária.

Adicionalmente, a Companhia possui perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, no montante consolidado de R$ 76.071 (R$ 81.884 em 31 de dezembro de 2019) representativos de 7,34% (7,88% em 31 de dezembro de 2019) do saldo de contas a receber em aberto, para fazer face ao risco de crédito.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições financeiras com baixo risco de crédito classificado por agências de *rating*. Além disso, cada instituição possui um limite máximo para saldo de aplicação.

ii. Risco de liquidez

As principais fontes de recursos financeiros utilizados pela Companhia residem no próprio volume de recursos advindos da comercialização dos seus produtos – com a característica de forte geração de caixa e baixa inadimplência, além dos valores recebidos a título de subvenções para investimento estaduais e federais (associadas à implantação/expansão de unidades industriais). Somam-se a esse montante os rendimentos de aplicações advindas das disponibilidades de caixa.

As principais necessidades de recursos financeiros da Companhia advêm de investimentos para expansão e modernização de sua estrutura de produção e logística, para aquisição de outras empresas e para a amortização do seu endividamento, pagamento de tributos, distribuição de dividendos e outros desembolsos operacionais.

Normalmente, a Companhia não tem necessidade de capital de giro adicional, mas diante das incertezas no ano de 2020, decidiu, no início do ano, realizar algumas captações, com prazo de até 360 dias, para fortalecer o caixa. Aproximando-se dos vencimentos dessas captações, a Companhia decidiu reperfilar sua dívida, alongando prazo e diminuindo custo. Essas captações são destinadas a aquisições de suas principais matérias-primas (trigo e óleo vegetal), prazo esse superior àqueles concedidos aos seus clientes para pagamento dos produtos por eles adquiridos. Assim, a administração entende que a Companhia apresenta sólidas condições financeiras e patrimoniais, suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazo.

Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos são apresentados na Nota Explicativa nº 17.

Vale ressaltar que a Companhia tem limites aprovados em bancos de primeira linha. Entretanto, esses limites não são destinados a cobrir deficiência de liquidez, haja vista que não têm essa indicação.

iii. Risco de mercado: preço das commodities

Os preços das matérias-primas e insumos utilizados no processo produtivo são voláteis. Caso ocorra uma variação relevante nos preços dos insumos e matérias-primas, a

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Companhia pode não ser capaz de repassar tais aumentos aos preços de seus produtos na mesma velocidade dos aumentos dos custos, o que poderá vir a impactar a margem de lucro. Adicionalmente, a Companhia tem por prática a manutenção de estoques de trigo (incluindo contratos negociados para entrega futura), principal matéria prima, que pode variar de 2 a 4 meses de consumo dependendo da época do ano e da sazonalidade de cultivo. Esse procedimento pode ocasionar algumas variações entre o preço médio dos estoques e o valor de mercado em uma data específica.

Além disso, a Companhia acompanha o mercado mundial de *commodities*, monitorando os fatores que impactam a formação dos preços, tais como períodos de safra, eventos climáticos e decisões de política econômica, com o apoio de consultorias especializadas e sistemas de informações *online* com as principais bolsas de mercadorias do mundo. Nessas condições, avalia o momento mais oportuno para compra dessas *commodities*, podendo estabelecer contratos de compra para entrega futura de matéria-prima, fixando ou não o preço da *commodity*, colocando, assim, a Companhia sujeita ao risco de variação da *commodity* ou de variação cambial ou a ambos.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha contratos firmados de compra de trigo e óleo para pagamento e entrega futura, no montante de 290.066 toneladas (437.506 toneladas em 31 de dezembro de 2019), onde 92.000 toneladas de óleo estavam com o preço a fixar. Assim, considerando o valor de mercado para esses casos e preço firmado para os contratos fixados, eles representavam um montante equivalente a US$ 43.035 de trigo e US$ 99.125 de óleo (US$ 39.445 de óleo e US$ 76.149 de trigo em 31 de dezembro de 2019).

Diante do risco de variação no preço de trigo e óleo, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade para o montante, cujo preço não estava fixado, de óleo (92.000 toneladas), levando em consideração a possibilidade de três cenários de variação no preço da commodity, com respectivos resultados futuros que seriam gerados. O cenário provável considerou os preços do óleo em US$ 915,91, no mesmo patamar do valor de mercado em 30 de dezembro de 2020. Os demais cenários, possível e remoto, consideraram um aumento no preço das *commodities* em 25% e 50% respectivamente.

Descrição	Posição em risco (toneladas)	Risco	Cenário provável	Cenário possível (US$) [1]	Cenário remoto (US$) [1]
Contratos de aquisição de óleo (preço a fixar)	92.000	Alta da commodity	-	(21.066)	(42.132)

[1] Valor em US$ mil.

Por fim, seguindo a política de *hedge* aprovada, a Companhia iniciou a contratação de operações futuros para o óleo de palma através da bolsa de Bursa (Malásia). Os instrumentos firmados apresentam vencimentos até novembro de 2021, com valor justo a receber em 31 de dezembro de 2020 de R$ 773.

Descrição	Objeto de proteção	Indexador	Quantidade (em ton)	Valor justo
Compra Futuro + Opções Compra de Put	Preço da commodity	Óleo de Palma - Bolsa de Bursa (Malásia)	2.700	773

Esses instrumentos financeiros foram designados como *hedge* de fluxo de caixa, cujos efeitos estão demonstrados no "item e" desta nota explicativa que versa sobre contabilidade de proteção (*hedge accounting*).

iv. Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio, em especial, sobre os passivos atrelados a moeda estrangeira dólar e euro, decorrentes de importações das principais matérias primas, trigo em grão e óleo vegetal de soja e de palma, além de capital de giro.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio nos resultados, a Companhia tem procurado evitar ou minimizar o descasamento entre ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, mediante avaliação de contratação de operações de proteção cambial, mais usualmente operações de *swap*.

Nesse sentido, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía dezessete contratos vigentes de operações de swap para proteção dos financiamentos de importação de trigo (FINIMP) e de capital de giro, com diversos vencimentos, até 22 de dezembro de 2025, em que na ponta ativa recebe, em média, dólar mais 2,4624% e na ponta passiva paga, em média, 176,16% do CDI. Os valores de referência (nocional) totalizaram R$ 818.738 e o valor justo bruto a receber desses instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2020 totalizava R$ 14.022.

Contratos de *swap*	Valor de referência		Valor da curva		Valor justo	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Posição ativa						
Moeda estrangeira (USD)	**818.738**	339.803	**856.128**	365.232	**877.164**	364.794
Moeda estrangeira (EUR)	**-**	130.000	**-**	133.943	**-**	133.165
Posição passiva						
CDI	**818.738**	469.803	**827.955**	489.710	**863.142**	489.779
Resultado	**-**	-	**28.173**	9.465	**14.022**	8.180

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não apresentou descasamentos relevantes na posição de ativos e passivos sensíveis à variação cambial, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Empréstimos/financiamentos em moeda estrangeira (a)	**856.128**	499.191	**856.128**	499.191
Contratos de *swap* (b)	**(856.128)**	(499.175)	**(856.128)**	(499.175)
Ativos em moeda estrangeira (b)	-	-	**(7)**	(6)
Superávit apurado (a-b)	**-**	16	**(7)**	10

Adicionalmente, como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio nos resultados, a Companhia implementou a política de *hedge* e passou a contratar operações baseadas nas projeções de fluxo de caixa futuros a partir das previsões orçamentárias e de *forecasts* intermediários, mediante contratação de operações a termo (*"Non Deliverable Forward* - NDF") e opções.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía cinquenta e cinco contratos de operações a termo com vencimentos até 01/07/2021 e trinta e oito contratos de opções com vencimento até 03/05/2021, bem como valor de referência (nocional) e valor justo, conforme segue:

Descrição	Objeto de proteção	Moeda referência (notional)	Valor de referência (notional)	Valor justo a receber (a pagar)
NDF - US$ /R$	Moeda	US$	119.819	(3.449)
Opções - US$ /R$	Moeda	US$	49.621	(1.530)
Total			169.440	(4.979)

Esses instrumentos financeiros foram designados como *hedge* de fluxo de caixa, cujos efeitos estão demonstrados no" item e" desta nota explicativa que versa sobre contabilidade de proteção (*hedge accounting*).

Como já mencionado no item "Risco de mercado: preço das *commodities*", a Companhia mantinha contratos firmados de compra de trigo e óleo para pagamento e entrega futura com total estimado de óleo em US$ 99.125 e de trigo U$$ 43.035, sujeito a risco de variação cambial (US$ 115.594 em 31 de dezembro de 2019).

Análise de sensibilidade à variação do dólar dos contratos de compra de trigo para entrega futura

A análise de sensibilidade levou em conta a possibilidade de três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros de óleo e trigo que seriam gerados. O cenário provável considerou a cotação do dólar de R$ 5,1967 no mesmo patamar de fechamento em 31 de dezembro de 2020. Os demais cenários, possível e remoto, consideraram um aumento na cotação do dólar em 25% (R$ 6,4959) e 50% (R$ 7,7951), respectivamente.

Descrição	Posição em risco (USD)	Risco	Cenário provável	Cenário possível (R$)	Cenário remoto (R$)
Contratos de aquisição de trigo	142.160	Alta do dólar	-	(184.691)	(369.381)

v. *Risco de taxa de juros*

A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI e TJLP nas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	**1.228.073**	365.284	**1.228.199**	365.284
Passivos financeiros				
Operações em moeda estrangeira com derivativos atrelados ao CDI [1]	**(856.128)**	(499.191)	**(856.128)**	(499.191)
Financiamentos indexados ao CDI e TJLP	**(579.936)**	(267.770)	**(579.936)**	(267.770)
Ativos – Passivos	**(207.991)**	(401.677)	**(207.865)**	(401.677)

[1] Vide item iv - Risco de taxa de câmbio.

Análise de sensibilidade à variação do CDI

O quadro abaixo mostra a projeção de perda que seria reconhecida nos próximos 12 meses, caso fosse mantida a posição dos ativos indexados ao CDI líquidos dos passivos atrelados ao CDI e à TJLP em R$ 207.865.

Descrição	Posição em risco	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Passivos líquidos	(207.865)	Aumento do CDI	-	(987)	(1.975)

O cenário provável considerou a manutenção da cotação do CDI em 31 de dezembro de 2020 em 1,90% a.a. Os demais cenários, possível e remoto, consideraram um acréscimo da cotação em 25% (2,38% a.a.) e 50% (2,85% a.a.), respectivamente.

A Administração da Companhia entende que é baixo o risco de grandes variações no CDI em 2021, levando-se em conta o histórico e as projeções do mercado.

e) Contabilidade de proteção (*Hedge Accounting*)

A partir de julho de 2020, a Companhia passou a adotar, com efeitos prospectivos, a contabilidade de *hedge* nas operações com os instrumentos financeiros derivativos a termo (NDF), opções e futuros, à medida que se qualificam na relação de proteção de *hedge* de fluxo de caixa. Tais instrumentos de *hedge* designados à contabilidade de *hedge* estão em perfeito alinhamento ao objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco da Companhia.

No início de uma relação de *hedge*, a Companhia formalmente designa a relação de *hedge* preparando a devida documentação que inclui: a identificação do instrumento de *hedge*, a identificação do item protegido, natureza do risco a ser coberta, a relação de proteção e análise da eficácia do hedge demonstrando que há relação econômica entre item protegido e instrumento de *hedge*, índice de *hedge* e como a efetividade será avaliada.

O item protegido, em geral, trata-se de fluxo de caixa futuro de aquisição de insumos sujeitos ao risco de variação cambial (trigo, óleo, açúcar e cacau), baseado em projeção orçamentária e *forecast* intermediários. Desse modo, o item protegido (compras futuras de matérias-primas importadas) é considerado transação altamente provável e qualifica-se como objeto de *hedge* à medida que estes insumos são essenciais para o processo produtivo da Companhia.

Os instrumentos derivativos utilizados para proteção do risco cambial possuem uma relação econômica direta com o risco do objeto, já que se configuram por operações nas mesmas moedas em que as importações de matérias-primas.

Na determinação do índice de *hedge*, a quantidade de instrumentos de proteção designados para contabilidade de *hedge* não excede a quantidade de itens que a Companhia efetivamente deseja proteger baseado na estratégia de proteção aprovada no comitê de *hedge*, não refletindo, portanto, desequilíbrio entre as duas posições (item de proteção vs item protegido). Caso a proteção deixe de atender ao índice de *hedge*, mas o objetivo do gerenciamento de risco permanece inalterado, a Companhia poderá "reequilibrar" o índice de *hedge* para atender aos critérios de qualificação.

No tocante a avaliação da efetividade do *hedge*, a Companhia adota o método do *dollar offset méthod (ratio analysis)*, que consiste na comparação da variação de valor justo do instrumento de *hedge* com a variação de valor justo do objeto de *hedge*, sendo prospectivo, com avaliação no início da proteção. Os testes de efetividade subsequentes serão realizados a cada fechamento trimestral e anual, ou por ocasião de alteração significativa nas circunstâncias que afetam os requisitos de efetividade de *hedge*, o que ocorrer primeiro.

A principal fonte de inefetividade na relação de proteção é o possível descasamento entre os vencimentos dos instrumentos e as datas em que ocorrem as compras. No entanto, este descasamento está limitado ao período do mês de designação, de forma a não comprometer a relação de *hedge*. Desse modo, entende-se que não existem fontes de inefetividade relevantes que possam comprometer a relação de *hedge*.

Os efeitos das relações de *hedge* formalmente designadas estão demonstrados a seguir:

Descrição	Controladora e Consolidado
	Hedge de fluxo de caixa
Ganhos em instrumentos derivativos	16.323
(-) Ajustes ao custo de matéria prima objeto de proteção	(16.161)
Variações no valor justo de contatos derivativos	11.053
(-) Reclassificação para resultado financeiro	(162)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**11.053**

A composição do saldo de reserva de *hedge* de fluxo de caixa registrada em outros resultados abrangentes está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora e Consolidado
Saldo de *hedge* de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2019	-
Variações no valor justo de contratos derivativos	(11.053)
Efeito tributário sobre o valor justo do instrumento de *hedge*	3.512
Saldo de *hedge* de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2020	**(7.541)**

f) Gestão do capital

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são: salvaguardar a capacidade de sua continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, e manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital através da análise de sua situação financeira e endividamento com base no índice de alavancagem financeira (dívida líquida/total do capital), por entender que esse indicador reflete de forma mais apropriada o nível relativo de seu endividamento e da sua capacidade de pagamento. A dívida líquida é composta pelos financiamentos e empréstimos, deduzida dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão distribuídos conforme demonstrado a seguir:

Consolidado	2020	2019
Dívida de financiamentos e empréstimos	**1.589.017**	979.677
(-) Caixa e equivalentes de caixa	**(1.213.007)**	(348.377)
(-) Aplicações financeiras de curto prazo	**(16.413)**	(16.392)
(-) Aplicações financeiras de longo prazo	**(3.306)**	(3.782)
(-) Instrumentos financeiros derivativos	**(5.669)**	(6.076)
Dívida líquida (caixa líquido) (A)	**350.622**	605.050
Patrimônio líquido	**6.645.568**	6.034.953
Total do capital (B)	**6.996.190**	6.640.003
Índice alavancagem financeira (C = A / B x 100)	**5,01%**	9,11%

A variação do índice de alavancagem financeira da Companhia é representada pela relação da dívida líquida sobre o patrimônio líquido. O indicador no período findo em 31 de dezembro de 2020 foi de 5,01% contra 9,11% em 31 de dezembro em 2019. A redução deve-se, principalmente, ao crescimento de recursos em caixa em proporção maior ao aumento do endividamento, representando uma redução na dívida líquida na ordem de R$ 254.428.

Os montantes registrados no passivo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2020 e 2019 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Consolidado	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Superior a cinco anos
Em 31 de dezembro de 2020	**1.634.008**	**518.899**	**648.218**	**283.165**
Financiamentos e empréstimos	776.028	293.319	519.670	-
Instrumentos financeiros derivativos	18.125	-	-	-
Fornecedores e outras obrigações	839.855	225.580	128.548	283.165
Em 31 de dezembro de 2019	**1.153.607**	**570.426**	**141.171**	**200.874**
Financiamentos e empréstimos	608.190	310.429	61.058	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.887	-	-	-
Fornecedores e outras obrigações	543.530	259.997	80.113	200.874

19. Receitas (despesas) financeiras líquidas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	**28.613**	32.632	**28.615**	37.990
Juros selic sobre créditos tributários	**142.464**	95.743	**142.464**	95.737
Atualização de depósitos judiciais	**4.244**	4.372	**4.244**	8.292
Variações cambiais ativas	**152.889**	101.203	**152.889**	101.257
Outros	**7.084**	5.474	**7.084**	9.581
	335.294	239.424	**335.296**	252.857
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	**(35.694)**	(25.352)	**(35.694)**	(42.950)
Juros sobre dívida de aquisição de empresa	**(3.842)**	(8.946)	**(3.842)**	(8.946)
Juros sobre arrendamento mercantil	**(17.427)**	(5.640)	**(17.427)**	(7.697)
Juros sobre notas promissórias	**(5.492)**	-	**(5.492)**	-
Variações cambiais passivas	**(321.486)**	(129.773)	**(321.486)**	(129.806)
Ganhos (perdas) em operações com contratos derivativos	**159.764**	12.513	**159.764**	12.513
Comissões e despesas bancárias	**(9.510)**	(6.981)	**(9.511)**	(8.636)
Atualização de provisões para contingências	**(17.069)**	(27.929)	**(17.069)**	(27.929)
Outros	**(3.467)**	(7.051)	**(3.470)**	(8.945)
	(254.223)	(199.159)	**(254.227)**	(222.396)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	**81.071**	40.265	**81.069**	30.461

As receitas financeiras abrangem recebimentos de juros sobre fundos investidos, ganhos na alienação de ativos financeiros, atualização de créditos tributários e depósitos judiciais, e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem desembolsos com juros sobre empréstimos, líquidos do desconto a valor presente das provisões, juros sobre arrendamento mercantil, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), reconhecidas nos ativos financeiros, exceto para as perdas com risco de crédito que são reconhecidas nas despesas comerciais e atualização de contingências tributárias, cíveis e trabalhistas.

Em adição aos montantes reconhecidos em outros resultados abrangentes, a Companhia reconheceu no resultado em 31 de dezembro de 2020 R$ 9.915 de ganho/perda líquida com derivativos não qualificadas para *hedge accounting*.

Com exceção dos custos de empréstimos que são capitalizados como parte do ativo, todos os demais são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos relativos a empréstimos.

20. Obrigações sociais e trabalhistas

A composição dos saldos contemplam as seguintes provisões e encargos:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Provisões trabalhistas				
Provisão de participação nos lucros e resultados	**59.788**	55.193	**59.788**	55.193
Provisão de férias	**61.137**	55.787	**61.163**	55.806
Outros	**3.293**	3.126	**3.293**	3.126
	124.218	114.106	**124.244**	114.125
Encargos sociais e trabalhistas				
INSS	**39.328**	40.860	**39.378**	40.908
FGTS	**11.228**	10.809	**11.237**	10.826
Outros	**1.709**	1.569	**1.709**	1.569
	52.265	53.238	**52.324**	53.303
Total	**176.483**	167.344	**176.568**	167.428

21. Obrigações fiscais

A composição dos saldos contemplam as seguintes obrigações fiscais:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
PIS/Cofins	**1.014**	7.602	**1.041**	7.675
Imposto de renda retido na fonte	**15.264**	11.093	**15.290**	11.114
Outras obrigações fiscais federais	**2.910**	1.722	**2.914**	1.798
ICMS	**34.711**	62.829	**34.711**	62.829
ISS	**1.654**	1.368	**1.655**	1.371
Total	**55.553**	84.614	**55.611**	84.787
Circulante	**55.553**	83.646	**55.611**	83.819
Não circulante	**-**	968	**-**	968

22. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais recebidas pela Companhia têm a natureza de subvenções para investimento, e se dividem em subvenções estaduais e federais, sendo todas monetárias e registradas pelos seus valores nominais.

Os recursos recebidos constituem fonte de reposição do capital investido nos empreendimentos econômicos resultantes dos projetos de investimento implementados pela Companhia e enquadrados nos respectivos programas públicos de fomento ao desenvolvimento. Todas essas subvenções para investimento são de caráter oneroso (em função de determinadas condições) e concedidas por prazo certo.

Para efeito da determinação do valor das subvenções para investimento que deve transitar no resultado, a Companhia utiliza o regime de competência, reconhecendo as subvenções independentemente do momento em que as realiza em termos financeiros, devido aos seguintes

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

fatores: (i) o histórico de cumprimento dos requisitos legais e contratuais necessários para usufruto dessas subvenções; e (ii) sua capacidade de assegurar o cumprimento dos requisitos necessários para recebê-las dos entes públicos respectivos.

No encerramento do exercício social, a parcela do lucro correspondente às subvenções para investimento é destinada à constituição de reserva de incentivos fiscais, no patrimônio líquido, e é excluída da base de cálculo dos dividendos, haja vista que as subvenções têm a natureza de alocação de capital para investimentos, devendo ser obrigatoriamente reinvestidas na Companhia.

22.1 Incentivos fiscais estaduais

O valor de subvenções para investimento recebido dos estados é determinado a partir do montante de ICMS devido e incidente sobre os negócios realizados por unidades industriais incentivadas. Tais unidades são as construídas e implantadas nos termos de projetos de investimento de novos empreendimentos econômicos apresentados e aprovados pelos respectivos estados, no âmbito de suas políticas públicas de fomento ao desenvolvimento industrial.

As subvenções para investimentos estaduais, por serem, em sua maioria, calculadas com base no valor do ICMS computado no custo de produção, são alocadas ao resultado numa linha na Demonstração do Resultado do Exercício, logo abaixo do custo dos produtos vendidos.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia fez jus a R$ 391.788 (R$ 308.128 em 31 de dezembro 2019), decorrentes dos seguintes incentivos estaduais:

Incentivos fiscais estaduais / Unidade incentivada	Percentual de redução do ICMS	Válido até
DESENVOLVE - Bahia: desconto no pagamento de parte do ICMS devido sobre a aquisição do trigo em grão para o moinho de trigo.		
Moinho de trigo e fábrica de massas e de biscoitos (Salvador-BA)	Até 81%	Jun/2025
PROVIN – Ceará: diferimento do pagamento de parte do ICMS devido sobre a aquisição do trigo em grão para os moinhos de trigo e sobre o ICMS devido pelas operações com margarinas e gorduras especiais, quitados com recursos do FDI – Fundo de Desenvolvimento Industrial para ambas as unidades		
Moinho de trigo (Fortaleza-CE)	74,25%	Nov/2024
Moinho de trigo integrado à fábrica de biscoitos e massas (Eusébio-CE)	74,25%	Jul/2025
Fábrica de gorduras e margarinas especiais (Fortaleza-CE)	56,25%	Nov/2024
PROEDI – Rio Grande do Norte: crédito presumido sobre o saldo devedor de ICMS mensal		
Moinho de trigo e fábrica de massas (Natal-RN)	Até 79%	Jun/2032
FAIN – Paraíba: desconto de parte do ICMS sobre as aquisições do trigo em grão para o moinho de trigo		
Moinho de trigo e fábrica de massas (Cabedelo-PB)	81%	Dez/2032
PRODEPE – Pernambuco: aplicação de 75% sobre o valor do ICMS incidente sobre o trigo em grão consumido, pela indústria em equivalente de farinha de trigo, além de 5% do frete incidente sobre as vendas para fora da região Nordeste, desde que o valor total da subvenção não ultrapasse a 85% do ICMS sobre o trigo em grão contido na farinha de trigo consumida.		
Fábrica de biscoitos e de massas (Jaboatão dos Guararapes-PE)	75% ou 85%	Mar/2024
Tratamento Tributário Especial - Rio de Janeiro (Unidade Piraquê) - Redução do imposto de forma que a carga tributária resulte em percentual igual a 3% do valor das saídas de produção própria em operações internas e interestaduais, por venda e transferência.		
Fábrica de biscoitos e de massas (Queimados-RJ)	75% ou 85%	Set/2038

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

No caso do estado do Rio de Janeiro (Unidade Piraquê), que apresenta prazo de fruição até setembro de 2038, considerando o Convênio ICMS nº 190, de 15 de dezembro de 2017, que estabelece o prazo de fruição dos incentivos fiscais limitado a dezembro de 2032, o benefício somente terá validade até referida data.

Crédito presumido equiparado à subvenção para investimentos

A partir de 2019, com base na Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, a Companhia passou a tratar como subvenção para investimento os benefícios fiscais outorgados na forma de crédito presumido/outorgado previsto no Regulamento do ICMS dos estados do Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul concedidos nas operações com produtos alimentícios realizadas por unidades industriais e comerciais. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia fez jus a R$ 90.926 (R$ 63.637 em 31 de dezembro 2019) a título de crédito presumido.

Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal

Em 06 de maio de 2016 foi publicado o Convênio ICMS nº 42/2016, o qual autoriza os estados e o Distrito Federal a condicionarem a fruição de incentivos fiscais ao depósito de, no mínimo, 10% calculados sobre o valor dos respectivos incentivos fiscais auferidos pelos contribuintes e destinados a um fundo de equilíbrio fiscal. As disposições desse Convênio são aplicáveis a todos os contribuintes que detenham incentivos e benefícios fiscais, financeiro-fiscais ou financeiros, inclusive os decorrentes de regimes especiais de apuração.

Inobstante o referido convênio disciplinar sobre o depósito de, no mínimo, 10% dos incentivos concedidos, alguns estados como Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, ao legislarem sobre o assunto, estabeleceram regras de dispensa do depósito quando verificado incremento de arrecadação no mês em relação ao mesmo período do ano anterior, bem como a possibilidade de depósito apenas complementar ao limite mínimo quando o incremento na arrecadação for inferior ao percentual de 10%. Ademais, o estado do Ceará, a partir de janeiro de 2020 estabeleceu percentual mínimo de 7% a ser observado para aplicação da regra de dispensa ou do recolhimento complementar. Dessa forma, considerando as regras específicas de cada estado durante o prazo de vigência dos Fundos, a Companhia poderá se enquadrar em situações de dispensa do depósito, ou ainda, efetuar os depósitos em montante inferior ao percentual de 10% e 7% dos incentivos.

Atualmente, as operações da Companhia nos estados da Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro estão sujeitas à referida norma, e prorrogaram a vigência da contribuição destinada ao referido fundo, exceto o estado do Rio Grande do Norte.

UF	Vigência		Prorrogação	
	Início	Término	Início	Término
Pernambuco	Ago/16	Jul/18	Ago/18	Dez/22
Ceará [1]	Set/16	Ago/18	Jan/19	Dez/21
Bahia	Set/16	Dez/18	Jan/19	Dez/22
Paraíba	Out/16	Mar/19	Abr/19	Set/21
Rio de Janeiro	Dez/16	Set/20	-	-
Rio Grande do Norte	Jan/18	Dez/19	-	-

[1] O Estado do Ceará, por meio da Lei nº 17.251 de 2020, alterou o prazo de vigência do FEEF, antes em vigor até 31/08/2020.

O Estado do Rio de Janeiro, por meio da Lei nº 8.645/2019, substituiu o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal - FEEF - pelo Fundo Orçamentário Temporário – FOT, com vigência a partir de 10.03.2020, e produzirá efeitos enquanto estiver vigente o Regime de Recuperação Fiscal - RRF no estado do Rio

de Janeiro, que tem prazo de 36 meses, contado a partir de 09/2017, prorrogável por até igual período. Cumpre salientar que somente após a regulamentação da referida lei, por meio Decreto nº 47.057 de 04 de maio de 2020, o estado passou a exigir o recolhimento do novo fundo a partir da competência 04.2020. Destaca-se que ainda não houve a prorrogação do Regime de Recuperação Fiscal e por meio de liminar do Tribunal de Contas da União, o Estado garantiu a sua continuidade no regime até o que conclua a análise, que deverá ocorrer em até seis meses.

O Estado do Ceará, por meio da Lei nº 17.251 de 2020, alterou o prazo de vigência do FEEF de forma que tal encargo permanecerá válido até 31 de dezembro de 2021, contudo ocorreu a dispensa da cobrança no período de março a dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, as despesas incorridas pela Companhia relativas à referida obrigação totalizaram R$ 16.744 (R$ 20.824 em 31 de dezembro de 2019).

22.2 Incentivos fiscais federais

A Companhia é beneficiária de subvenções federais obtidas por conta da realização de investimentos nas unidades industriais sediadas na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

As subvenções são concedidas pelo prazo certo de 10 anos para os empreendimentos industriais que comprovarem, junto à Sudene, a realização de investimentos no Nordeste, mediante instalação, modernização, ampliação ou diversificação de unidades industriais na região, desde que atendidas todas as condições e obrigações exigidas na legislação pertinente para obtenção da contrapartida da União, dentro das políticas públicas de emprego de recursos federais no fomento ao desenvolvimento do Nordeste.

O valor das subvenções para investimento a ser recebido da União durante o prazo certo de sua concessão consiste em montante equivalente ao resultado da aplicação de até 75% sobre uma base de cálculo legalmente denominada "lucro da exploração", gerado por unidades industriais incentivadas. A quitação se realiza pela dedução do benefício sobre o valor devido de imposto de renda, com base na apuração do lucro real.

A subvenção federal é apresentada na Demonstração do Resultado como dedução do imposto de renda da pessoa jurídica. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia fez jus à R$ 32.821 (R$ 29.644 em 31 de dezembro de 2019).

Os prazos de vigência das subvenções federais em vigor são detalhados a seguir:

Unidades industriais	Índice de redução do IRPJ (%)	Período de validade
Moinho de trigo, fábrica de biscoitos e massas (Eusébio - CE	75	Jan de 2016 até Dez de 2025
Fábrica de torradas (Eusébio - CE)	75	Jan de 2016 até Dez de 2025
Moinho de trigo (Fortaleza - CE)	75	Jan de 2018 até Dez de 2027
Fábrica de gorduras e margarinas especiais (Fortaleza - CE)	75	Jan de 2018 até Dez de 2027
Moinho de trigo (Natal - RN)	75	Jan de 2018 até Dez de 2027
Fábrica de massas (Natal - RN)	75	Jan de 2014 até Dez de 2023
Moinho de trigo e Fábrica de massas (Cabedelo - PB)	75	Jan de 2018 até Dez de 2027
Fábrica de massas e de biscoitos (Salvador - BA)	75	Jan de 2016 até Dez de 2025
Moinho de trigo e mistura pronta para bolo (Salvador - BA)	75	Jan de 2015 até Dez de 2024
Fabricação de massas e biscoitos (Jaboatão dos Guararapes - PE)	75	Jan de 2018 até Dez de 2027
Fabricação de biscoitos, bolos e *snacks* (Maracanaú - CE)	75	Jan de 2016 até Dez de 2025
Fabricação de massas (Maracanaú - CE)	75	Jan de 2014 até Dez de 2023

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Administração da Companhia cumpre todas as exigências para obtenção dessas subvenções, especialmente as relacionadas à comprovação dos investimentos, geração dos empregos, volume de produção, bem como não distribui na forma de dividendos os valores deles decorrentes.

Até o momento, entende-se que não foi descumprida qualquer condição cuja inobservância impeça a continuidade do direito de usufruir os benefícios das subvenções governamentais concedidas.

23. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, e ativos contingentes

No curso normal de suas operações, a Companhia é parte em ações judiciais e administrativas que envolvem questões tributárias, trabalhistas, cíveis e de outras naturezas, perante tribunais e órgãos governamentais.

Periodicamente, a Administração avalia os riscos cíveis, trabalhistas e tributários, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de perda em prováveis, possíveis ou remotos. A análise é feita em conjunto com os escritórios de advocacia que patrocinam as causas da Companhia.

Existem processos em discussão nos âmbitos administrativo e judicial. Em 31 de dezembro de 2020, do total dos processos de naturezas trabalhista e cível, 7,86% está sendo discutidos em âmbito administrativo e 92,14% está sendo discutidos em âmbito judicial. Já em relação aos processos de natureza tributária, 50,75% está sendo discutidos em âmbito administrativo e 49,25% está sendo discutidos judicialmente.

Desses, somente os riscos classificados como prováveis são provisionados em valores considerados como suficientes para cobrir as perdas estimadas. Entretanto, em virtude da operação de combinação de negócio (aquisição da Piraquê), foram reconhecidos, também, provisões para processos com riscos de perda possível e remota, existentes na data da aquisição. Nesses casos, se materializadas as perdas, tais valores serão reembolsados pelos antigos sócios caracterizando-se, assim, em contingência de natureza indenizável,

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários registradas representam a melhor estimativa da Administração quanto aos riscos de perda envolvidos.

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia apresentava as seguintes provisões e depósitos judiciais, relacionados aos riscos cíveis, trabalhistas e tributários:

Descrição	Provisão		Depósitos Judiciais			
	Controladora e Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Trabalhistas e cíveis	**115.983**	110.721	**57.300**	52.147	**57.309**	**52.152**
Tributárias	**103.127**	102.824	**206.519**	205.287	**206.518**	**205.287**
Total	**219.110**	213.545	**263.819**	257.434	**263.827**	**257.439**

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2020, os depósitos judiciais vinculados aos processos de classificação de risco de perda provável totalizavam R$ 79.774 (R$ 76.435 em 31 de dezembro de 2019).

a) Movimentação dos processos no período

Controladora	Cíveis e trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**50.860**	**51.427**	**102.287**
Adições	32.784	4.358	37.142
Acervo de incorporação	9.715	32.640	42.355
Contingências indenizáveis	23.985	19.667	43.652
Atualizações/reversões	16.691	(138)	16.553
Baixas/reversões	(23.314)	(5.130)	(28.444)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**110.721**	**102.824**	**213.545**
Adições	**28.287**	**1.878**	**30.165**
Atualizações/reversões	**7.393**	**1.615**	**9.008**
Baixas/reversões	**(30.418)**	**(3.190)**	**(33.608)**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**115.983**	**103.127**	**219.110**

Consolidado	Cíveis e trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**85.545**	**102.792**	**188.337**
Adições	33.876	4.358	38.234
Atualizações/reversões	16.691	804	17.495
Baixas/reversões	(25.391)	(5.130)	(30.521)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**110.721**	**102.824**	**213.545**
Adições	**28.287**	**1.878**	**30.165**
Atualizações/reversões	**7.393**	**1.615**	**9.008**
Baixas/reversões	**(30.418)**	**(3.190)**	**(33.608)**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**115.983**	**103.127**	**219.110**

b) Movimentação dos depósitos judiciais no período

Controladora	Cíveis e trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**38.386**	**91.318**	**129.704**
Adições	30.980	679	31.659
Acervo de incorporação	9.762	112.152	121.914
Atualizações/reversões	832	3.540	4.372
Baixas	(27.813)	(2.402)	(30.215)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**52.147**	**205.287**	**257.434**
Adições	**38.503**	**20.339**	**58.842**
Atualizações/reversões	**401**	**3.843**	**4.244**
Reclassificação	**3.201**	**(3.201)**	**-**
Baixas	**(36.952)**	**(19.749)**	**(56.701)**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**57.300**	**206.519**	**263.819**

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Consolidado	Cíveis e trabalhistas	Tributárias	Outras	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**40.876**	**197.135**	**5.021**	**243.032**
Adições	35.730	756	-	36.486
Atualizações	1.029	7.214	101	8.344
Baixas	(27.889)	(2.534)	-	(30.423)
Reclassificação	2.406	2.716	(5.122)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**52.152**	**205.287**	**-**	**257.439**
Adições	**38.507**	**20.339**	**-**	**58.846**
Atualizações	**401**	**3.843**	**-**	**4.244**
Reclassificação	**3.201**	**(3.201)**	**-**	**-**
Baixas	**(36.952)**	**(19.750)**	**-**	**(56.702)**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**57.309**	**206.518**	**-**	**263.827**

Segue o cronograma esperado de realização dos processos tributários em 31 de dezembro de 2020:

Ano de vencimento	Controladora e Consolidado
	2020
2022	**521**
2023	**9.821**
2024	**32.497**
2025	**15.473**
2026 em diante	**44.815**
Total	**103.127**

c) Naturezas dos processos

Cíveis e trabalhistas

A Companhia figura como ré em 1.120 processos (949 em 31 de dezembro de 2019) de naturezas trabalhista e cível cuja probabilidade de perda é classificada como provável no valor de R$ 104.245 e R$ 11.738, respectivamente (R$ 78.303 e R$ 8.433 em 31 de dezembro de 2019), e em virtude da combinação de negócios, também, provisões para processos com riscos de perda possível e remota, de R$ 14.731. As principais matérias discutidas nos processos trabalhistas envolvem pedidos de declaração de reconhecimento de vínculo empregatício, hora extra e seus reflexos, indenização por acidente de trabalho, responsabilidade subsidiária, indenização por danos morais e materiais. Já a maioria das ações cíveis envolve problemas usuais e peculiares do negócio, relativos a pedidos de indenização por inscrição indevida nos órgãos de proteção ao crédito, ações de rescisão de cláusulas de contratos de distribuição e ações de reparação de danos.

Tributárias

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as provisões para riscos tributários estão demonstradas conforme segue:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Descrição	Controladora e Consolidado			
	2020		2019	
	Contingências	Depósitos Judiciais	Contingências	Depósitos Judiciais
IPI – depósito judicial (a)	**6.394**	**6.394**	6.325	6.294
IRPJ – depósito judicial (b)	**32.516**	**32.516**	32.082	31.885
IPTU – depósito judicial (c)	**2.895**	**4.664**	2.895	4.549
ICMS (d)	**18.145**	**-**	17.932	-
Honorários advocatícios de êxito (e)	**19.456**	**-**	20.995	-
Contingências indenizáveis (f)	**19.667**	**-**	19.667	-
Outros	**4.054**	**2.003**	2.928	2.289
	103.127	**45.577**	102.824	45.017

(a) A Companhia ingressou com Mandado de Segurança para afastar a exigência do IPI incidente sobre aeronave arrendada, importada sob o regime de admissão temporária. A Companhia efetuou depósito judicial no montante total do crédito tributário, cuja ação foi julgada improcedente. Atualmente, aguarda-se o julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região do pedido de levantamento dos valores depositados a maior, já que a aeronave permaneceu menos tempo em território nacional do que o estipulado contratualmente.

(b) A Piraquê, empresa incorporada, ingressou com ação ordinária visando o cancelamento da cobrança administrativa de IRPJ, em virtude da limitação de 30% (trinta por cento) do lucro na compensação de prejuízos fiscais (art. 42 da Lei 8.981/1995). Alega-se a ocorrência de prescrição, nos termos do art. 156, V, c/c 174 do Código Tributário Nacional, tendo procedido com o depósito judicial em sua totalidade para suspensão da exigibilidade do crédito tributário. A ação foi julgada parcialmente procedente em 1ª instância, tendo sido cancelado 85,64% do auto de infração. A União Federal interpôs recurso de apelação que foi julgado procedente. A Piraquê interpôs Recurso Especial que não foi admitido, tendo sido apresentado agravo de instrumento, o qual aguarda julgamento no Superior Tribunal de Justiça.

A Piraquê impetrou mandado de segurança visando não ser compelida a adicionar ao lucro líquido, para fins de determinação da base de cálculo do IRPJ relativos aos períodos base mensais encerrados em 31.01.1992 e 28.02.1992, a parcela dos encargos de depreciação, amortização, exaustão, ou de custo de bem baixado a qualquer título, que corresponder à diferença de correção monetária pelo IPC e pelo BTN Fiscal, no ano de 1990, nos termos dos arts. 39 e 41 do Decreto n° 332/91. A Piraquê efetuou o depósito judicial no montante total do débito. O processo aguarda o julgamento do recurso extraordinário paradigma n.° 545.796 pelo Supremo Tribunal Federal.

(c) A Companhia ingressou com ação declaratória com repetição de indébito visando desconstituir o lançamento tributário referente ao IPTU do ano de 2014 do Grande Moinho Aratu, tendo em vista a majoração do tributo sem respaldo legal. A Companhia efetuou o depósito judicial no montante total do débito. O processo foi julgado procedente em 1ª instância, favorável à Companhia. O estado da Bahia apresentou recurso de apelação, que aguarda julgamento no Tribunal de Justiça daquele Estado.

(d) Valores exigidos pelo Estado do Ceará, relativos a suposto lançamento de crédito a maior de ICMS (deferidos pela Célula de Gestão Fiscal da Substituição Tributária e Comércio Exterior- CESUT) originados da restituição de indébito das operações com farelo de trigo pagas na aquisição de trigo em grão que ocorreram entre a vigência do Protocolo 46/00 e a data da publicação do protocolo 50/06.

(e) Referem-se aos honorários advocatícios que serão devidos aos advogados que patrocinam as causas, a partir do êxito das ações, e são calculados sobre os respectivos valores envolvidos, com risco de perda possível ou remota. Além disso, avalia-se a fase processual das ações.

(f) Referem-se a processos tributários da Piraquê, empresa incorporada, de caráter indenizatório, em função da obrigação dos vendedores em devolver ou descontar da parcela retida do preço as contingências que venham a se materializar.

Passivos contingentes – risco de perda possível

Adicionalmente às provisões constituídas, a Companhia possui diversas contingências trabalhistas, cíveis e tributárias em andamento, nas quais figuram no polo passivo e cuja perda, segundo a opinião de consultores jurídicos internos e externos, é possível, totalizando aproximadamente R$ 1.100.150(R$1.081.918 em 31 de dezembro de 2019).

Dentre os processos tributários, merecem destaque aqueles relevantes que versam sobre as seguintes matérias: i) subvenção para investimento no montante de R$ 368.337; ii) crédito outorgado indevido de ICMS, totalizando R$ 335.961, iii) Crédito indevido de ICMS - Margem de Valor Agregado - Protocolo ICMS 46, totalizando R$ 35.010 e (iv) IPI alíquota zero, no montante de R$ 144.111.

Quanto aos processos tributários cujas discussões estão relacionadas ao tema "subvenções para Investimento", explica-se que a Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração, para exigência de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins, em virtude da redução das bases de cálculos dos referidos tributos pelo não cômputo dos incentivos recebidos pelos Estados nas suas respectivas bases.

Salientamos que a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, após julgamento parcial procedente do processo administrativo nº 10380.009928/2004-18 no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, extinguiu parte do crédito fiscal, remanescendo a discussão no âmbito judicial.

Ademais, o débito constante no processo nº 10380.723251/2012-34 relativo à subvenção para investimentos foi extinto pelo CARF, remanescendo a discussão quanto à tributação de IRPJ de despesas não necessárias (locação de aeronave).

Quanto ao tema "crédito outorgado indevido de ICMS", trata-se de autos de infração lavrados sob a motivação de que a Companhia não detinha o direito de uso do crédito outorgado concedido pelo Estado, por já ter se beneficiado de outros créditos na entrada dos produtos.

Referente ao assunto "ICMS - Margem de Valor Agregado - Protocolo ICMS 46", trata de execução fiscal ajuizada pelo Estado do Piauí para exigência de crédito tributário de ICMS, lançados por meio de cinco autos de infrações, por suposto recolhimento a menor de ICMS do período de maio a dezembro de 2001 e exercícios de 2002, 2003, 2004 e 2005, em virtude da inobservância da Margem de Valor Agregado.

No caso da matéria "IPI Alíquota Zero", são execuções fiscais ajuizadas em razão da Companhia ter compensado créditos decorrentes de ação judicial. Tal ação judicial questionou a utilização do saldo credor do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI anterior a janeiro de 1999, decorrente da aquisição de insumos (matéria prima, produto

intermediário e material de embalagem), aplicados na industrialização de produtos isentos ou tributados à alíquota zero, com IPI devido na saída de outros produtos, nos termos da Lei nº 9.779/99, sem as limitações da IN/SRFB n 33/99, por ser efeito do Princípio da Não-Cumulatividade.

Ativos contingentes

A Companhia possui processos ativos com expectativa de ganho provável, de acordo com a avaliação de seus assessores legais. Com relação às ações que ainda não transitaram em julgado, estes potenciais ativos são considerados como contingentes e não são reconhecidos até que sua probabilidade de materialização seja líquida e certa.

Desses processos, a Companhia destaca como mais relevantes a ação nº 0014056-09.1987.4.03.6100 interposta pela Zabet S/A Indústria, empresa incorporada pela Companhia, e que têm por objeto a exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") da base de cálculo das Contribuições ao Programa de Integração Social ("PIS") e à Contribuição ao Financiamento da Seguridade Social ("Cofins").

Face aos procedimentos adotados para reconhecimento de crédito tributário de ações que já transitaram em julgado e que discutem a mesma matéria, conforme destacado na Nota Explicativa nº 9, estima-se que a mensuração dos valores envolverá diversas variáveis, incluindo a existência de documentação disponível para apuração, interpretação de normas e legislações vigentes em cada período abrangido pelo cálculo, dentre outros fatores com diferentes escalas de complexidade.

24. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados até a data do encerramento do período, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito às situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao fisco.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

24.1. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social com a aplicação das alíquotas fiscais combinadas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social [A]	**795.524**	564.261	**795.632**	568.979
Alíquota fiscal combinada [B]	**34%**	34%	**34%**	34%
[A X B] Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	**270.478**	191.849	**270.515**	193.453
Adições permanentes [C]	**18.979**	15.580	**19.047**	8.076
Despesas não dedutíveis	**16.855**	5.799	**16.923**	7.769
Equivalência patrimonial	**2.124**	9.781	**2.124**	307
Exclusões permanentes [D]	**(224.956)**	(170.408)	**(224.953)**	(159.790)
Equivalência patrimonial	**(229)**	(15.007)	**(229)**	(224)
Incentivos fiscais estaduais[1]	**(164.123)**	(121.273)	**(164.123)**	(126.400)
Benefício fiscal- Juros de Capital Próprio	**(52.545)**	(28.900)	**(52.545)**	(28.900)
Outros itens	**(8.059)**	(5.228)	**(8.056)**	(4.266)
[A X B+C-D] Imposto de renda e contribuição social no resultado antes da isenção	**64.501**	37.021	**64.609**	41.739
Subvenção governamental do imposto de renda [E] [1]	**(32.821)**	(29.644)	**(32.821)**	(29.644)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período pós-isenção [F]	**31.680**	7.377	**31.788**	12.095
Imposto de renda e contribuição social correntes	**6.781**	14.911	**6.889**	37.170
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**24.899**	(7.534)	**24.899**	(25.075)
[F/A] Alíquota efetiva	**3,98%**	1,31%	**4,00%**	2,13%

[1] Complemento de incentivo do período de 2019.

A Companhia avaliou a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação ao tratamento fiscal de tributos sobre o lucro considerados como incertos e concluiu que não há impactos do IFRIC 23/ ICPC 22, dado que os procedimentos adotados para apuração e reconhecimento dos tributos sobre o lucro refletem a aplicação das normas tributárias, bem como uma interpretação adequada, considerando decisões e precedentes administrativos e judiciais.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

24.2. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Descrição	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Ativo diferido		
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	**10.529**	11.413
Provisão para litígios e demandas judiciais	**51.067**	64.366
Provisão de despesas com logística e verbas contratuais	**22.248**	11.160
Perdas estimadas com créditos de impostos	**13.134**	17.119
Provisão de despesas com honorários advocatícios	**15.382**	14.715
Provisões de PLR e outros eventos	**20.735**	19.568
Provisão para redução do valor recuperável de ativos	**222**	2.840
Provisão para perdas em estoques	**3.936**	2.901
Amortização do balanço a valor justo	**13.780**	1.338
Outras provisões	**18.185**	15.340
	169.218	160.760
Passivo diferido		
Diferenças de depreciação (taxas fiscais x vida útil)	**179.505**	167.088
Amortização fiscal do ágio pago por rentabilidade futura	**196.652**	185.922
Atualização dos depósitos judiciais	**9.498**	11.294
Perdas (ganhos) em operação com contratos de derivativos	**5.070**	3.063
Outras provisões (reversões)	**5.094**	(1.393)
	395.819	365.974
Passivo diferido líquido	**226.601**	205.214

A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias no prazo máximo de dez anos, considerando a expectativa de realização das provisões que o geraram.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários basearam-se, principalmente, nas expectativas de desfecho dos processos que originaram as provisões para contingências, bem como nos critérios da legislação tributária para dedutibilidade das perdas com créditos de liquidação duvidosa.

Com base no histórico de realizações dos passivos representativos de riscos tributários, trabalhistas e cíveis, dentre outros, e das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, o imposto de renda e CSLL diferidos das demonstrações financeiras apresentam a seguinte expectativa de realização:

Ano de vencimento	Controladora e Consolidado
2022	**62.782**
2023	**18.862**
2024	**17.078**
2025	**16.546**
2026 a 2028	**53.950**
Total	**169.218**

25. Patrimônio líquido

a) Capital social – Controladora

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia era de R$ 2.508.400, representado por 339.000.000 ações ordinárias.

Em 06 de março de 2020, os membros do Conselho de Administração aprovaram o aumento de capital social em R$ 59.541 sem modificação no número de ações, mediante a capitalização de reservas de incentivos fiscais de redução de imposto de renda e de reinvestimento, relativos ao ano-calendário de 2018, passando o capital social para R$ 2.567.941.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 83.703.722 ações ordinárias em circulação, o que corresponde a 24,69% do total (25,00% em 31 de dezembro de 2019).

O capital social autorizado é de 459.200.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, e pode ser aumentado sem reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, mediante capitalização de reservas, com ou sem a modificação do número de ações.

b) Reservas

Reserva legal

É constituída anualmente à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, reduzindo a parcela referente à subvenção para investimentos, nos termos do artigo 193 da lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2020, a reserva legal da Companhia totalizou R$ 320.874 (R$ 308.459 em 31 de dezembro de 2019).

Reserva de incentivos fiscais

É constituída anualmente a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimento recebidas pela Companhia, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 22. Em 31 de dezembro de 2020, as reservas de incentivos fiscais totalizaram R$ 1.670.629 (R$ 1.214.635 em 31 de dezembro de 2019).

Reserva para plano de investimento

É uma reserva prevista no estatuto social da Companhia, constituída a partir da parcela remanescente do lucro, ou seja, do lucro do exercício líquido das reservas de incentivos fiscais, da reserva legal e dos dividendos propostos, salvo deliberação diversa pela assembleia geral. Sua finalidade é o fortalecimento do capital de giro da Companhia e o reinvestimento de recursos gerados internamente. Essa reserva poderá, por deliberação do Conselho de Administração, ser capitalizada, utilizada na absorção de prejuízos ou na distribuição de dividendos aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2020 a reserva de plano de investimento totalizou R$ 2.009.917 (R$1.928.920 em 31 de dezembro de 2019). Essa reserva observará o limite máximo de 95% do capital social.

Segundo o estatuto social da Companhia, o saldo das reservas de lucros, com exceção das reservas de incentivos fiscais, não poderá ultrapassar o capital social. Caso exceda o limite, a assembleia geral irá deliberar sobre a aplicação do excesso, no sentido de aumentar o capital ou distribuir dividendos.

Reserva especial – Lei nº 8.200/1991

A Companhia contabilizou em exercícios anteriores a 1995 a correção monetária especial prevista no artigo 2º da lei nº 8.200/1991 sobre bens do ativo permanente. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a reserva especial totalizava R$ 16.529.

Ações em tesouraria

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 20 de janeiro de 2020, foi aprovado, pela Companhia, o programa de aquisição de ações de sua própria emissão com o propósito de atender ao programa de incentivo de longo prazo com ações restritas, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 26, e maximizar a geração de valor para os acionistas, na quantidade máxima de 8.472.614 ações ordinárias. As operações de compra de ações serão suportadas pelo montante global das reservas de lucro e de capitais disponíveis, com a exclusão da reserva legal, da reserva de lucros a realizar, da reserva especial de dividendo não distribuído e da reserva de incentivos fiscais, conforme aplicável.
A liquidação das operações de compra de ações será realizada no prazo máximo de 18 (dezoito) meses, encerrando-se em 21 de julho de 2021.

Em 31 de dezembro de 2020, a quantidade de ações em tesouraria adquirida pela Companhia totalizava 997.696 ações, com preço médio de R$ 39,67 por unidade de ação, sendo os preços mínimos e máximos de R$ 37,28 e R$ 42,13, respectivamente, totalizando o montante de R$ 39.576.

c) Remuneração dos acionistas

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da lei nº 6.404/1976, bem como a possibilidade de crédito aos acionistas na forma de juros sobre o capital próprio, com observância dos limites previstos em lei. O montante dos juros sobre o capital próprio deverá ser sempre imputado ao dividendo obrigatório.

Na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 18 de dezembro de 2020, foi aprovado o crédito no valor de R$ 154.544 aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio. O crédito foi efetuado no dia 31 de dezembro de 2020, com base nas posições acionárias existentes no fechamento do pregão da B3 do dia 23 de dezembro de 2020, e o pagamento aos acionistas ocorrerá no dia 03 de maio de 2021.

Na mesma reunião, a Companhia também aprovou uma política de remuneração aos acionistas no qual prevê, a partir de 01 de janeiro de 2021, a adoção de percentual alvo de 60% do lucro líquido ajustado relativo ao período de referência, uma frequência de cinco pagamentos anuais, sendo quatro pagamentos trimestrais com valor fixado de R$ 0,05 (cinco centavos de real) por ação a cada trimestre, e um pagamento anual referente ao valor residual após aprovação pela Assembleia Geral que deliberará sobre as demonstrações financeiras do exercício em referência. O Conselho da Administração, extraordinariamente, poderá deliberar distribuições abaixo do objetivo definido, considerando a conjuntura macroeconômica, as condições econômico-financeiras da Companhia e a situação dos mercados em que atua.

A proposta será submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária, que será realizada em 30 de abril de 2021.

A seguir, apresenta-se o demonstrativo do cálculo dos dividendos:

Descrição	2020	2019
Lucro líquido do exercício [1]	**763.844**	**556.884**
(-) Reserva legal (5%)	**(12.415)**	**(7.774)**
(-) Reserva de incentivos fiscais estaduais	**(482.714)**	**(371.765)**
(-) Reserva de incentivos fiscais federais	**(32.821)**	**(29.644)**
(=) Base de cálculo para os dividendos mínimos	**235.894**	**147.701**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**58.974**	**36.925**
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório [2]	**95.570**	**48.075**
Remuneração bruta – juros sobre o capital próprio	**154.544**	**85.000**
(-) IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	**(7.264)**	**(3.925)**
Remuneração aos acionistas, líquida de IRRF	**147.280**	**81.075**
Percentual da remuneração sobre a base de cálculo	**65,51%**	**57,55%**
Quantidade média de ações – mil (ex-ações em tesouraria)	**339.000**	**339.000**
Dividendos pagos por ação aos acionistas pessoas jurídicas, dispensados de IRRF	**0,4559**	**0,2507**
Dividendos pagos por ação aos acionistas pessoas físicas, líquidos de IRRF	**0,4345**	**0,2392**

[1] Apurado conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. [2] O valor excedente correspondente a 2020 foi registrado no patrimônio líquido como "Dividendos adicionais", em virtude de ainda não ter sido aprovado pela assembleia geral ordinária, que será realizada somente no dia 30/04/2021, assim como o valor de 2019, aprovado em assembleia geral extraordinária em 09/04/2020.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações positivas e negativas no resultado em operações de *hedge* de fluxo de caixa.

e) Ajustes acumulados de conversão

Os ajustes acumulados de conversão estão representados por variações cambiais de investimentos no exterior.

26. Plano de remuneração baseado em ações

A Companhia possui um plano de remuneração baseado em ações, aprovado em 13 de abril de 2017, com o objetivo de permitir que os participantes elegíveis adquiram ações com vistas a: (a) criar o senso de propriedade, promovendo o comportamento de "dono do negócio", intensificando e fortalecendo o elo entre a empresa e os executivos (diretoria não estatutária); (b) estimular a obtenção de patamares elevados e sustentáveis de performance no curto e longo prazo; (c) promover o desenvolvimento da alta liderança; (d) viabilizar a existência de um modelo de recompensa "ganha-ganha" baseado no retorno gerado para os acionistas; e, (e) assegurar a competitividade do pacote de remuneração total e a retenção dos principais líderes.

Trata-se de um programa de incentivo de longo prazo com outorga de ações restritas, inicialmente previsto para executivos no nível de diretor não estatutário, e que foi alterado para contemplar executivos no nível de diretor estatutário celetista nomeados a partir de 2019, conforme deliberação em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2019.

As outorgas das ações são realizadas anualmente, por um período de 04 (quatro) anos de vigência do plano, sempre no mês de maio, formalizadas por meio de termo de adesão ao plano entre a Companhia e os beneficiários. No caso dos potenciais beneficiários contratados em 2019, as ações serão concedidas de forma proporcional aos meses de sua contratação e o valor para fixação do preço das ações será o mesmo considerado para os demais beneficiários no ano de referência. As ações concedidas não poderão exceder a 0,25% da quantidade total de ações da Companhia, ao longo de todo o período de vigência.

Para cada concessão anual haverá carência de três anos e, ao final desse período, se atendidos os critérios de performance, haverá a transferência da posse das ações para o executivo. Nesse modelo, não há desembolso financeiro por parte do executivo.

Em maio de 2017, foram firmados os primeiros termos de adesão ao plano, onde foram concedidas 132.535 ações restritas, distribuídas entre 17 executivos, cujo direito de tornarem-se titulares das ações ocorreu em abril/2020.

Em maio de 2018, foram firmados novos termos de adesão ao plano, onde foram concedidas 154.836 ações restritas distribuídas entre 18 executivos, com direito de tornarem-se titulares das ações em abril/2021.

Em maio de 2019, foram firmados novos termos de adesão ao plano, onde foram concedidas 170.872 ações restritas distribuídas entre 17 executivos, com direito de tornarem-se titulares das ações em abril/2022. Adicionalmente, em 27 de dezembro de 2019, 6 executivos admitidos em 2019 firmaram termo de adesão ao plano, sendo concedidas 59.883 ações restritas.

Em maio de 2020, foram firmados novos termos de adesão ao plano, onde foram concedidas 355.433 ações restritas distribuídas entre 23 executivos, com direito de tornarem-se titulares das ações em abril/2023. Nesta mesma data, foram transferidas o correspondente a 117.071 ações restritas concedidas no ano de 2017, após atender aos critérios de *performance*.

As variações na quantidade de ações restritas estão evidenciadas a seguir:

Descrição	Nº de ações restritas
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**287.371**
Ações outorgadas	230.755
Outorgas canceladas	(64.481)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**453.645**
Ações outorgadas	355.433
Ações transferidas	(148.014)
Outorgas canceladas	(51.192)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**609.872**

As ações restritas são mensuradas pelo valor justo na data de concessão das outorgas e são reconhecidas como despesa, ao longo do período em que o direito é adquirido, em contrapartida ao patrimônio líquido, como opções outorgadas.

A despesa referente ao valor justo das ações restritas, reconhecida no período findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com o prazo transcorrido para aquisição do direito das ações restritas, foi de R$ 4.657 (R$ 4.813 em 31 de dezembro de 2019).

27. Receita líquida

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita bruta	**8.826.471**	6.759.310	**8.826.471**	7.573.325
Mercado interno	**8.591.270**	6.698.202	**8.591.270**	7.511.130
Mercado externo	**235.201**	61.108	**235.201**	62.195
Devoluções, descontos e cancelamentos	**(587.307)**	(523.033)	**(587.307)**	(568.685)
Impostos incidentes sobre vendas	**(986.640)**	(775.504)	**(986.640)**	(901.032)
Receita líquida	**7.252.524**	5.460.773	**7.252.524**	6.103.608

A receita líquida por linha de produto da Companhia, em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é apresentada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Biscoitos	**3.702.220**	2.746.257	**3.702.220**	3.287.015
Massas	**1.687.960**	1.194.482	**1.687.960**	1.318.183
Farinha e farelo	**1.297.023**	1.055.418	**1.297.023**	1.025.747
Margarina e gordura	**420.580**	330.764	**420.580**	334.476
Outras linhas de produtos [1]	**144.741**	133.852	**144.741**	138.187
Receita líquida	**7.252.524**	5.460.773	**7.252.524**	6.103.608

[1] Referem-se às outras linhas de produtos: bolos, snacks, mistura para bolos, refrescos e torradas.

28. Resultado por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função, e mostra a seguir o detalhamento do custo dos produtos vendidos e despesas por natureza consideradas relevantes:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Custo dos produtos vendidos	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Matéria-prima	**(3.532.393)**	(2.539.478)	**(3.532.159)**	(2.688.917)
- Trigo	**(2.371.220)**	(1.729.921)	**(2.370.986)**	(1.729.226)
- Óleo	**(588.127)**	(356.101)	**(588.127)**	(380.283)
- Açúcar	**(182.624)**	(135.695)	**(182.624)**	(147.464)
- Farinha de terceiros	**(16.325)**	(58.497)	**(16.325)**	(139.851)
- Gordura de terceiros	**(2.889)**	(5.052)	**(2.889)**	(5.050)
- Outros	**(371.208)**	(254.212)	**(371.208)**	(287.043)
Embalagens	**(478.263)**	(383.033)	**(478.263)**	(414.410)
Mão de obra	**(623.590)**	(506.684)	**(623.591)**	(568.143)
Gastos gerais de fabricação [1]	**(452.597)**	(332.849)	**(452.597)**	(412.156)
Depreciação e amortização	**(176.615)**	(129.147)	**(176.615)**	(165.879)
Custo das mercadorias revendidas	**(41)**	-	**(41)**	(959)
Total	**(5.263.499)**	(3.891.191)	**(5.263.266)**	(4.250.464)
Despesas com vendas				
Despesas com marketing e vendas	**(562.649)**	(400.829)	**(562.649)**	(452.626)
Despesas com salários e benefícios a empregados	**(478.004)**	(387.062)	**(478.004)**	(507.644)
Despesas com fretes	**(465.752)**	(322.256)	**(465.752)**	(343.187)
Despesas de depreciação e amortização	**(45.538)**	(19.041)	**(45.538)**	(30.477)
Total	**(1.551.943)**	(1.129.188)	**(1.551.943)**	(1.333.934)
Despesas administrativas e gerais				
Despesas com salários e benefícios a empregados	**(140.707)**	(137.537)	**(140.862)**	(150.230)
Outras despesas administrativas	**(122.193)**	(87.853)	**(122.727)**	(107.955)
Honorários da administração	**(15.191)**	(13.967)	**(15.191)**	(13.967)
Despesas de depreciação e amortização	**(33.518)**	(18.778)	**(33.518)**	(21.100)
Total	**(311.609)**	(258.135)	**(312.298)**	(293.252)
Outras receitas (despesas), líquidas [2]				
Despesas tributárias	**(31.963)**	(30.076)	**(32.009)**	(34.807)
Depreciação e amortização	**(4.036)**	(2.183)	**(4.036)**	(16.079)
Outras receitas (despesas)	**238.766**	86.003	**239.387**	56.207
Total	**202.767**	53.744	**203.342**	5.321

[1] Refere-se à força motriz, manutenção e outros custos; [2] Vide Nota Explicativa *nº 29.*

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

29. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

A seguir são apresentadas as outras (receitas) e despesas operacionais:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Outras receitas operacionais				
Receita de venda de avarias, sucatas e insumos	**11.811**	4.769	**11.811**	5.116
Receita de vendas de bens do imobilizado	**1.358**	6.140	**1.358**	5.676
Créditos extemporâneo - Restituição de Indébitos	**1.014**	22.914	**1.014**	22.914
Reversões Provisões Operacionais	**740**	1.690	**740**	1.690
Recuperação de despesas	**7.264**	2.007	**7.867**	2.007
Créditos extemporâneo - PIS/Cofins[1]	**327.823**	142.413	**327.823**	146.256
Crédito extemporâneo - ICMS	**19.659**	14.631	**19.659**	20.286
Crédito extemporâneo – INSS s/faturamento	**-**	1.558	**-**	1.558
Ressarcimento de Mercadoria Sinistrada	**1.982**	2.446	**1982**	2.446
Reversão de provisão para redução do valor recuperável de ativos	**7.699**	-	**7.699**	-
Outras	**9.411**	11.047	**9.411**	15.135
	388.761	**209.615**	**389.364**	**223.084**
Outras despesas operacionais				
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e honorários de êxito	**(48.502)**	(44.478)	**(48.502)**	(45.137)
Custo da venda dos bens do ativo imobilizado	**(1.819)**	(5.689)	**(1.819)**	(7.440)
Auto de infração no Inmetro	**(1.344)**	(3.437)	**(1.344)**	(3.437)
Provisões (reversões) estimadas ou realizadas em estoques	**(21.221)**	(16.715)	**(21.221)**	(21.865)
Fundo estadual de equilíbrio fiscal	**(16.103)**	(20.824)	**(16.103)**	(20.824)
Custo da venda de varreduras, sucatas e insumos	**(42.283)**	(15.470)	**(42.283)**	(15.470)
Gastos com reestruturação	**(5.928)**	(10.782)	**(5.928)**	(42.140)
Despesas tributárias	**(31.963)**	(30.076)	**(32.009)**	(34.807)
Despesas com depreciação e amortização	**(4.036)**	(2.183)	**(4.036)**	(16.079)
Outras	**(12.795)**	(6.217)	**(12.777)**	(10.564)
	(185.994)	(155.871)	**(186.022)**	(217.763)
Total	**202.767**	**53.744**	**203.342**	**5.321**

[1] Vide Nota Explicativa n° 9.

30. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado com base no lucro atribuível aos acionistas da Companhia, e na quantidade proporcional média ponderada de ações em circulação durante o exercício.

O lucro por ação diluído das opções de ações é calculado com base no lucro atribuível aos acionistas da Companhia, e na quantidade média ponderada ajustada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas, conforme segue:

Descrição	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Lucro líquido do período	**763.844**	556.884
Média ponderada de quantidade de ações ordinárias (a)	**339.000**	339.000
Lucro básico por ação (R$)	**2,25323**	1,64273
Ajuste por ações restritas (b)	**572**	371
Ações em tesouraria (c)	**(998)**	-
Média ponderada de quantidade de ações ordinárias para cálculo do lucro diluído por ação (a + b + c)	**338.574**	339.371
Lucro diluído por ação (R$)	**2,25606**	1,64093

31. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os principais bens sujeitos a riscos, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros. A determinação dos bens a serem cobertos por seguro é feita a partir da análise da natureza da atividade envolvida, da eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, da distribuição logística de suas plantas industriais e centros de distribuição, além da relação entre o dano potencial de um eventual sinistro *versus* o custo do seguro.

Dentro de sua política de administração de riscos e da reavaliação permanente quanto à suficiência dos seguros existentes, a Companhia tem como procedimento contratar serviços de análise dos riscos operacionais a que está sujeita, de modo a verificar a qualidade das premissas usadas na determinação de quais bens segurar e, quanto aos cobertos por apólice de seguro, a suficiência dos montantes segurados.

A Companhia mantém seguros contratados para os prédios, mercadorias, matérias-primas, produtos em elaboração, embalagens, maquinismos, ferramentas, móveis, utensílios e instalações. As apólices em vigor apresentam as seguintes coberturas:

Descrição	Limite máximo de indenização	Vigência da apólice
Incêndio (inclusive decorrente de tumultos), queda de raio no local e explosão de qualquer natureza	300.000	04/12/20 a 04/12/21
Queda de aeronaves ou quaisquer outros engenhos aéreos ou especiais	300.000	04/12/20 a 04/12/21
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos terrestres e fumaça	20.000	04/12/20 a 04/12/21
Desmoronamento	10.000	04/12/20 a 04/12/21
Tumultos, greves e lock-out	5.000	04/12/20 a 04/12/21
Quebra de máquinas	4.500	04/12/20 a 04/12/21
Derrame ou vazamento de chuveiros automáticos (sprinklers) e rede de hidrantes	2.000	04/12/20 a 04/12/21
Fermentação própria e combustão espontânea	2.000	04/12/20 a 04/12/21

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

32. Eventos subsequentes

Em 22 de janeiro de 2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração a 3ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, com prazos de vencimentos em 13 de março de 2028 e 13 de março de 2031, respectivamente.

As debêntures foram emitidas em 15 de março de 2021 e serviram de lastro para emissão de CRAs (Certificados de Recebíveis do Agronegócio), no valor total de R$ 811.644. Em procedimento de bookbuilding realizado em 03 de março de 2021, foram fixadas as taxas de juros para cada série de emissão. As debêntures da primeira e segunda série farão jus ao pagamento semestral de juros remuneratórios de 3,7992% e 4,1369%, respectivamente, base 252 dias úteis, além de correção pelo IPCA.

Os recursos desta captação serão utilizados para promover e incentivar a agricultura sustentável dos fornecedores da empresa, garantindo a melhoria contínua da segurança alimentar e nutricional dos produtos ofertados aos consumidores. Esta iniciativa faz parte da estratégia de incentivar o fornecimento de matéria prima no longo prazo, comprometendo os fornecedores e a companhia com os objetivos de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), e reforça a posição da Companhia como referência em sustentabilidade no Brasil.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior
Presidente e Vice-Presidente Industrial - Biscoitos, Massas e Margarinas

Maria das Graças Dias Branco da Escóssia
Vice-Presidente Financeira

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento

Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco
Vice-Presidente Industrial - Moinhos

Gustavo Lopes Theodozio
Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria

Rômulo Ruberti Calmon Dantas
Vice-Presidente Comercial

Magali Carvalho Façanha
Contadora CRC - CE 12410/O-6

Outras Informações Que A Companhia Entenda Relevantes

Titularidade das Ações

Nosso capital social, em 31 de dezembro de 2020, é de R$ 2.567,9 milhões, totalmente subscrito, integralizado e dividido em 339.000.000 ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A tabela abaixo indica o número de ações detidas direta ou indiretamente, nesta data, pelo Acionista Controlador e pelos membros do nosso Conselho de Administração e Diretores:

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em 31/12/2019				
Acionista	**Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)**	**%**	**Quantidade Total de Ações (Em unidades)**	**%**
Controlador	**214.650.000**	**63,32**	**214.650.000**	**63,32**
Administradores	**39.614.359**	**11,69**	**39.614.359**	**11,69**
Conselho de Administração	13.901.715	4,10	13.901.715	4,10
Diretoria	25.712.644	7,58	25.712.644	7,58
Ações em Tesouraria	**-**	**-**	**-**	**-**
Outros Acionistas	**84.735.641**	**25,00**	**84.735.641**	**25,00**
Total	**339.000.000**	**100,00**	**339.000.000**	**100,00**
Ações em Circulação	**84.735.641**	**25,00**	**84.735.641**	**25,00**

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em 31/12/2020				
Acionista	**Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)**	**%**	**Quantidade Total de Ações (Em unidades)**	**%**
Controlador	**214.650.000**	**63,32**	**214.650.000**	**63,32**
Administradores	**39.648.582**	**11,70**	**39.648.582**	**11,70**
Conselho de Administração	13.915.014	4,10	13.915.014	4,10
Diretoria	25.733.568	7,59	25.733.568	7,59
Ações em Tesouraria	**997.696**	**0,29**	**997.696**	**0,29**
Outros Acionistas	**83.703.722**	**24,69**	**83.703.722**	**24,69**
Total	**339.000.000**	**100,00**	**339.000.000**	**100,00**
Ações em Circulação	**83.703.722**	**24,69**	**83.703.722**	**24,69**

Nota: Não há membros do conselho de administração e diretoria que detenham diretamente mais de 5% das ações da Companhia.

De acordo com o artigo 20 do nosso Estatuto social, o Conselho Fiscal não tem caráter permanente e não se encontrava instalado em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Outras Informações Que A Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA

Companhia: **M DIAS BRANCO S.A IND E COM DE ALIMENTOS**

Posição em 31/12/2019 (Em unidades de Ações)

Acionista	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
DIBRA Fundo de Investimentos em Ações	214.650.000	63,32	214.650.000	63,32
Membros do Cons. de Administração e Diretoria	39.614.359	11,69	39.614.359	11,69
Ações em Tesouraria	-	-	-	-
Outros	84.735.641	25,00	84.735.641	25,00
Total	**339.000.000**	**100,00**	**339.000.000**	**100,00**

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA

Companhia: **M DIAS BRANCO S.A IND E COM DE ALIMENTOS**

Posição em 31/12/2020 (Em unidades de Ações)

Acionista	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
DIBRA Fundo de Investimentos em Ações	214.650.000	63,32	214.650.000	63,32
Membros do Cons. de Administração e Diretoria	39.648.582	11,70	39.648.582	11,70
Ações em Tesouraria	997.696	0,29	997.696	0,29
Outros	83.703.722	24,69	83.703.722	24,69
Total	**339.000.000**	**100,00**	**339.000.000**	**100,00**

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Companhia: **DIBRA Fundo de Investimentos em Ações**

Posição em 31/12/2020

(Em unidades de Quotas)

Quotistas	Quotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco	270,30	50,00	270,30	50,00
Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior	54,06	10,00	54,06	10,00
Maria das Graças Dias Branco da Escóssia	54,06	10,00	54,06	10,00
Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco	54,06	10,00	54,06	10,00
Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco	54,06	10,00	54,06	10,00
Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco	54,06	10,00	54,06	10,00
Total	**540,61**	**100,00**	**540,61**	**100,00**

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente

sobre as demonstrações financeiras

individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

M. Dias Branco S. A. Indústria e Comércio de Alimentos

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da M. Dias Branco S. A. Indústria e Comércio de Alimentos ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da M. Dias Branco S. A. Indústria e Comércio de Alimentos e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da M. Dias Branco S. A. Indústria e Comércio de Alimentos e da M. Dias Branco S. A. Indústria e Comércio de Alimentos e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento

profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do

exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa

auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como

um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações

financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma

opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi planejada e

executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas não

apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse

contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria,

mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior, exceto pela

inclusão do PAA relacionado a adoção da contabilidade de proteção “hedge accounting”

ocorrida no exercício.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento de receita (Notas 5.) e Nota 27 às demonstrações financeiras)

a. Avaliação do adequado reconhecimento da receita

A Companhia opera na comercialização de seus produtos a partir de 14 plantas industriais localizadas em 9 estados do país, além de 38 centros de distribuição em 17 estados.

O processo de reconhecimento de receita envolve um número elevado de controles, a fim de assegurar que as receitas de vendas sejam reconhecidas no período de competência correto, conforme práticas contábeis vigentes.

Esse processo leva em consideração ainda a existência de condições e termos contratuais distintos dependendo do tipo de transação.

Os riscos observados e que continuaram demandando foco em nossa auditoria referem-se ao reconhecimento de receita fora do período de competência e/ou estimativas e premissas para estimar essas receitas, na medida em que envolve: (a) a análise dos itens faturados no final do mês, para cada destino de entrega dos produtos acabados, uma vez que a Companhia efetua ajuste de corte das vendas levando em consideração o prazo médio de entrega de cada uma das suas rotas. Para aquelas rotas em que o produto ainda esteja em trânsito em 31 de dezembro, a Companhia efetua o ajuste de corte e (b) métrica relevante para avaliação de performance das vendas e indicador para cumprimento de metas internas.

As evidências de auditoria consideradas apropriadas e suficientes foram obtidas por meio de uma combinação de testes de controles e testes de transações, cujos principais estão detalhados a seguir:

(i) Atualizamos o entendimento e testamos a efetividade dos controles-chave implementados pela Companhia para a determinação do momento adequado de reconhecimento de receita;

(ii) Selecionamos uma amostra de transações de venda a prazo e testamos a liquidação subsequente de saldos e inspecionamos a documentação de entrega dos produtos vendidos e documentação-suporte que evidencia que a transação de venda ocorreu;

(iii) Selecionamos, em base amostral, transações de vendas ocorridas antes e depois da data de encerramento do exercício, de maneira a observar se a receita foi reconhecida na competência correta;

(iv) Para transações de vendas selecionadas, inspecionamos os canhotos de entrega, a fim de confrontar o prazo efetivo da entrega com o prazo médio estimado pela Companhia em seu ajuste de corte das vendas;

(v) Comparamos, em base de testes, lançamentos contábeis com pedidos de clientes, notas fiscais e o efetivo recebimento das vendas, bem como efetuamos análise de números sequenciais de emissão de notas fiscais e;

(vi) Avaliamos a adequação das divulgações da Companhia em relação a esse assunto.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento da receita no correto período de competência, são consistentes com as informações obtidas em nossos trabalhos.

b. Mensuração da receita líquida

A Companhia possui uma variedade de acordos comerciais junto aos seus clientes, que resultam na concessão de descontos, e que variam de acordo com as quantidades e categorias de mercadorias vendidas. A maioria dos descontos está refletida nos preços cobrados aos clientes ou são baseados em percentuais fixos, ligados à quantidade de mercadorias vendidas.

Há pouca estimativa e julgamento envolvido na determinação do período e nos valores a serem reconhecidos. Contudo, devido ao elevado número de contratos em vigor e à quantidade de filiais existentes, identificamos um risco potencial de erro no processamento destas transações, especialmente relacionados à valorização dos respectivos descontos e de eventual registro fora do período apropriado. Dessa forma, mantivemos esse tema como um dos focos em nossa auditoria.

Como resposta a esse assunto, executamos os seguintes procedimentos de auditoria, entre outros:

(i) Efetuamos atualização do entendimento e testamos a efetividade dos controles referentes aos cálculos e registros dos descontos comerciais;

(ii) Inspecionamos, por amostragem, contratos para análise das condições contratuais, tendo recalculado os descontos comerciais; e

(iii) Conferimos registros contábeis selecionados, analisando a adequação dos valores registrados, bem como sua respectiva competência, apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras.

O resultado dos nossos procedimentos nos proporcionou evidência apropriada e suficiente de auditoria.

Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários (Nota 23 às demonstrações financeiras)

A Companhia está envolvida em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais. As estimativas de perda são avaliadas pela administração periodicamente e levam em consideração as posições dos assessores jurídicos que patrocinam as causas.

A estimativa de perda provável, bem como a mensuração dessas provisões envolvem julgamento dos assessores jurídicos e da Administração, e dependem do estágio de cada processo e do andamento de jurisprudências, que podem mudar com o passar do tempo.

Mantivemos essa área como foco de nossa auditoria em função do grau de julgamento envolvido na determinação da probabilidade de perda atribuída a cada processo. Mudanças nos prognósticos e/ou julgamentos podem trazer impactos significativos sobre a posição patrimonial e financeira e desempenho das operações da Companhia.

Entre outros, efetuamos os procedimentos descritos a seguir, com o apoio de nossos especialistas tributários:

(i) Entendimento dos controles internos da área, envolvendo a identificação, a constituição de passivos e as divulgações em notas explicativas;

(ii) Revisão das principais atas de reuniões e reuniões com a administração para discussões de processos judiciais;

(iii) Solicitamos e obtivemos confirmações, diretamente com os assessores jurídicos externos da Companhia, sobre as informações dos processos, incluindo o prognóstico de perda, e comparamos com os relatórios analíticos e saldos contábeis registrados pela administração; e

(iv) Avaliamos se as divulgações das contingências mais significativas foram adequadamente incluídas em nota explicativa.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da provisão para passivos contingentes, assim como divulgações efetuadas, são consistentes com as informações obtidas ao longo dos nossos trabalhos.

Reconhecimento e mensuração de créditos tributários (Nota 9 às demonstrações financeiras)

A Companhia reconheceu créditos tributários adicionais ao longo do exercício de 2020, relativos ao direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS para os períodos cobertos pelas ações.

Consideramos esse como um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância dos valores envolvidos, ao julgamento subjacente à determinação das premissas base da mensuração do referido ativo e ao impacto que eventuais alterações nas premissas consideradas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

(i) Com o apoio de nossos especialistas tributários, efetuamos leitura das decisões, das opiniões legais emitidas e discussão com a administração e seus assessores jurídicos para avaliação dos critérios adotados para o reconhecimento dos créditos.

(ii) Confirmamos, em base de testes, a existência e procedência dos saldos de PIS e COFINS a recuperar com base em documentações suportes.

(iii) Testamos, por amostragem, os cálculos preparados pela Companhia para mensurar os valores dos tributos a recuperar e, quando aplicável, a correspondente atualização monetária para o período objeto do processo judicial.

(iv) Discutimos com a administração sua avaliação quanto a capacidade de realização do referido crédito tributário.

(v) Por fim, efetuamos leitura das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.

Adoção da contabilidade de proteção “Hedge Accounting” (Notas 5.j) e 18.d) e e) às demonstrações financeiras)

Em julho de 2020, a Administração da Companhia aprovou a adoção da política da contabilidade de proteção “Hedge Accounting”, com efeitos prospectivos.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor de referência dos contratos de operações a termo, utilizados na contabilidade de proteção, montam a US$ 119,819 mil. A valorização e a designação desses instrumentos financeiros como instrumento de proteção do risco cambial de compras futuras altamente prováveis, além da mensuração de sua efetividade, requerem o cumprimento de certas obrigações formais, e incluem a necessidade de que a Companhia faça julgamentos significativos em relação à proteção efetiva dos riscos de variação cambial e de preço.

Devido à relevância dos instrumentos financeiros protegidos, à complexidade dos critérios requeridos para a adoção da contabilidade de hedge e às premissas e julgamentos adotados na mensuração do valor justo dos derivativos utilizados na proteção, consideramos essa área como foco de auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do processo de gerenciamento de riscos da Companhia e da política de proteção e estrutura da contabilidade de proteção.

Avaliamos a aplicação da contabilidade de proteção pela Companhia vis-à-vis os requisitos estabelecidos pelo CPC 48/IFRS 9.

Analisamos a metodologia utilizada pela Companhia para a valorização dos instrumentos financeiros derivativos e, com o auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, recalculamos, em bases amostrais, a valorização do valor justo desses derivativos. Adicionalmente, avaliamos a razoabilidade das principais premissas usadas pela administração para estimar as importações futuras, consideradas "altamente prováveis".

Inspecionamos a documentação suporte da designação dos instrumentos financeiros e analisamos os testes de efetividade preparados pela administração da Companhia.

Por fim, efetuamos leitura das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Consideramos que as premissas e julgamentos adotados pela administração na aplicação da contabilidade de proteção são razoáveis e as divulgações efetuadas são consistentes com os dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 31 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Vinícius Ferreira Britto Rêgo

Contador CRC 1BA024501/O-9

Pareceres E Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se Houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou Não)

Os membros do Comitê de Auditoria da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos ("Companhia"), no exercício de suas atribuições, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria e na Instrução CVM n.º 308/99 (conforme alterada), analisaram a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do relatório dos auditores independentes emitido nesta data e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia, os trabalhos executados pela auditoria interna e pela PWC Auditores Independentes, por unanimidade, recomendaram a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo/SP, 31 de março de 2021.

Carlos Roberto de Albuquerque Sá

Coordenador do Comitê

Elionor Farah Jreige Weffort

Membro do Comitê

Jorge Roberto Manoel

Membro do Comitê

Guilherme Affonso Ferreira

Membro do Comitê

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de diretores da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, sociedade por ações com sede no Município de Eusébio, Estado do Ceará, na Rodovia BR 116 KM 18, s/n, Jabuti, CEP 61760-000, inscrita no CNPJ sob o n º 07.206.816/0001-15, que revimos, discutimos e aprovamos as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Eusébio, 31 de março de 2021.

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior

Presidente e Vice-Presidente Industrial - Biscoitos, Massas e Margarinas

Maria das Graças Dias Branco da Escóssia

Vice-Presidente Financeira

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco

Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento

Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco

Vice-Presidente Industrial – Moinhos

Gustavo Lopes Theodozio

Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria

Rômulo Ruberti Calmon Dantas

Vice-Presidente Comercial

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

Declaramos, na qualidade de diretores da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, sociedade por ações com sede no Município de Eusébio, Estado do Ceará, na Rodovia BR 116 KM 18, s/n, Jabuti, CEP 61760-000, inscrita no CNPJ sob o n º 07.206.816/0001-15, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Eusébio, 31 de março de 2021.

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior

Presidente e Vice-Presidente Industrial - Biscoitos, Massas e Margarinas

Maria das Graças Dias Branco da Escóssia

Vice-Presidente Financeira

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco

Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento

Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco

Vice-Presidente Industrial – Moinhos

Gustavo Lopes Theodozio

Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria

Rômulo Ruberti Calmon Dantas

Vice-Presidente Comercial